

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

RAFAEL THALYSSON COSTA SILVA

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MERCADO DE TRABALHO FORMAL: uma
análise para o Maranhão e suas regiões geográficas no período de 2000 a 2016

São Luís

2019

RAFAEL THALYSSON COSTA SILVA

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MERCADO DE TRABALHO FORMAL: uma
análise para o Maranhão e suas regiões geográficas no período de 2000 a 2016

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão, para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Zimbrão Affonso de Paula

Co-orientador: Prof. Dr. Henrique Dantas Neder

São Luís

2019

Silva, Rafael Thalysson Costa.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MERCADO DE TRABALHO
FORMAL: uma análise para o Maranhão e suas regiões geográficas no período de
2000 a 2016/ Rafael Thalysson Costa Silva. – 2019.
133 p.

Coorientador: Henrique Dantas Neder

Orientador: Ricardo Zimbrão Affonso de Paula

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento
Socioeconômico/CCSO, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.

1. Emprego formal. 2. Estrutura produtiva. 3. Maranhão. I. de Paula, Ricardo
Zimbrão Affonso. II. Neder, Henrique Dantas. III. Título.

CDU 331.5:332.1 (812.1)

RAFAEL THALYSSON COSTA SILVA

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MERCADO DE TRABALHO FORMAL: uma
análise para o Maranhão e suas regiões geográficas no período de 2000 a 2016

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão, para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico.

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ricardo Zimbrão Affonso de Paula (Orientador)
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. João Gonsalo de Moura (Examinador)
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Alan Vasconcelos Santos (Examinador Externo)
Universidade Federal do Maranhão

Aos meus pais, Francisco e Ana, pelo amor,
companheirismo e incentivo que sempre me foi
dado ao longo de todas as etapas da vida.

AGRADECIMENTOS

Ao finalizar este trabalho, recordo-me de pessoas que influenciaram direta ou indiretamente nessa conquista, as quais merecem meu reconhecimento. Cada um teve sua parcela significativa de contribuição para que, neste momento, completasse essa etapa tão importante para mim.

Quero agradecer, em primeiro lugar, a Deus, pela coragem e força ao longo desta extensa caminhada. A todos da minha família que sempre me incentivaram a buscar o conhecimento. Em especial, aos meus pais Francisco Dutra e Ana Maria, por me apresentar a simplicidade e o gosto pela vida, impondo valores sem os quais jamais teria me tornado pessoa, buscando ser mais humano e sensível às necessidades dos outros. A minha irmã, Rafaela Silva, por estar sempre ao meu lado, lutando, apoiando e aconselhando-me nos melhores e piores momentos da minha vida. A minha tia Lourdes Everton e minha avó Teresa Dutra, por me acolher nessa etapa final da pós-graduação com muito amor e carinho, proporcionando um ambiente de muita tranquilidade para elaboração deste trabalho. Da mesma forma, agradeço a as minhas primas Amanda Lima, Andressa Lima e Elehandra Rocha, ao meu tio Miguel Dutra e sua esposa Luciane, pelo o apoio e pela torcida durante toda a minha caminhada acadêmica.

Sou grato a minha namorada, Paula Santos, por ter adentrado em minha vida e sempre se fazer presente nas alegrias e dificuldades, além de demonstrar muito amor e carinho. A você, o meu muito obrigado pelo apoio em cada etapa desse trabalho, tens toda a minha admiração.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Ricardo Zimbrão, pelo incentivo e sabedoria dedicados no auxílio para conclusão deste trabalho. Além disso, destaco também sua seriedade, comprometimento e pontualidade com a qual conduz todo processo de orientação. A sua capacidade de articulação interdisciplinar é fascinante.

Agradeço ao meu Co-orientador, Prof. Dr. Henrique Neder, pelo apoio e pela sua contribuição significativa na elucidação de eventuais dúvidas que surgiram ao longo da elaboração deste trabalho, principalmente, relacionados a parte empírica. Ressalto também, sua solicitude como uma de suas características marcantes, não só nesta dissertação, mas em todos os outros trabalhos científicos que participou pelo PPGDSE.

Deixo meus agradecimentos também à todo o corpo docente do PPGDSE da UFMA, em especial, aos professores doutores (em ordem alfabética): César Augustus Labre Lemos de Freitas (Economia do Trabalho I), Elizeu Serra de Araújo (Economia Política), Flávio Bezerra de Farias (Metodologia do Trabalho), Henrique Dantas Neder (Métodos Quantitativos Aplicados), João Gonsalo de Moura (Teoria Macroeconômica), José de Ribamar Sá Silva

(Teorias do Desenvolvimento Socioeconômico), José Lúcio Alves Silveira (Teoria Microeconômica), Ricardo Zimbrão Affonso de Paula (Economia Brasileira) e Welbson do Vale Madeira (Transformações Capitalistas no Maranhão). Manifesto também minha gratidão a Ana Patrícia Diniz, estagiária da coordenação do PPGDSE, que já me socorreu muitas vezes com dúvidas a respeito dos procedimentos administrativos e outros assuntos acadêmicos, sempre com uma solidariedade e simplicidade admirável.

Muito obrigado a todos os colegas do PPGDSE Turma 2017, pelo conhecimento compartilhado e o respeito mútuo mantido durante todas nossas discussões na sala de aula. Foi uma experiência bastante gratificante estudar ao lado de Raphael Silva, Wilson Filho, Luís Pinto, Thalysson Bastos, Emanuelle Pinheiro e Natalia Pinheiro.

Da mesma forma, sou grato aos grandes amigos e colegas de trabalho do Instituto Maranhense de Estudos Sócio Econômico e Cartográficos-IMESC, pelo enorme aprendizado e companheirismo que vêm se fortificando nos últimos anos. Primeiramente, gostaria de agradecer ao presidente, Felipe de Holanda, e ao Diretor de estudos e pesquisas do Instituto, Dionatan Carvalho, pela liberação de cursar o mestrado e ao incentivo no aprimoramento acadêmico e profissional. Além disso, sou imensamente grato por me proporcionarem a oportunidade de realizar os primeiros trabalhos voltados a área de formação e por todo o aprendizado passado. Agradeço também o companheirismo e estímulo repassados pelos meus parceiros Anderson Silva, João Carlos, Erivam Junior, Paulo Eduardo, Humberto Chaves, Mateus Farias, Vitor Teixeira e as minhas amigas, Marlana Portilho, Talita Nascimento, Jainne Coutinho, Gianna Lima, Rebeca Gomes, Eliete Lima e Andressa Chaves. Gratifico também o apoio do meu grande amigo Geilson Pestana, o qual acompanhou mais de perto o trabalho desenvolvido, sempre contribuindo através das discussões realizadas e palavras de incentivo. Estendo também meus agradecimentos, aos amigos Marcelo Santos e Daniele Amorim que, apesar de não comporem mais o corpo técnico do Instituto, estão sempre incentivando o meu crescimento acadêmico e profissional, fortalecendo uma amizade que dura desde o período graduação.

Por fim, não menos importante, quero agradecer o incentivo dos amigos que se mostram presentes até hoje em minha vida, sempre me apoiando e motivando a seguir em frente. Agradeço aos meus queridos amigos de graduação Laylson Alencar e Marlon Reis, com os quais pude desfrutar momentos de descontração e muito aprendizado. E aos amigos de infância, Marcelo Nunes e Jailson Neves, obrigado a vocês por estarem sempre na torcida e pelos incentivos ofertados não só na vida profissional, mas em todos os assuntos.

O que você realmente deve buscar, em um mundo que sempre nos confronta com surpresas desagradáveis, é a integridade intelectual: a predisposição de encarar os fatos, mesmo quando eles estão em desacordo com as suas ideias, e a capacidade de admitir erros e de mudar de rumo.

Paul Krugman

RESUMO

O objetivo central desta dissertação é apresentar e analisar a evolução do emprego formal no Maranhão e nas suas regiões geográficas, no período de 2000 a 2016, com a intenção principal de compreender eventuais mudanças na sua estrutura produtiva. O procedimento de pesquisa adotado consiste na pesquisa bibliográfica e na análise do emprego formal por meio dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Para compreensão e aprofundamento deste estudo foi importante apresentar sucintamente as teorias de desenvolvimento econômico regional, entender o comportamento do mercado de trabalho brasileiro no período escolhido, e também procurar entender a realidade econômica regional do estado do Maranhão. No período estudado houve um aumento quantitativo do emprego formal em todas as regiões maranhenses, porém, em perspectiva qualitativa, na qual se analisa a diversificação setorial da atividade produtiva da região, verifica-se que o crescimento do emprego formal aconteceu de forma concentrada em poucos setores da economia das regiões, voltado para baixas remunerações, não havendo, portanto, alterações da estrutura produtiva existente, que caracteriza sua condição pouco desenvolvida.

Palavras-chave: Maranhão. Emprego formal. Estrutura produtiva.

ABSTRACT

The main objective of this dissertation is to present and analyze the evolution of formal employment in Maranhão and its geographical regions, from 2000 to 2016, with the main intention of understanding possible changes in its productive structure. The research procedure adopted consists of bibliographical research and the analysis of formal employment through data from the Annual Social Information Relation (RAIS). To understand and deepen this study, it was important to briefly present regional economic development theories, to understand the behavior of the Brazilian labor market in the chosen period, and also to try to understand the regional economic reality of the state of Maranhão. In the period studied there was a quantitative increase in formal employment in all the regions of Maranhão, but in a qualitative perspective, which analyzes the sectoral diversification of the productive activity of the region, it is verified that the growth of formal employment happened concentrated in few sectors of the economy of the regions, aimed at low wages, and therefore, there are no changes in the existing productive structure, which characterizes its underdeveloped condition.

Keywords: Maranhão. Formal employment. Production structure.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Brasil: Indicadores macroeconômicos e de mercado de trabalho, entre 2010 e 2016; e média dos períodos de 2010 e 2014 e de 2015 e 2016	54
Tabela 2 - Brasil: Número de emprego formal (em mil), segundo a RAIS e PNAD, entre 2000 e 2016; e Variação percentual (%).....	58
Tabela 3 - Brasil: Número de empregos formais, segundo setores e subsetores de atividade, entre 2002 e 2016; e Taxa de crescimento anual (%)	62
Tabela 4 - Brasil: Número de empregos formais e participação relativa (%), segundo regiões, entre 2002 e 2016; Taxa de crescimento ao ano (%) e Variação absoluta (em pontos percentuais)	64
Tabela 5 - Brasil: Número de empregos formais, segundo faixas de remuneração, entre 2002 e 2016; Taxa de crescimento ao ano (%).....	66
Tabela 6 - Brasil, Nordeste e Maranhão: Número de empregos formais, taxa de crescimento (%) e Participação do emprego formal maranhense (%), entre 2002 e 2016.....	75
Tabela 7 - Brasil, Nordeste e Maranhão: Número de estabelecimentos formais, taxa de crescimento (%) e Participação dos estabelecimentos maranhenses (%), entre 2002 e 2016..	76
Tabela 8 - Maranhão: Número de empregos formais, segundo seção de atividade econômica, nos anos de 2006, 2014 e 2016; e Taxa de crescimento anual (%)	82
Tabela 9 - Maranhão, Regiões intermediárias e imediatas: População residente e densidade demográfica (habitantes/km ²) entre 2000 e 2016, e taxa de urbanização (%) entre 2000 e 2010; Taxa de crescimento anual (%) e Variação absoluta (em pontos percentuais)	89
Tabela 10 - Maranhão, Regiões intermediárias e imediatas: Produto Interno Bruto e PIB <i>per capita</i> (em R\$), participação das regiões maranhenses no PIB estadual (%), entre 2002 e 2016; Taxa de crescimento anual do PIB <i>per capita</i> (%)	91
Tabela 11 - Maranhão, Regiões intermediárias e imediatas: Participação do Valor Adicionado Bruto (em milhares R\$), segundo setor de atividade econômica, entre 2002 e 2016.....	93
Tabela 12 - Maranhão e regiões intermediárias: Participação do Valor Adicionado Bruto (%), segundo setor de atividade econômica, de 2002 a 2016	96
Tabela 13 - Maranhão, Regiões intermediárias e imediatas: Emprego formal, segundo setor de atividade econômica, entre 2006 e 2016.....	98
Tabela 14 - Maranhão, Regiões intermediárias e imediatas: Participação do emprego formal, segundo faixa salarial, entre 2006 e 2016; Variação (pontos percentuais) e taxa de crescimento anual do emprego formal total (%)	100
Tabela 15 - Maranhão, Regiões intermediárias e imediatas: Número de estabelecimentos formais e participação no Maranhão (%), nos anos 2006 e 2016; e taxa de crescimento anual (%).....	102
Tabela 16 - Maranhão, Regiões intermediárias e imediatas: Média do índice de Desenvolvimento Humano Municipal, segundo seus componentes, entre 2000 e 2010	104
Tabela 17 - Maranhão, Regiões intermediárias e imediatas: Esperança de vida ao nascer (em anos), Mortalidade infantil (%) e taxa de analfabetismo (%), entre 2000 e 2010.....	105
Tabela 18 - Maranhão: Taxas de crescimento médias ¹ do emprego formal e do Valor Adicionado, segundo atividades econômicas, nos períodos entre 2006-2014 e 2006-2016..	113
Tabela 19 - Maranhão: Razão entre emprego formal e Valor adicionado, segundo atividades econômicas, entre 2006 e 2016; e Taxa de crescimento ao ano (%)	115

Tabela 20 - Regiões imediatas: Índices de diversificação (HHI) ¹ e Taxa ² de crescimento geométrica, entre 2006 e 2014; 2006 e 2016.....	119
Tabela 21 - Valor do p-value para cálculos da elasticidade emprego formal-Valor adicionado, segundo atividades econômicas	131
Tabela 22 - Regiões imediatas: Quocientes de Localização (emprego formal), segundo setor de atividade, em 2006 e 2016.....	132
Tabela 23 - Regiões imediatas: Quocientes de Localização (valor adicionado), segundo setor de atividade, em 2006 e 2016	133
Tabela 24 - Regiões imediatas: Quocientes de Localização (QL) mais elevados, segundo setores de atividade econômica, entre 2006 e 2016	133

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Brasil: Evolução da Balança comercial, entre 2000 e 2014	47
Gráfico 2 - Brasil: Variação real (%) do Produto Interno Bruto e Variação anual (%) do Emprego formal, entre 2003 e 2014	47
Gráfico 3 - Brasil: Evolução da remuneração média nominal e real ¹ , entre 2001 e 2014	49
Gráfico 4 - Brasil: Evolução do crédito em relação ao Produto Interno Bruto (%), entre os anos de 2003 e 2014.....	51
Gráfico 5 - Brasil: Número de estabelecimentos formais e Variação anual (%), entre os anos de 2003 e 2016	60
Gráfico 6 - Brasil: Variação anual (%) do número de estabelecimentos formais, segundo o tamanho do estabelecimento, entre os períodos de 2000 e 2014, e de 2014 e 2016.....	61
Gráfico 7 - Maranhão: Produto Interno Bruto (em mil R\$) e variação real (%), entre os anos de 2003 e 2016	72
Gráfico 8 - Maranhão: Variação anual (%) do número de estabelecimentos formais, segundo o tamanho do estabelecimento, entre os períodos de 2002 e 2014, e de 2014 e 2016.....	77
Gráfico 9 - Maranhão: Participação do emprego formal (%), segundo tamanho do estabelecimento, nos anos de 2002, 2006, 2010, 2014 e 2016.....	78
Gráfico 10 - Brasil, Nordeste e Maranhão: Taxa de desocupação média (%), entre 2012 e 2016	80
Gráfico 11 - Maranhão: Elasticidade emprego formal-Valor adicionado, segundo atividades econômicas, nos períodos entre 2006-2014 e 2006-2016	111
Gráfico 12 - Regiões imediatas: Quocientes de Localização (QL) mais elevados ¹ , segundo setores de atividade econômica, entre 2006 e 2016.....	117

LISTA DE QUADRO E FIGURAS

Quadro 1 - Divisão regional do Maranhão, segundo regiões geográficas, em 2017	85
Figura 1 - Maranhão: Diagrama de dispersão entre Elasticidades emprego-produto e taxas ¹ de crescimento geométrico do Valor Adicionado, segundo atividade econômica (exceto atividade imobiliárias) entre 2006 e 2016	114

LISTA DE SIGLAS

ALUMAR	Consórcio de Alumínio do Maranhão S.A.
BCB	Banco Central do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CPMF	Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IMESC	Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor
LGMEAPP	Lei Geral da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte
MDIC	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
MEI	Microempreendedor Individual
MPE	Micro e Pequenas Empresas
MTE	Ministério do Trabalho
OIT	Organização Internacional do Trabalho
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PDP	Programa de Desenvolvimento Produtivo
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PT	Partido dos Trabalhadores
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SCN	Sistema de Contas Nacional
SCR	Sistema de Contas Regionais
SIT	Secretaria de Inspeção do Trabalho
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
UNICEF	United Nations International Children's Emergency Fund
VA	Valor Adicionado

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL: breve revisão de literatura .	18
2.1	Principais considerações sobre Economia regional e espaço econômico	18
2.2	Uma abordagem teórica sobre as causas das disparidades regionais	22
2.3	Breve debate sobre a Especialização e Diversificação produtiva	29
2.4	A importância do Estado no Desenvolvimento Regional e a recente experiência brasileira	34
3	MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO: o desempenho do emprego formal no contexto econômico e político a partir dos anos 2000	41
3.1	Considerações iniciais sobre o emprego: principais conceitos e fontes estatísticas	41
3.2	A influência dos fatores políticos e econômicos no comportamento do emprego formal no Brasil	45
3.2.1	O período de 2003 a 2014: O ciclo de crescimento, as políticas governamentais e a desaceleração econômica	46
3.2.2	Crise política e início da recessão econômica entre 2014 e 2016	53
3.3	O mercado de trabalho brasileiro e o emprego formal entre 2000 e 2016	55
3.3.1	A trajetória recente do mercado de trabalho brasileiro	56
3.3.2	Evolução dos principais indicadores do emprego formal no Brasil	60
4	MARANHÃO E SUAS REGIÕES GEOGRÁFICAS: principais transformações socioeconômicas e a dinâmica do emprego formal entre 2006 e 2016	68
4.1	Principais aspectos da formação socioeconômica maranhense e o desempenho do emprego formal na década recente	68
4.2	Aspectos socioeconômicos das regiões geográficas maranhenses	83
4.2.1	A nova divisão regional do Maranhão: regiões intermediárias e regiões imediatas	84
4.2.2	Dinâmica populacional	88
4.2.3	Estrutura produtiva	91
4.2.4	Emprego e estabelecimento formais	97
4.2.5	Aspecto social.....	102
4.3	Análise da evolução do emprego formal e da estrutura produtiva do Maranhão e suas regiões imediatas entre 2006 e 2016	106
4.3.1	Algumas considerações metodológicas	107
4.3.2	Resultados	111
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
	REFERÊNCIAS	124
	APÊNDICE	130

1 INTRODUÇÃO

O processo de desenvolvimento econômico brasileiro ocorre de forma heterogênea, deixando em evidência as diferenças regionais do país. Segundo Furtado (1958), os problemas de disparidades regionais brasileiras não serão resolvidos de forma espontânea, e devem representar preocupação central da política de desenvolvimento econômico.

Da mesma forma, Araújo (1999) destaca que as políticas de desenvolvimento regional não podem deixar de ter como objetivo fundamental a redução das desigualdades regionais, o que significa enfrentar as diferenças espaciais referentes aos níveis de vida das populações residentes em diferentes partes do território nacional. Para a autora, a herança da desigualdade social brasileira tem uma leitura regional, com padrões de indicadores sociais diferenciados entre as diversas regiões do país, acrescentando ainda, no que diz respeito à dinâmica regional, a necessidade que se faça um estudo mais fino, descendo a escala de observação.

Com o avanço recente na perspectiva de melhorias nas políticas de desenvolvimento regional e no enfrentamento das desigualdades regionais, Diniz (2006) destaca que a valorização de escalas menos abrangentes deve ser entendida como parte de um processo de ajuste das políticas públicas regionais brasileiras ao novo paradigma dominante na área, que passou a enfatizar a importância dinâmica interna das regiões, inclusive em termos políticos e sociais, como um elemento determinante do seu potencial de desenvolvimento.

Sob a mesma perspectiva, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) lançou um novo estudo sobre a nova divisão regional do Brasil em 2017. O estudo apresenta a definição de um novo quadro regional vinculada ao intenso processo de mudança ocorrido no espaço produtivo nacional, junto ao acelerado movimento de criação de municípios, a partir da Constituição Federal do Brasil de 1988. O novo estudo, intitulado Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias, possibilita subsidiar o planejamento em escalas territoriais mais desagregadas e, portanto, de maior aderência aos problemas enfrentados pela sociedade. Ademais, tal tendência permite integrar as informações em uma base geográfica que se apresenta como uma possibilidade de análise somada a outros recortes territoriais (IBGE, 2017).

Através dessa nova divisão regional pretende-se avaliar o comportamento do emprego formal maranhense e sua estrutura produtiva durante o período de 2000 a 2016. No início dos anos 2000, mais especificamente após 2003, o mercado de trabalho no Brasil passou

por um processo de relativa reestruturação. Nos anos seguintes, a economia brasileira foi marcada não apenas pela retomada do crescimento econômico, mas especialmente pela retomada do crescimento do emprego formal e de seus salários, caracterizando o período pela diminuição do desemprego e da informalidade, além do aumento da média salarial e da diminuição da desigualdade entre os trabalhadores. Entre 2003 e 2014, o emprego formal cresceu em um ritmo superior ao do Produto Interno Bruto, demonstrando a intensidade da reestruturação pelo qual passou o mercado de trabalho neste período.

No período que compreende o Governo Lula, de 2003 a 2010, de acordo com Baltar (2010), a elevação do crescimento econômico resultou em melhorias no mercado de trabalho, que possibilitaram maior geração de empregos, redução da taxa de desemprego, melhoria da estrutura ocupacional e de rendimentos, aumento da proporção de ocupações sob a proteção da legislação trabalhista. Ainda em nível nacional, o estudo de Barbosa Filho e Pessoa (2011), mostrou que o país apresentou uma queda abrupta da taxa de desemprego entre 2002 e 2011 e ao mesmo tempo, ocorreu outro importante movimento no mercado de trabalho que foi a redução do grau de informalidade da economia brasileira.

A partir desse contexto nacional favorável, o Maranhão também passou a apresentar um significativo crescimento tanto do produto como do emprego. No âmbito do mercado de trabalho maranhense, segundo Lima et al. (2015), entre 2002 e 2011, houve uma significativa melhora do grau de formalização das relações de emprego com maior intensidade no Maranhão do que no conjunto do país. No entanto, a autora aponta ainda que o mercado de trabalho maranhense apresentou um baixo grau de estruturação (22,1% dos ocupados com carteiras assinadas somada aos militares e estatutários) em relação ao brasileiro (46,0%).

Holanda e Anchieta Júnior (2013), constataram ainda que as condições do mercado de trabalho maranhense se caracterizam por grande heterogeneidade, em face da diferenciação nas estruturas ocupacional e de rendimento ainda maior que a verificada no mercado de trabalho nacional. Considerando esse cenário, indaga-se: como tem se configurado o crescimento econômico e a dinâmica do emprego formal nas regiões geográficas do Maranhão no período recente? Quais as características dessa dinâmica do emprego? Quais as estruturas produtivas que mais favorecem o desenvolvimento dessas regiões? E como tem evoluído a relação emprego-produto no período?

Sugere-se, como hipótese inicial, que no período entre 2003 e 2014 as políticas de transferência de renda enfatizaram a inclusão produtiva para construir uma trajetória de inclusão econômica por meio do emprego ou do empreendedorismo, além da contribuição da ascensão dos preços das commodities e expansão da demanda chinesa para a economia brasileira.

Acredita-se também que o forte dinamismo na geração de postos de trabalho concentrou-se em empregos de baixos rendimentos. No entanto, em 2014 a geração de emprego formal, bem como a economia do país e do estado entram em processo de desaceleração, e a partir 2015, essa alteração na trajetória aponta para um processo de desestruturação do mercado de trabalho, em ritmo e intensidade grave. Dessa forma, observando o período mais recente dessa desestruturação do mercado de trabalho, pressupõe-se que o setor industrial - atividade responsável pelo espalhamento de ganhos de produtividade para toda a atividade econômica e que reúne postos de trabalho com salários acima da média dos demais setores – foi o principal afetado, gerando rebatimentos no comportamento do emprego formal e das economias locais em estudo.

Para tanto, pretende-se recorrer uma breve análise do desenvolvimento regional, pois busca-se subsídios para compreender a realidade socioeconômica das regiões geográficas do Maranhão. A análise a partir das regiões maranhenses torna-se relevante, pois o estado possui desigualdades que marcam sua estrutura econômica e social e bem representa o fenômeno das disparidades regionais brasileiras, constituindo-se a principal motivação para a elaboração do presente trabalho.

Destaca-se que, apesar das regiões geográficas do estado apresentarem persistência de sérios problemas como intenso êxodo rural, altos índices de emigração, baixa densidade populacional, baixo dinamismo econômico, baixos índices de desenvolvimento humano, não se pode considerar que nunca foram realizados esforços para reverter a realidade perversa das regiões, e sim que tais esforços não se configuram em políticas de desenvolvimento regional consistentes e capazes de alterar as estruturas produtivas e sociais.

Após a literatura consultada no que se refere ao comportamento do emprego formal no estado, de forma regionalizada, especificamente no que diz respeito a elasticidade emprego-produto e o desempenho setorial, verificou-se que ainda não foi realizado tal estudo, e aspectos que envolvem suas características e dinâmica são relevantes e precisam ser analisadas com referência nos anos mais recentes. Assim, propõe-se analisar a evolução da estrutura econômica do Maranhão e suas regiões geográficas no período de 2000 a 2016, tomando a variável emprego formal como uma proxy para atividade produtiva.

Diante da escolha da variável emprego formal, optou-se pela coleta de informações do Ministério do Trabalho e Emprego-MTE, especificamente da Relação Anual de Informações Sociais-RAIS. Esta será a principal fonte de informação para avaliar o comportamento do emprego formal no presente trabalho, tendo em vista que esses dados permitem captar e analisar com muito mais propriedade a dinâmica do emprego do ponto de vista de sua capacidade de

gerar um processo mais efetivo de integração social, na medida em que se referem aos efeitos de médio e longo prazo. Destaca-se, ainda, que tais informações dão uma boa dimensão da evolução do mercado de trabalho urbano, o que não acontece da mesma forma com o emprego rural, muito mais afetado pela informalidade e pela importância do trabalho autônomo, não captados pelas bases de dados do MTE.

Em relação ao recorte regional, por regiões geográficas, este permitirá o entendimento de como se propagou o crescimento do emprego formal e do produto nas diferentes abrangências do Maranhão entre 2003 e 2014, bem como, o processo de desaceleração econômica vivenciado nos dois anos seguintes. Ou seja, o trabalho objetiva analisar a evolução do emprego formal no período de 2000 a 2016, com a intenção principal de compreender as eventuais mudanças na estrutura produtiva das regiões.

Para tanto, esta dissertação divide-se em cinco capítulos, contando com esta introdução e as considerações finais. O segundo capítulo trata de fazer uma breve revisão de literatura sobre o desenvolvimento regional, realçando as principais teorias que tratam das disparidades regionais, além de fazer uma breve discussão sobre especialização e diversificação produtiva. Na oportunidade, destaca-se também a importância do papel do Estado no desenvolvimento regional. O terceiro capítulo apresenta o mercado de trabalho brasileiro no período de 2000 a 2016, com foco no desempenho do emprego formal, considerando os principais fatores econômicos e políticos que influenciaram o indicador no período. No quarto capítulo tem-se a análise da evolução do emprego formal no Maranhão e nas suas regiões imediatas, no período de 2006 a 2016, com a intenção principal de compreender as eventuais mudanças na estrutura produtiva das regiões.

2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL: uma breve revisão de literatura

Nesse capítulo apresenta-se a literatura que abrange a economia regional, ressaltando a importância do seu estudo para o desenvolvimento econômico e destacando as principais contribuições sobre as disparidades regionais. Posteriormente, será apresentado a relação entre a especialização e diversificação produtiva com o desenvolvimento regional. Busca-se também neste capítulo destacar a importância do Estado na condução do desenvolvimento econômico e social para sociedade. Porém, antes será feito um breve debate sobre a economia regional e os principais conceito de região, tendo em vista a escolha da delimitação regiões geográficas para análise do presente trabalho.

2.1 Principais considerações sobre Economia regional e espaço econômico

A economia espacial e a regional fornecem elementos importantes para compreensão dos processos de consolidação das atividades econômicas nas regiões. Segundo Haddad (1989), a concentração do capital industrial e a aglomeração das atividades econômicas em poucas localizações geográficas distribuídas de forma irregular representam, de fato, os problemas centrais da economia Espacial e Regional, de tal forma que os problemas de desenvolvimento socioeconômico regional são também problemas de localização. Na análise espacial compete estudar os tipos específicos de atividades econômicas, suas localizações em relação a outras atividades econômicas, ou seja, questionar os problemas relativos à proximidade, concentração e dispersão das atividades e às semelhanças ou diferenças dos padrões de distribuição geográfica dessas atividades. Também são feitas duas distinções essenciais entre a análise locacional e a análise regional. A análise regional trata de relações estruturais complexas dentro das regiões e entre regiões, tendo como unidade básica um conjunto contínuo e contíguo de pontos do espaço geográfico chamado região. A análise locacional, refere-se à decisão dos agentes econômicos, relativa a uma unidade econômica pública ou privada em um espaço geográfico contínuo.

O presente trabalho centra-se na análise regional, procurando abordar as principais definições da literatura sobre o assunto, e também resalta a importância do entendimento do tema para o desenvolvimento econômico e a compreensão das desigualdades regionais. Nesse sentido, Richardson (1969) enfatiza a economia regional como um novo ramo da Economia, que enquanto campo interdisciplinar já se encontra consolidado.

No período do pós-guerra, a consecução do pleno emprego e o desenvolvimento de novas técnicas de análise econômica têm facilitado o crescimento da economia regional como um ramo separado e distinto da economia. O maior estímulo de todos tem provindo da compreensão de que a análise econômica regional tem implicações de política diretas, não somente para medidas de localização da indústria como também para o planejamento regional e sub-regional. Além disso, à medida que os economistas começaram a efetuar indagações em novos campos de investigação, vem-se reconhecendo cada vez mais que os problemas de localização e espaço são dignos de análise por direito próprio (RICHARDSON, p. 13, 1969).

A Economia Regional tem como objetivo estudar a diferenciação e interrelação de áreas em um universo, onde os recursos estão distribuídos desigualmente e são imperfeitamente móveis, com ênfase particular na aplicação ao planejamento dos investimentos em capital social básico, para mitigar os problemas sociais criados por essas circunstâncias. Essa definição também destaca que a economia regional deve analisar o fenômeno espacial visando à alocação eficiente de recursos com fins alternativos, de forma convencional (HADDAD, 1989).

Para o entendimento, e avanço do nosso estudo, é importante abordar o conceito de região, como elemento fundamental para o estudo da economia regional. Segundo Richardson (1969), os conceitos de região são complicados, cheio de ambiguidades, de diferentes abordagens, mas todos esses conceitos são reduzidos em três categorias principais: regiões uniformes ou homogêneas, regiões nodais e regiões de programação e planejamento.

A concepção de região como área natural ou homogênea, é baseada na ideia de que áreas espaciais separadas podem ser unidas por determinadas características uniformes, como produção semelhante, padrões homogêneos de consumo e distribuição similar da força de trabalho, renda *per capita*, ou mesmo por variáveis não econômicas, como atitudes sociais uniformes, identidade regional e concepção política e também por fatores geográficos semelhantes, como clima e topografia (RICHARDSON, 1969).

As regiões nodais ou polarizadas são compostas de unidades heterogêneas que estão ligadas umas às outras através de suas funcionalidades, como fluxos de população, bens e serviços, comunicações e tráfego. Esses fluxos tendem a concentrar-se nas duas direções em torno de um ou dois centros dominantes, geralmente grandes cidades. A região nodal centraliza a atenção na região em que controla e polariza a mesma ao invés de tratar da delimitação de suas fronteiras (RICHARDSON, 1969).

O conceito de região de planejamento ou de programação está relacionado ao processo de tomada de decisões. A implementação de políticas regionais, que na maioria das vezes está nas mãos do governo, necessita de uma capacidade de atuação, que para sua efetivação, necessitam de que as regiões sejam definidas como jurisdições políticas de vários tamanhos e

níveis, pois um sistema de programação deve ser suficientemente flexível para funcionar diante de jurisdições que se superpõem (RICHARDSON, 1969).

Outrossim, Perroux (1967) construiu um modelo de estudo para entender a economia regional, por meio da elaboração do conceito de espaços econômicos abstratos que tem origem na atividade humana. Para o autor, as relações que se estabelecem quando os seres humanos atuam sobre o espaço geográfico na busca de sobrevivência e conforto dão origem aos espaços econômicos. Isto é, os espaços econômicos são espaços abstratos constituídos por relações de natureza econômica, como produção, consumo, tributação, investimento, exportação, importação e migração. Nesse sentido, o autor estabelece três diferentes conceitos de espaços econômicos: o espaço de planejamento como conteúdo de um Plano; o espaço polarizado como um campo de Forças; e o espaço homogêneo como um conjunto homogêneo.

O espaço de planejamento refere-se como um conjunto de atividades de estudo e previsão que servem para a tomada de decisões. Destarte, um espaço de planejamento do setor público refere-se ao território sobre o qual exerce suas atividades, enquanto que um espaço de planejamento das empresas refere-se ao território abrangido por suas decisões de compra (insumos) e por suas decisões de venda (produto). O conceito de espaço como conteúdo de plano dá origem ao de Região de Planejamento. Ou seja, um território que influencia as decisões e é afetado por elas.

O espaço polarizado está ligado às concentrações de população e de produção. O seu conceito é uma derivação da Teoria dos Lugares Centrais de Christaller, na qual entende que o espaço organiza-se dispondo lugares subordinados em torno de certo lugar central. O conjunto assim constituído é funcionalmente integrado, e as funções que os diferentes lugares desempenham podem ser hierarquizadas a partir do lugar central. Assim, a Região Polarizada pode, portanto, ser considerada como uma área de influência de certo polo, como por exemplo as Regiões Metropolitanas que são constituídas por um grande polo urbano que concentra atividades industriais, comerciais e de serviços, em torno do qual gravitam centros menores cuja população auferir renda e realiza despesas quase exclusivamente no grande centro.

O espaço homogêneo é definido como invariante com respeito a algum aspecto econômico de interesse. Isto é, variáveis como renda, preço, produção e tantas outras do domínio da economia podem ser utilizadas para a delimitação de espaços homogêneos, como também pode vincular aos aspectos geográficos. Não obstante, o termo região seja empregado em situações muito diversas, apresentando uma variedade de significados, é frequentemente associada a certa uniformidade ou homogeneidade.

Essas distintas concepções de região e espaço econômico, tornam-se relevante para o estudo da economia regional, pois permitem avaliar diferentes investigações a respeito de uma determinada região. Caso o estudo for sobre a análise da renda regional, o conceito de região homogênea é o seu ponto de partida, no entanto, se o estudo é uma análise locacional, este não faria sentido se não se admitisse explicitamente a diferenciação espacial, isto é, o ponto de partida é a Região Polarizada. Por outro lado, em relação ao conceito de região de planejamento, este difere dos outros dois devido à sua natureza ser eminentemente prática. Ou seja, se refere à inclusão do espaço como fator de decisão.

Em síntese, a ideia de região considera a questão do conteúdo econômico de seus elementos constitutivos: nível de renda, estrutura produtiva, estrutura urbana, modos de transporte e dotação de recursos naturais. Tais elementos estão na base dos conceitos de acessibilidade, economias e deseconomias de aglomeração, entre outros. No entanto, Aydalot *apud* Souza (2009), argumenta que a região não passa de um conceito abstrato, devido à arbitrariedade adotada nas mensurações dos limites regionais de um país, tendo em vista que essas delimitações nem sempre tem conteúdo econômico, mas obedecem seguidamente a critérios político-administrativo, culturais, naturais e geográficos. O autor acrescenta ainda que a economia regional pode ser considerada como a economia das regiões:

A abordagem do desenvolvimento regional não exigiria mais do que a realização de estudos empíricos, a fim de identificar problemas específicos e diferenciados, exigindo soluções. De modo geral, os estudos regionais têm sido efetuados em termos comparativos com outras regiões e em relação à economia nacional. O desempenho do conjunto das regiões é um parâmetro fundamental de comparação para cada região em estudo (Souza, p. 21, 2009).

Evidentemente a *performance* de uma região está ligada aos seus elementos constitutivos, principalmente pela sua estrutura econômica que ditará um maior ou menor dinamismo de crescimento. Deste modo, regiões mais dinâmicas tendem a atrair fatores de produção e a crescer ainda mais rapidamente, enquanto regiões com problemas estruturais perdem populações e capitais. Haja vista que as disparidades regionais se agravam com o crescimento desigual, independentemente do local onde o analista coloca as fronteiras regionais, torna-se de fundamental importância na análise regional a demarcação dos mecanismos que propiciam e aceleram as disparidades espaciais.

2.2 Uma abordagem teórica sobre as causas das disparidades regionais

Na presente seção será apresentado como diversos autores, com enfoques teóricos variados, têm procurado responder como crescem e se desenvolvem economicamente as regiões, bem como algumas teorias com menor influência sobre a ciência da economia regional e outras que serviram de apoio teórico para propostas políticas.

A partir da segunda guerra mundial além das preocupações com o desenvolvimento econômico e da reconstrução europeia e japonesa, os estudos que tinham o objetivo de enfocar problemas de desigualdades entre e dentro dos países ganharam destaque. Segundo Diniz (2001) serviam de base teórica para esses estudos as teorias clássicas da localização e desenvolvimento regional com origem alemã (Von Thunen, Weber, Losch, Christaller) e os modelos teóricos neoclássicos desenvolvidos nos Estados Unidos pela chamada Regional Science capitaneada por Walter Isard (1956). Também se destacam os trabalhos de Friedman e Alonso (1969), os quais utilizaram instrumentos de insumo-produto, os conceitos de multiplicador de renda e emprego e o papel das exportações no crescimento regional. Predominantemente na Europa, destacam-se os trabalhos de Perroux (1967), Myrdal (1968) e Hirschman (1961), que de forma muito semelhante trabalharam na análise do desenvolvimento desequilibrado. Na América Latina, destacam-se os trabalhos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), cujos objetivos eram demonstrar a situação de atraso relativo das regiões periféricas decorrente das relações de troca internacionais com o centro do mundo capitalista. No Brasil, a primeira interpretação teórica sobre as desigualdades regionais foi elaborada por Celso Furtado, na década de 1950, através do relatório Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN).

A década de 70, caracterizada para muitos autores como década de políticas regionais, foi fortemente influenciada pelo keynesianismo. A formulação teórica deste período foi fortemente influenciada pelo paradigma macroeconômico vigente, qual seja, a não existência de mecanismos naturais que garantiriam a obtenção de pleno emprego na economia. Para a economia regional isso implica dizer que o crescimento das regiões e países não ocorreria de forma equilibrada no sentido de uma convergência de crescimento e desenvolvimento. Consequentemente, as políticas desse período foram caracterizadas pela forte participação do Estado, visando reduzir as disparidades inter-regionais. A partir da década de 70, verifica-se uma inflexão teórica, que se contrapõe a visão de natureza Keynesiana caracterizada pela segunda geração de políticas regionais, acreditava-se que o crescimento econômico não deveria ser obtido por meio do estímulo à demanda, mas sim da melhoria das condições de oferta, como

por exemplo, flexibilização do mercado de trabalho, redução significativa dos encargos pagos pelas empresas e aumento do capital humano.

A partir da década de 1990 é possível falar de uma terceira geração de políticas regionais, e de acordo com sua interpretação, o processo de globalização impõe que a competição não ocorre apenas entre firmas, mas também entre sistemas industriais regionais. Entende-se que as políticas de desenvolvimento regional não podem ser exclusivamente locais, mas também devem levar em consideração o posicionamento econômico dos sistemas regionais de produção no contexto global, ou seja, em relação às políticas e os contextos setoriais e internacionais (DINIZ, 2006).

A concentração das atividades em pontos do espaço geográfico-político administrativo de uma nação se torna uma preocupação crescente dos políticos e planejadores. Portanto, é de suma importância conhecer as causas dessas disparidades, e torna-se indispensável para o planejamento econômico e social. Essas diferenças dos níveis de desenvolvimento e os crescentes problemas urbanos advindos do crescimento acelerado das populações das cidades, devido ao intenso processo de migrações rurais-urbanas, colocam-se entre os principais problemas do desenvolvimento socioeconômico (HADDAD, 1989).

As discussões sobre desenvolvimento econômico aparecem sempre como uma das preocupações mais antigas da humanidade. Mesmo após várias épocas, diversos autores das mais variadas formações tentaram entender seu mecanismo, apresentando estudos teóricos e empíricos para a sua compreensão. No campo da economia, por exemplo, destacam-se os pensadores Adam Smith, John Hicks, David Ricardo, Arthur Lewis, entre outros, os quais desenvolveram fundamentações teóricas em âmbito macroeconômico da questão do crescimento econômico e suas implicações.

Segundo Kon (1998), para a análise do desenvolvimento regional e do seu impacto sobre a distribuição espacial do trabalho, é importante a definição dos conceitos das teorias de equilíbrio regional, teorias do desenvolvimento desequilibrado e visões mais recentes sobre a dinâmica regional.

As teorias que pressupõem o equilíbrio regional como resultado do desenvolvimento econômico, derivam de abordagens neoclássicas. Pelas hipóteses neoclássicas, qualquer perturbação no equilíbrio regional seria corrigida pelas forças de mercado, que tendem para estabilidade. Nos modelos de crescimento neoclássico¹, o crescimento econômico é entendido como sendo sinônimo de desenvolvimento, ou seja, o incremento da renda *per capita* passa a

¹ Refere-se aos modelos de Meade e Solow, e os de inspiração mais keynesiana, como os modelos de Harrod, Domar e Kaldor (SOUZA, 1999).

ser condição necessária para o desenvolvimento, sem, no entanto, se preocupar como os frutos desse crescimento são distribuídos entre os diferentes segmentos sociais. No entanto outro grupo de economistas, onde se enquadram Lewis, Nurkse, Myrdal e Hirschman, o crescimento é visto como condição indispensável para o desenvolvimento, porém não suficiente. Neste caso, o desenvolvimento implica em mudanças qualitativas no padrão de vida das pessoas, das instituições e das estruturas produtivas (SOUZA, 1999).

Para compreensão da dinâmica do crescimento e desenvolvimento de um espaço e uma região, se faz necessário o estudo das teorias relacionadas a estes conceitos. Embora muitos autores considerem que crescimento é sinônimo de desenvolvimento, para outros, as duas expressões têm significados distintos.

No meio acadêmico o debate acerca do desenvolvimento é bastante instigado, especialmente no que se refere à distinção entre crescimento e desenvolvimento econômico. Por um lado, temos alguns autores que defendem uma teoria de crescimento equilibrado e, por outro lado, os que advogam o crescimento desequilibrado. A ideologia do crescimento equilibrado é esclarecida por autores como Roseinstein-Rodan, Nurkse, enquanto que Hirschman, Perroux e Myrdal identificam o crescimento desequilibrado como uma tendência a ser aproveitada.

No que diz respeito as teorias do desenvolvimento equilibrado, Rosenstein-Rodan foi o precursor da corrente ao desenvolver a teoria² do “grande impulso” (Big Push), cuja a ideia versava na realização de um conjunto de investimentos em uma gama variada de indústrias. Deste modo, a nova mão-de-obra empregada geraria demanda para as novas atividades industriais, e conseqüentemente cada nova indústria encontraria mercado na própria área de atuação, através da expansão interna da massa salarial e do efeito renda sobre o nível de consumo. Dessa forma, de acordo com o autor, estariam sendo construídas as bases para o desenvolvimento das regiões ou países com dificuldades econômicas, que seriam garantidas pela redução do risco de insuficiência de demanda. Além de pregar a ideia do processo de industrialização baseado na ampliação do mercado interno, o autor indicava ainda que as novas indústrias precisariam ser voltadas também para exportação. Pois, “como os recursos financeiros, em sua maior parte, seriam provenientes de credores externos, os países necessitariam gerar divisas para pagar empréstimos contraídos e permitir a remessa de lucros dos investidores” (ROSENSTEIN-RODAN, 1969 p. 261).

² A teoria de Roseinstein-Rodan foi apresentada em 1943 como uma estratégia de crescimento equilibrado para a industrialização da Europa Oriental e Sul Oriental, no contexto do Plano Marshall.

Douglas North (1955) também trata do desenvolvimento regional a partir do surgimento de uma atividade de exportação baseada em fatores locais específicos. As atividades ligadas a esse setor são chamadas de base exportadora, cujos efeitos sobre a economia local são também indiretos. A suposição central da teoria é que as exportações são o motor que inicia o crescimento local ou regional dando impulso às regiões jovens, e seu alcance é determinado através do efeito multiplicador que as exportações criam nas demais atividades “residenciais”. Logo as exportações constituem-se numa condição necessária para o desenvolvimento regional, mas não são suficientes. A teoria sustenta ainda que as exportações das regiões com alta especialização local na produção de produtos agrícolas, seriam decisivas para o seu desenvolvimento, dada a existência de um mercado (mundial) capitalista já estabelecido. Após esta fase, a especialização passaria a ser inter-regional, que abriria os caminhos para a industrialização e posterior surgimento das atividades terciárias.

Seguindo a mesma corrente do desenvolvimento equilibrado, Nurkse (1957) também defende o crescimento sendo baseado no equilíbrio entre oferta e demanda. Na sua teoria “círculo vicioso do subdesenvolvimento”³, o autor destaca que o principal empecilho para o desenvolvimento de um país é a insuficiência de mercado interno. De acordo com o autor, uma população de baixo poder aquisitivo, decorrente do baixo nível de produtividade dos fatores, são aspectos que caracterizam os países pobres e tais fatores ocasionam uma produção de bens e serviços limitada conforme o tamanho desse mercado e, conseqüentemente, a falta de incentivo para investimentos. Nurkse (1957) entendia que o Estado pode transformar-se na agência creditícia e no empresário inovador, promovendo a industrialização e o desenvolvimento. Em síntese, a estratégia do crescimento equilibrado pressupõe planejamento estatal e contribuição do capital estrangeiro para criar blocos de investimentos em grandes conjuntos integrados.

Por outro lado, uma das principais dificuldades da estratégia de crescimento equilibrado é a escassez de recursos. Souza (1999, p. 240) relata que “nos países subdesenvolvidos, não se encontram disponíveis, em volume suficiente, capitais, pacotes de inovações e empresários aptos e dispostos a assumir riscos”. O autor acrescenta ainda:

Além disso, a estratégia de crescimento diversificado, ao enfatizar a criação de mercado interno, concedeu pouca atenção a empreendimentos específicos, como os de exportação. Projetos isolados de exportação podem induzir o crescimento de atividades ligadas, tendo em vista as relações interindustriais, efeitos de encadeamento e efeito renda que elas geram (SOUZA, 1999, p. 240).

³ A teoria do círculo vicioso do subdesenvolvimento é utilizada pelo autor para apontar que nessas relações circulares existem dificuldades para acumulação de capital em países considerados atrasados economicamente.

Na mesma linha de raciocínio, Myrdal (1968) faz importante consideração sobre o entendimento dos problemas do desenvolvimento regional quando identificou que a essência do problema social envolvia um complexo de mudanças interdependentes, circulares e acumulativas. Através de sua teoria causação circular cumulativa, observou que o processo acumulativo pode promover desigualdades crescentes quando não controlado, tornando-se prejudicial para o desenvolvimento da sociedade nos diferentes países. De acordo com o autor, nessas condições, os países subdesenvolvidos estariam em desvantagem quando comparados com países mais ricos, pois as regiões mais pobres tendem a acelerar o processo de empobrecimento, assim como as regiões ricas tendem à concentração de investimentos e maior prosperidade econômica.

O sistema não se move, espontaneamente, entre forças na direção de um estado de equilíbrio, mas constantemente, se afasta dessa posição. Em virtude dessa causação circular, o processo social tende a tornar-se acumulativo e, muitas vezes, a aumentar, aceleradamente, sua velocidade. (MYRDAL, 1968, p.34).

Descordando das teorias do desenvolvimento equilibrado, Myrdal (1968) ressalta que as discrepâncias de crescimento econômico podem estar presentes dentro dos próprios países, tendo em vista que nos países subdesenvolvidos existem regiões prósperas, bem como nos países desenvolvidos existem regiões estagnadas. O autor acredita que se as forças de mercado não forem controladas por políticas intervencionistas, a produção industrial e as demais atividades econômicas geram um fraco efeito propulsor, e conseqüentemente acabam se concentrando em determinadas localidades ou regiões, deixando o resto do país relativamente estagnado.

Do mesmo modo, como crítica ao crescimento equilibrado, Hirschman (1961) relata que o progresso econômico se reparte desigualmente no interior de uma nação e, uma vez que aquele surja, forças poderosas promovem concentração espacial do desenvolvimento, em volta dos pontos originários iniciais. Uma economia, para atingir níveis de renda mais elevados, precisa promover primeiro no seu âmbito interno, um ou vários centros regionais de força econômica. A necessidade da emergência de pontos de desenvolvimento ou polos de desenvolvimento no curso do processo desenvolvimentista indica que a desigualdade internacional e inter-regional do crescimento é condição, segundo o autor concomitante e inevitável do próprio desenvolvimento. Para o autor, no sentido geográfico, o desenvolvimento é necessariamente não equilibrado. O autor acrescenta ainda que o crescimento muito rápido de todos os setores pode significar a aceleração das migrações campo-cidade, aumento da marginalidade urbana e obsolescência precoce de técnicas tradicionais. A teoria do autor gira em

torno dos efeitos de encadeamento para trás e para frente (atividades-chave), cuja essência está no pressuposto de que os investimentos devem ser efetuados em setores selecionados, com maiores chances de sucesso e extensa possibilidade de desencadear um processo propulsor do crescimento do produto e do emprego.

Ainda no âmbito da teoria do desenvolvimento desequilibrado, Perroux (1977, p.146) também defende que “o crescimento não aparece simultaneamente em toda parte. Ao contrário, manifesta-se em pontos ou polos de crescimento, com intensidades variáveis, expande-se por diversos canais e com efeitos finais variáveis sobre toda a economia”. Portanto, fica evidente que assim como Myrdal e Hirschman, Perroux também aborda que a questão do desequilíbrio é algo inerente do crescimento e desenvolvimento econômico:

O crescimento é desequilíbrio. O desenvolvimento é desequilíbrio. A implantação dum polo de desenvolvimento provoca uma série de desequilíbrios econômicos e sociais, digamos econômicos no sentido duma análise moderna que estende o seu domínio de aplicação própria. (PERROUX, 1967, p.194).

Quando estudava a economia do século XX, Perroux (1967) define o polo de desenvolvimento como uma unidade econômica motriz ou um conjunto formando por várias dessas unidades. Uma unidade simples ou complexa de indústrias diz-se motrizes quando exercem efeitos de expansão sobre outras unidades que com ela estão em relação. A unidade motriz também gera efeitos de aglomeração, reúne atividades complementares que dão lugar a conjunturas cumulativas de ganhos e custos localizadas. A realização de meios de transporte e de comunicação provoca entre as unidades aglomeradas, efeitos de junção, aumenta cumulativamente a oferta e a procura, alarga o campo de possibilidades dos produtores locais.

Assim como Hirschman, a estratégia de crescimento utilizada por Perroux (1955) procura direcionar os investimentos para setores-chave da economia para que esse processo de concentração ocasione na maximização dos retornos. Sua teoria⁴, denominada de polos de crescimento, parte da hipótese de que as desigualdades regionais aumentam com a polarização em situações de crescimento econômico acelerado, atingindo seu ápice em algum dado momento do tempo e em seguida decai no momento em que se inicia um processo de despolarização.

Dentre os importantes autores que foram influenciados por Perroux, destaca-se Boudeville (1969), o qual ajudou a desenvolver o conceito de polos de crescimento. Para o autor “um polo de crescimento regional consiste num conjunto de indústrias em expansão numa

⁴ A teoria dos polos de crescimento (ou de desenvolvimento) foi desenvolvida por François Perroux, em 1955, ao observar a concentração industrial em países europeus, mais precisamente, na França, em torno de Paris, e na Alemanha (SOUZA, 1999).

área urbana e com a propriedade de induzir o desenvolvimento de atividades econômicas na sua área de influência” (Boudeville, 1969, p.11). Percebe-se que o autor se refere um conjunto de indústrias deixando implícita a ideia de complementaridade entre as indústrias, além de que deixa subentendido que a noção de polo de crescimento está ligada à noção de região polarizada.

A concepção de polo de crescimento tem uma forte identificação geográfica, por ser produto das economias de aglomeração geradas pelos complexos industriais, lideradas pelas indústrias motrizes ou indústrias-chave (Souza, 1999). Estas indústrias além de contribuírem para o crescimento global da produção, também induzem no ambiente em que estão inseridas, através das relações que estabelecem com as indústrias correlatas ou secundárias, importantes efeitos de encadeamento em direção à inovação, através de um processo de imitação, causando, por conseguinte, impulsos significativos sobre o desenvolvimento local e regional (PERROUX, 1955). Ou seja, a polarização é considerada o fenômeno pelo qual o crescimento de uma atividade econômica movimenta outras atividades por meio das economias externas.

Nesse sentido, Duarte (2015) reforça que o surgimento de empresas inovadoras é determinante para o aparecimento de novos ciclos de investimentos no polo industrial, os quais provocam modificações na estrutura e no funcionamento da sociedade, por desencadearem efeitos desestabilizadores na economia.

Uma inovação bem-sucedida gera desigualdades de ganhos em favor da empresa inovadora, porém, com o tempo isto gera imitações que propagam o crescimento e melhoram o resultado da economia como um todo. De acordo com essa ideia, a constituição de polos industriais estruturados pode modificar toda a estrutura econômica existente (DUARTE, 2015, p. 200).

De acordo com Souza (1999), a existência de indústrias motrizes no polo de crescimento atrai empresas satélites, fornecedoras ou compradoras de insumos, desencadeando o crescimento local e regional. Todavia, o autor alerta que a presença destas grandes firmas pode não propiciar o desenvolvimento local e regional, em virtude de as relações de insumo-produto estarem relacionadas em nível de país ou exterior. Por conseguinte, os efeitos de encadeamento da produção e da multiplicação da renda podem ocorrer com outras regiões do país ou, pior ainda, com regiões de outros países.

Isto posto, nota-se a importância de as autoridades estatais ficarem atentas às políticas de isenção fiscal destinadas à atração de indústrias motrizes, tendo em vista que a renúncia fiscal, além de prejudicar as finanças públicas da região, pode estar favorecendo, através dos efeitos de encadeamento, o desenvolvimento de regiões fora de sua esfera geográfica de atuação. Por esse motivo, deve levar em consideração a relevância de se prestar esse tipo de auxílio àquelas empresas, cujos efeitos de encadeamentos se dão em nível local e regional.

Em suma, pode se perceber que o processo de desenvolvimento não pode ser confundido com crescimento, uma vez que os frutos do crescimento nem sempre beneficiam a população como um todo. Segundo Feijó (2007, p. 44) “além de crescimento econômico, o desenvolvimento requer políticas públicas e ações privadas que possam espalhar os benefícios do crescimento, alcançando um número maior de pessoas”. O autor salienta ainda que a noção de desenvolvimento econômico deve funcionar como um critério para avaliar se as políticas indutoras de crescimento, acompanhadas de iniciativas de suporte social, atingem, de fato, os objetivos previstos.

A compreensão dos aspectos socioeconômicos requer análise profunda do desenvolvimento. Para isso, é necessário que se avalie uma série de indicadores capazes de mensurar sua situação atual. Para Furtado (2004), o crescimento só se transformará em desenvolvimento havendo efetiva melhoria nas condições de vida da população.

A noção de desenvolvimento está inteiramente atrelada a de crescimento econômico, no entanto, vale ressaltar que, enquanto o processo de desenvolvimento reivindica por mudanças qualitativas no padrão de vida das pessoas (às suas necessidades básicas), o crescimento está relacionado ao aumento da produção de bens e serviços de um país e a uma expansão da renda média da população, o que nem sempre significa aumentar a renda das pessoas mais pobres.

De fato, o que fica convincente é que o desenvolvimento deve ser entendido como uma resultante do processo de crescimento, cuja maturidade é alcançada quando a taxa de crescimento da economia é contínua e sustentada. Destarte, um desenvolvimento sustentado provém de um crescimento econômico também sustentado, no qual sejam atendidas as necessidades das diferentes abrangências regionais e a qualidade de vida das pessoas permaneça em trajetória ascendente.

2.3 Breve debate sobre a Especialização e Diversificação produtiva

Será abordada nesta seção a discussão literária sobre qual o melhor caminho a ser seguido, especializar a estrutura produtiva em alguns setores da economia ou seguir a trajetória da diversificação como melhor estratégia para conduzir ao desenvolvimento regional.

Segundo Carvalho (2010) o papel da mudança estrutural no crescimento econômico foi um tema presente nas visões pioneiras sobre desenvolvimento, principalmente em trabalhos clássicos como de Hirschmann e Prebisch na década de 1950. Porém essa análise foi deixada em segundo plano, à medida que as contribuições teóricas do *mainstream* passaram a se

concentrar em modelar o crescimento econômico com base em funções de produção agregadas, que por definição ignoram as diferenças setoriais. Somente após a metade dos anos 1980 que estudos sobre análise estrutural voltam a receber atenção, no entanto, renovada nas agendas de pesquisa ligadas à inovação tecnológica.

Para Douglass North (1977) a especialização - geradora de vantagens absolutas e de ganhos internos e externos de escala - e a exportação da produção na qual a região é especializada é o ponto de partida necessário e universal do desenvolvimento das regiões periféricas. No entanto, o autor salienta que a industrialização não é um estágio obrigatório para o desenvolvimento sustentável das regiões, mas são as vantagens locais que permitem que algumas regiões desenvolvam esse tipo de atividade.

North (1977b) afirma ainda que o desenvolvimento de um setor de exportação ocorre primeiramente na agricultura, mas pode se expandir para os setores industrial e de serviços. O sucesso do desenvolvimento do setor exportador resultará em um aumento da renda da região e conduzirá a:

- (1) Especialização e divisão do trabalho com ampliação do mercado regional; (2) O crescimento dos serviços auxiliares e indústrias subsidiárias para produzir e comercializar eficientemente o produto de exportação; (3) O desenvolvimento de indústrias locais para servir ao consumo local, algumas das quais podem, conduzir à ampliação da base de exportação em consequência da expansão dos mercados e do desenvolvimento de economias externas associadas a indústria de exportação; (4) Como uma consequência natural das condições acima, o crescimento das áreas e serviços urbanos; (5) Um investimento crescente na educação e na pesquisa para ampliar o potencial da região (NORTH, p. 341, 1977)

Assim, o crescimento regional bem-sucedido ocorre porque os desenvolvimentos iniciais no setor de exportação (especialização) levam gradualmente à diversificação da pauta de exportação (multi-especialização) e à ampliação na dimensão do mercado doméstico. Internamente, isso vai ocasionar uma variedade cada vez maior de indústrias e serviços locais, a ponto de incluir uma ampla gama de atividades econômicas. Com o sucessivo aumento das rendas, aumenta-se também o mercado interno, e a dimensão eficiente desses tipos de atividades cresce e algumas delas podem tornar-se tão eficientes que podem se transformar em novas indústrias de exportação. A expansão bem-sucedida provoca um influxo de capital e de mão-de-obra; as proporções entre os fatores de produção modificam-se gradualmente para favorecer ainda mais a expansão contínua da região. As mudanças na proporção de combinação de fatores, a redução de custos induzida pelos investimentos na infraestrutura e a melhoria dos padrões culturais e profissionais, conduzem a uma diversificação ainda maior e à capacidade de expandir em outras atividades econômicas (NORTH, 1961).

Tal descrição acima corrobora com o estudo de Hirschman (1961) sobre efeitos de encadeamento para trás e para frente, já mencionado na seção anterior. Na concepção do autor o encadeamento para trás é fruto de um crescimento autônomo de um determinado setor (o exportador), motivado basicamente por causa de um novo investimento ou pelo aproveitamento da capacidade produtiva previamente existente. Esse encadeamento induz o crescimento de outros setores a ele relacionados, devido principalmente às pressões de demanda. Já os encadeamentos para frente, o motivo de sua ocorrência é a existência de um aumento da produção de um determinado fator que provoca a elevação da produção de outros setores em virtude do excesso de oferta do produto do setor inicial (o mesmo setor exportador). Assim, esses encadeamentos podem se transformar e formar uma cadeia produtiva regional.

Nesse sentido, Paiva (2004) ressalta que toda especialização regional deve ser pensada em sua dimensão de cadeia. Segundo o autor, as vantagens competitivas absolutas criadas pela especialização estimulam um processo de integração regional crescente das cadeias produtivas à qual pertence o produto especializado que deu início ao processo.

Hilhorst (1975) adiciona que outra característica positiva da especialização é a capacidade de causar transformações nas relações de dependência e poder, portanto, ocasionar um maior grau de interdependência regional. Assim, enquanto as relações de dependência são uma característica de integração vertical, as relações de interdependência são características da integração horizontal.

A visão convencional que defende a ideia de especialização produtiva é baseada em vantagens comparativas. Segundo esta visão, qualquer que seja a sua natureza, significa uma solução superior na promoção do bem-estar da sociedade. Por outro lado, os críticos dessa visão costumam considerar que os setores são distintos em suas capacidades de afetar uns aos outros e, portanto, o conjunto da economia na medida em que se distinguem por meio de elasticidades-renda, elasticidades-preço, potencial de avanço tecnológico, entre outros aspectos. Sob esse ponto de vista, o padrão de especialização importa muito, tanto para o ritmo quanto para o próprio alcance do desenvolvimento econômico (CARVALHO, 2010).

Em contrapartida, a literatura recente vem explorando uma questão de natureza um pouco distinta. Na visão de Breitbach (2005), apesar dos estudos sobre desenvolvimento regional estarem mais centrados na especialização do que na diversificação produtiva, destaca que há abordagens menos restritivas no que concerne à especialização como condição para o desenvolvimento regional na atualidade.

Autores como Aydalot (1984) e Matteaccioli (1995) salientam que as regiões diversificadas estão mais aptas a reagir a riscos e incertezas que caracterizam a

economia globalizada. Segundo eles, uma grande especialização pode trazer uma maior vulnerabilidade à região, ficando essa à mercê das oscilações dos mercados. (BREITBACH, p.3, 2005).

Desta forma, a diversificação pode ser um pilar importante para o desenvolvimento regional, principalmente se considerarmos o grau de incertezas e de riscos que reina atualmente no âmbito da economia mundial. Breitbach (2005) acrescenta ainda, que uma estrutura diversificada e baseada em recursos endógenos se apresenta como uma alternativa a ser reconhecida como válida para fazer face ao comportamento imprevisível dos mercados internacionais.

Uma estrutura industrial diversificada tem mais chances de se recuperar de intempéries passageiras, permitindo que os ramos com melhor desempenho assumam o comando, quando alguns passam por dificuldades. Assim, o desemprego em um ramo pode significar absorção de mão-de-obra por outro. Isso sem contar as possibilidades de integração do tecido industrial local, que a diversificação contribui para aprofundar. Dessa forma, é mais provável que o dinamismo global da região seja mantido, mesmo que nem sempre em níveis muito elevados. O importante é que uma região diversificada tende a ser mais adaptável, mais flexível às mudanças econômicas do que uma região altamente especializada (BREITBACH, p.4, 2005).

Do mesmo modo, os trabalhos de Marshall (1982) e Moreira (2015) enfatizam a importância da diversificação setorial como um fator favorável às regiões que buscam uma inserção competitiva nos mercados tanto nacionais como mundiais. Para Marshall (1982), uma região que possua uma única indústria, fica exposta a uma situação de crise caso haja diminuição da sua procura, ou no caso de uma interrupção no fornecimento de matéria-prima. Esse mal pode ser remediado, em grande parte, nas grandes cidades ou nas grandes regiões manufatureiras em que se desenvolvem vários tipos de indústria. Com relação ao estudo de Moreira (2015), este revela que na medida em que a economia de uma região se torna mais diversificada, ela se torna menos sensível a flutuações causadas por fatores exógenos, como mudanças de paradigmas tecnológicos, choques de demanda e oferta, queda de investimento, entre outros. Dessa forma, a diversificação setorial constitui-se como um fator primordial para o desenvolvimento econômico.

Ao estudar a importância da estrutura produtiva e da tecnologia como condicionantes do progresso econômico para um país em desenvolvimento, Ferraz (2008), através dos trabalhos da Cepal, indica que o processo de convergência dos seus níveis de renda com relação a países mais ricos se torna possível quando adota-se a estratégia de diversificar sua estrutura produtiva. Outro fator importante acrescentado na sua análise é a capacitação tecnológica como dinamizador do desenvolvimento econômico, pois os setores intensivos em tecnologia tendem a captar maiores ganhos de produtividade, e por consequência geram efeitos benéficos ao longo

de cadeias produtivas como produtos de alta elasticidade renda da demanda. Segundo o autor, tais fatores ajudam a explicar o atraso relativo das economias latino-americanas (atividades econômicas intensivas em recursos naturais) em comparação aos países que possuem economia com renda *per capita* elevada e, reforçam ainda, a adoção da diversificação produtiva como estratégia para o desenvolvimento econômico.

Em relação a estrutura produtiva nacional, Carvalho (2010) assinala que no período em que o país priorizou o processo de substituição de importações, na busca por diversificação econômica, muitos autores, favoráveis a especialização produtiva, apontaram que nessa fase foram desviados recursos de setores em que o Brasil possuía vantagens comparativas, o que acarretou desaceleração do crescimento econômico. Em contrapartida, considerando economias que ainda estão nas fases iniciais do desenvolvimento, a autora salienta que algumas razões justificariam o fato de a especialização não ser a melhor trajetória de mudança estrutural em termos de seu impacto no desenvolvimento econômico, sendo a diversificação produtiva um caminho alternativo mais eficaz. A autora destaca a estratégia de diversificação produtiva sobre duas correntes de pensamento:

Pelo campo ortodoxo [...] dado o requerimento inicial de capital para cada setor, as oportunidades de diversificação melhorariam com a acumulação de estoque de capital. Por outro lado, quanto mais setores fossem abertos, mais fácil seria diversificar o risco, e, assim, investir em projetos de risco mais produtivos. Sendo assim, o desenvolvimento se daria, nesta percepção, junto à expansão dos mercados e das oportunidades de diversificação.

Em uma visão heterodoxa (estruturalista), ao se tratar de uma economia periférica, a diversificação da estrutura produtiva é tida como benéfica para o desenvolvimento econômico por tornar o país menos dependente de importações mais sofisticadas e de maior elasticidade-renda do que as exportações realizadas (argumento de Prebisch, 1981, e seguidores), e, portanto, reduziria a tendência ao desequilíbrio externo e ao baixo nível de crescimento econômico dessas economias (CARVALHO, p. 622, 2010).

A partir das contribuições apresentadas, percebe-se que uma estrutura produtiva diversificada combinada com a integração econômica, principalmente nas regiões em etapas iniciais de desenvolvimento, tende atingir um desenvolvimento regional equitativo, com uma melhor distribuição de renda e empregos, melhorando a qualidade de vida e a competição mercantil regionais. Ademais, no processo de desenvolvimento vale ressaltar a importância da participação de instituições governamentais na criação de benefícios sociais, tais como, melhoria no setor de transporte, oferta de energia elétrica, investimentos no setor educacional e de equipamentos urbanos em geral.

2.4 A importância do Estado no Desenvolvimento Regional e a recente experiência brasileira

A presente seção trata de realçar o papel e a importância da intervenção do estado no sentido de mitigar as desigualdades regionais. Além disso apresenta-se, sucintamente, estudos mais recentes ligados a experiência brasileira, no tocante as iniciativas estatais associadas a adoção de políticas públicas de fomento ao desenvolvimento.

Uma característica muito comum encontrada nos trabalhos sobre desenvolvimento regional é o destaque dado a relevância da participação do estado no processo de desenvolvimento econômico e regional. Alguns precursores, como Hirschman, Myrdal e Perroux, compartilham desta percepção, pois para ambos o estado é fundamental no sentido de interferir nos desequilíbrios regionais, assim como sugere Hirschman:

Em países subdesenvolvidos, sequências puramente permissivas podem não ser eficientes para incentivar o desenvolvimento e que, em alguns casos, o governo pode, muito bem, ter que tomar a iniciativa de sequências mais compulsórias, que sejam indicadas, por exemplo, através da liderança ativa da industrialização. (HIRSCHMAN, 1961, p.304).

Como já vimos anteriormente, na teoria de Hirschman (1961) são consideradas as forças externas ao mercado, e dessa forma, o autor presume que o setor público deve intervir em situações de problemas de oferta no curso desigual do progresso dos setores, principalmente naquelas áreas onde o capital privado não atua, a exemplo de investimentos em infraestrutura, que são insuficientes nos países subdesenvolvidos. Diante disso, o Estado deve assumir o planejamento e a coordenação de todo o processo, incentivando o desenvolvimento de setores-chave da economia, com prioridade para aqueles cujos efeitos de encadeamento são maiores.

Do mesmo modo, Myrdal (1957) defende que forças externas ao mercado tendem a aumentar as desigualdades regionais. Na visão do autor, em regiões onde possuem maior dinamismo da demanda e crescimento econômico os investimentos são maiores, impulsionando o aumento da renda e, por conseguinte, acarreta em ciclos de sucessivos de investimentos. Já em outras regiões, a ausência de um novo impulso expansionista, implica que a demanda de capital permanece a níveis baixos, os níveis de poupança e renda também serão baixos, o que mostra uma tendência à queda da atividade econômica. Dessa forma, o desamparo dessas regiões mais pobres ocasionará em serviços públicos inferiores, aumentando assim as desvantagens competitivas das mesmas. Para o autor, as políticas igualitárias do estado de bem-estar moderno não são baratas e para cada benefício recebido pelas regiões mais pobres de um país, corresponde a um sacrifício das regiões mais ricas, significando, portanto, a causa das

políticas igualitárias encontrarem maior resistência em países mais pobres. Nos países ricos que possuem progresso técnico e níveis crescentes de renda, o que traduz uma situação de maior amplitude econômica para todo mundo, reforça o ideal de generosidade racional.

Para Furtado (1958), as políticas regionais de desenvolvimento devem levar em consideração, de forma clara, as transformações estruturais que o desenvolvimento trará para região que cresce mais rápido, pois a existência de um mercado interno em rápida expansão constitui elemento altamente dinâmico para as regiões de crescimento mais lento. Por essa razão, o autor também considera imprescindível o conhecimento das características das regiões subdesenvolvidas (excedente populacional, áreas territoriais e recursos).

Diversos estudos recentes, como Lima (2006), Diniz e Crocco (2006), Ferraz (2008), Cruz et al (2011), Neto, Castro e Brandão (2017), também têm destacado o papel do Estado sobre desenvolvimento regional, haja vista que as políticas públicas de fomento ao desenvolvimento têm visado, cada vez mais, à redução dos desequilíbrios de renda pessoal e regional, tanto em termos internacionais, quanto em termos nacionais e estaduais.

Em relação as políticas públicas direcionada aos setores industriais, Lima (2006) revela que a prática da concessão de incentivos tem sido objeto de intensa discussão entre as correntes que admitem e se dispõem a conceder estes incentivos e as que os condenam. No que se refere a corrente que defende a concessão, esta acredita que seja possível definir setores estratégicos que sejam mais rentáveis marginalmente que outros, e que a promoção desses setores por medidas protecionistas (prêmios à exportação, sustentação de P&D, etc.), poderia aumentar a riqueza nacional ou regional. Em contraposição, a corrente que condena a prática da concessão defende que os governos deveriam concentrar seus esforços na melhoria do sistema educacional, no fomento das relações indústria-universidade e na preparação de um entorno infra-estrutural (físico, social, tecnológico) que resulte atrativo para quem toma as decisões de investimento.

Ferraz (2008), considera os setores de bens de capital e os setores de bens de consumo durável como potencialmente diversificantes para atender tanto a demanda interna como a externa. Isto posto, o autor afirma que o adensamento de cadeias produtivas e a capacitação tecnológica surgem como os desafios a serem enfrentados. Contudo, sugere que há um importante espaço de atuação de bancos de desenvolvimento - no caso brasileiro, por exemplo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – direcionadas para o financiamento da política industrial, tecnológica e de comércio exterior.

Convém lembrar que o investimento em inovação envolve, geralmente, a assunção de riscos, cumprindo a oferta de financiamento em linhas de crédito e capital de risco um

importante papel na redução do custo do empreendimento. O BNDES, com base em seus financiamentos e nas sinalizações que emite aos agentes privados, é capaz de criar um ambiente propício de incentivos, colaborando para a difusão do progresso técnico e a diversificação da estrutura produtiva. Dessa maneira, o Banco estará contribuindo decisivamente para a convergência da economia brasileira aos padrões internacionais de desenvolvimento econômico (FERRAZ, 2008, p. 8).

No que concerne ao planejamento regional no Brasil, Cruz *et al.* (2011) afirmam que a Constituição de 1988 teve influência decisiva para as instâncias de planejamento com o aumento das atribuições dos entes municipais e a consagração da ideia de que o planejamento é impositivo para o setor público e indicativo para o setor privado. Tais fatores possibilitaram que os municípios, individualmente, adotassem diversas formas de atuação como, por exemplo, formação de Arranjos Produtivos Locais (APLs), formação de consórcios com municípios vizinhos, políticas locais para a instalação de indústrias, etc. Porém, o autor menciona que a junção dessas experiências individualizadas não configura um planejamento regional, pois não apresentam nenhum tipo de cooperação.

Cruz *et al.* (2011), acrescenta ainda, que somente nos anos 2000 a questão do planejamento para o desenvolvimento e a questão regional fossem recolocadas na pauta de discussão dos problemas nacionais. O autor destaca que, recentemente, dois programas começaram a recuperar a ideia de planejamento e desenvolvimento regional:

O Plano Nacional de Desenvolvimento Regional, do Ministério da Integração, e o Estudo da Dimensão Territorial do Planejamento, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Em ambos, a questão de planejamento regional serve como um olhar sobre o conjunto do território do país, permitindo que as ações e os programas implementados sejam regulados a partir de um referencial nacional comum, capaz de produzir os efeitos desejados na redução das desigualdades regionais (CRUZ *et al.*, 2011, p. 277).

No tocante aos importantes feitos realizados pela ação governamental no território neste início de século XXI, o trabalho de Neto, Castro e Brandão (2017) denota que o conjunto de políticas, instrumentos e estratégias mobilizadas pelo Estado nacional no período ousou produzir efetivas reorientações de fluxos produtivos no território nacional. Tal fato deve-se a implantação de infraestruturas habitacional, de energia e logística, além do sucesso das políticas sociais em geral. Os autores destacam ainda:

[...] a ação governamental é mais efetiva no território, se realizada por meio de políticas nacionais de toda ordem que por apenas a política explícita regional. A necessária conjugação e articulação entre as políticas nacionais e as regionais quando realizada tende a potencializar os efeitos benéficos do crescimento econômico e do bem-estar nas regiões de menor nível de desenvolvimento (NETO, CASTRO e BRANDÃO, 2017, p. 464).

Para Neto, Castro e Brandão (2017), os problemas federativos e de relações intergovernamentais permanecem sendo um desafio à boa implementação de políticas públicas no país, uma vez que, existe disfuncionalidade entre os objetivos de política regional e os seus instrumentos e as suas instituições. Os autores salientam que os investimentos governamentais no período recente em infraestrutura e logística ainda seguiram uma lógica de facilitação da ligação com o exterior. Deste modo, o país conserva sua dinâmica secular de provedor de insumos e recursos naturais para o mercado internacional sem preocupações com o reforço e o redesenho de articulações territoriais voltadas para dinâmicas internas.

Outra contribuição relevante para o tema encontra-se no trabalho de Diniz e Crocco (2006), que define o conceito de regionalização como um efetivo instrumento de intervenção no território, o qual tem por objetivo a redução das desigualdades regionais, e que compreende as diversas escalas territoriais numa progressão do local ao nacional e suas conexões internacionais, de tal forma a identificar tais pontos aos níveis micro, meso e macroespacial. Nesse sentido, a regionalização deve contemplar um conjunto de escalas territoriais subnacionais, tendo como objetivo dar consistência à multiplicidade de políticas públicas de intervenção sobre o território. Ou seja, dadas às falhas de mercado das economias em desenvolvimento, compete ao Estado o planejamento econômico e investimentos estruturantes que buscam transformações na estrutura física e produtiva do território.

No que concerne as escalas regionais brasileiras, a principal fonte de informação é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que também contempla fonte de estatísticas socioeconômicas produzidas no país. A partir de 1968, o IBGE passou a pensar a divisão territorial do Brasil para além da tradicional divisão geopolítica e com objetivo claro de incorporar novas teorias e métodos de análise da chamada Regional Science, os quais poderiam auxiliar na organização e análise dos dados de um país que estava se industrializando e se urbanizando rapidamente. O estudo pioneiro foi a Divisão do Brasil em Microrregiões Homogêneas em 1968. Já em 1990, o instituto publicou outro estudo que ampliava o recorte regional, intitulado de a Divisão do Brasil em Meso e Micro regiões⁵. Diante do surgimento de tais estudos, vale ressaltar que houve também uma mudança conceitual por parte do IBGE ao

⁵ As meso e microrregiões foram estabelecidas com base no conceito de organização espacial. Entende-se por mesorregião uma área individualizada, em uma unidade da Federação, que apresenta formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: O processo social (como determinante); o quadro natural (como condicionante) e; a rede de comunicações e lugares (como elemento de articulação espacial). Tais dimensões possibilitam que o espaço delimitado como mesorregião tenha uma identidade regional, que pode ser definida como uma realidade construída ao longo do tempo pela sociedade que nela se formou. Já a microrregião foi resultado da subdivisão das mesorregiões em espaços que apresentam especificidades, basicamente relacionadas à estrutura produtiva, que compreende a produção, distribuição, troca e consumo, incluindo atividades urbanas e rurais (IBGE, 1990).

pensar as dinâmicas regionais brasileiras. Isto é, no estudo de 1968 tratava-se exclusivamente de regiões homogêneas; enquanto que no estudo de 1990, pretendeu-se aliar esse critério à ideia de organização do espaço. Assim, entende-se como organização do espaço, as diferentes estruturas espaciais resultantes da dinâmica da sociedade sobre um suporte territorial.

Um estudo mais recente, divulgado pelo IBGE em 2017, apresentou a definição de um novo quadro regional vinculada ao intenso processo de mudança ocorrido no espaço produtivo nacional, junto ao acelerado movimento de criação de municípios, a partir da Constituição Federal do Brasil de 1988. O novo estudo trata da Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias, que constituem um esforço da Coordenação de Geografia do IBGE, na busca por uma regionalização que reflita as mudanças ocorridas no território nacional ao longo dos últimos 25 anos. De acordo com o estudo:

A necessidade de atualização dos recortes regionais vem ao encontro do expressivo aumento verificado na diferenciação interna do território brasileiro, como resultado das transformações econômicas, demográficas, políticas e ambientais ocorridas ao longo das últimas décadas. A principal diferença entre a divisão regional ora apresentada e os quadros anteriores é que na atual proposta técnica a divisão será periodicamente revisada. Esta característica a diferencia dos resultados anteriores, que ao se manterem inalterados facilitaram seu uso em uma variedade de aplicações para as quais esta característica é importante e que poderão ser mantidas, a critério do usuário.

Nesse contexto, um duplo processo de mudança, não só estritamente socioeconômico, mas também de natureza político-administrativa, alterou a geografia do País, gerando diferenças e desigualdades que tornaram mais complexa a leitura de seu território, aumentando, assim, a demanda por uma nova Divisão Regional do Brasil no período que vai da última década do Século XX à primeira do Século XXI. (IBGE, p. 9, 2017).

Dessa forma, o estudo contou com uma revisão das unidades mesorregionais e microrregionais, que recebem os nomes de Regiões Geográficas Intermediárias⁶ e Regiões Geográficas Imediatas⁷, respectivamente. As regiões geográficas servem de suporte não só ao planejamento federal, como ao planejamento estadual em nível sub-regional, uma vez que elas são compostas por municípios e respeitam os limites estaduais. Elas representam, desse modo, uma unidade fundamental para a disseminação e análises estatísticas e geográficas da federação brasileira em seus três níveis: união, estados e municípios.

⁶ As Regiões Geográficas Intermediárias correspondem a uma escala intermediária entre as Unidades da Federação e as Regiões Geográficas Imediatas. Preferencialmente, buscou-se a delimitação das Regiões Geográficas Intermediárias com a inclusão de Metrôpoles ou Capitais Regionais. Em alguns casos, principalmente onde não existiam Metrôpoles ou Capitais Regionais, foram utilizados centros urbanos de menor dimensão que fossem representativos para o conjunto das Regiões Geográficas Imediatas que compuseram as suas respectivas Regiões Geográficas Intermediárias (IBGE, p. 20, 2017).

⁷ As Regiões Geográficas Imediatas têm na rede urbana o seu principal elemento de referência. Essas regiões são estruturas a partir de centros urbanos próximos para a satisfação das necessidades imediatas das populações, tais como: compras de bens de consumo duráveis e não duráveis; busca de trabalho; procura por serviços de saúde e educação; e prestação de serviços públicos, como postos de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, do Ministério do Trabalho e de serviços judiciários, entre outros (IBGE, p. 20, 2017).

As Regiões Geográficas Intermediárias organizam o território, articulando as Regiões Geográficas Imediatas por meio de um polo de hierarquia superior diferenciado a partir dos fluxos de gestão privado e público e da existência de funções urbanas de maior complexidade (IBGE, p. 20, 2017).

Atualmente, de acordo com o Instituto, o território brasileiro está dividido em 27 unidades federativas, sendo 26 estados e o Distrito Federal, sendo que os estados estão subdivididos em regiões intermediárias, regiões imediatas e municípios.

Em relação a questão das escalas territoriais, Diniz e Crocco (2006) relatam que em um país de grandes dimensões como o Brasil, as escalas macrorregionais já não são adequadas para efetivação de políticas regionais. Os autores assinalam que vem sendo defendido no país uma visão multiescalar, onde os recortes regionais mais desagregados são os mais adequada para implementação da maioria das políticas de desenvolvimento regional, em medida que permite a combinação das diferentes instâncias de governo com especificidades culturais, institucionais e empresarias regionais ou locais facilitando a articulação, gestão e governança dos processos.

Ainda na discussão de escala territorial, Diniz e Crocco (2006) destacam dois temas relevantes para a continuidade dos programas em nível mesorregional. O primeiro diz respeito aos critérios que podem ser seguidos na priorização de áreas para a criação de novos programas. O segundo remete à possibilidade de que os tipos de instâncias de articulação e representação implantadas no contexto dos programas de mesorregiões possam constituir uma base adequada para outros tipos de ações da administração federal, e não apenas para as atividades relacionadas com o desenvolvimento de regiões pobres e/ou deprimidas.

Em relação as estratégias alternativas de ampliação dos programas de mesorregiões, os autores enfatizam que o surgimento de novas mesorregiões estará condicionado a contemplarem tanto áreas com indicadores mais favoráveis e quanto áreas carentes. Por essa razão, será necessário subdividir essas mesorregiões em sub-regiões, que deverão ter condições diferenciadas de acesso aos benefícios de instrumentos específicos da política regional como, por exemplo, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional. Para tal questão o autor frisa:

A mesorregião seria o nível territorial relevante para a articulação de atores, enquanto a sub-região seria o nível relevante para definir a elegibilidade para acesso a instrumentos da nova política. Tais instrumentos devem ser concebidos de forma a admitir graus diferenciados de benefício, conforme os níveis de carência das áreas em questão. No entanto, deve ficar claro que os alvos principais e prioritários dos programas de mesorregiões devem ser as áreas com maiores graus de carência (DINIZ; CROCCO, 2006, p.264)

No que se refere a potencialidade das mesorregiões em um novo modelo gestão, Diniz e Crocco (2006), avaliam que seja necessário encontrar outras formas de articulação entre as organizações e a administração federal que possam simultaneamente favorecer a atuação da administração pública nas regiões e sustentar a continuidade da atuação dos Fóruns como organizações voltadas para o desenvolvimento regional, conforme detalha a seguir:

A opção por integrar os Fóruns a um modelo mais amplo de gestão territorial faria com que o significado das mesorregiões transcendesse às ações do Ministério da Integração. Esses Fóruns poderiam proporcionar a base institucional e organizacional necessária para um experimento mais abrangente de democratização da gestão pública, apoiado na interação entre a administração pública federal e os segmentos organizados da sociedade das regiões. Essa base poderia ser utilizada para ampliar a discussão sobre os grandes instrumentos do planejamento governamental, como o Plano Plurianual e os Orçamentos Anuais. A escolha desta alternativa exigiria a criação de mesorregiões e a implantação de Fóruns de forma a cobrir todo o território nacional, e não apenas as áreas que atendem aos critérios da nova política regional proposta pelo Ministério da Integração Nacional (DINIZ; CROCCO, 2006, p.265).

Resumidamente, nota-se que a intervenção governamental exerce um papel preponderante para atenuar o comportamento do mercado (concentração das atividades produtivas em regiões ricas) e de ajustar uma relação centro-periferia, em que a distância entre as regiões ricas e as atrasadas tende a aumentar ou se manter. Dessa forma, constata-se a existência de um papel para o estado no desenvolvimento regional, mediante a intervenção tanto no ordenamento territorial e na regulação das externalidades negativas produzidas nas regiões mais dinâmicas da economia, quanto na promoção do crescimento econômico e do desenvolvimento na regiões mais atrasadas, seja, preferencialmente, na forma recomendada pela teoria do desenvolvimento endógeno, seja também aproveitando determinadas "janelas de oportunidade" que porventura surjam no quadro dos investimentos. Destaca-se também a importância da atuação governamental no sentido de fornecer um ambiente de negócios favorável, principalmente com a possibilidade da expansão de infraestrutura e de capital humano, que contribuem para melhores oportunidades socioeconômicas para as regiões mais carentes e uma melhor distribuição de renda, via aumento dos retornos dos insumos capital e trabalho.

3 MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO: o desempenho do emprego formal no contexto econômico e político a partir dos anos 2000

Nesse capítulo serão realizadas algumas considerações sobre o comportamento do mercado de trabalho brasileiro no período de 2000 a 2016. Iniciaremos com uma breve discussão sobre o emprego formal e uma explanação sobre as bases de dados consultadas, destacando a importância das mesmas para entendimento e avanço da pesquisa científica sobre o mercado de trabalho brasileiro. Na seção seguinte, faz-se uma breve consideração sobre fatores políticos e econômicos que influenciaram o desempenho do mercado de trabalho formal no período estudado por esta dissertação. Outro aspecto importante a ser apresentado é a trajetória da economia brasileira, que passou a desacelerar no início da década de 2010 até 2014, com os primeiros sinais de recessão nos anos seguintes. Por fim, a última seção trará uma sintética pesquisa bibliográfica sobre a trajetória recente do mercado trabalho brasileiro, bem como uma análise sobre a evolução emprego formal, sob algumas segmentações de indicadores disponibilizados pela base de dados RAIS.

3.1 Considerações iniciais sobre o emprego: principais conceitos e fontes estatísticas

De acordo com Organização Internacional do Trabalho (OIT), a promoção de oportunidades de acesso ao trabalho decente para homens e mulheres é um eixo central da estratégia necessária para que o Brasil possa avançar na superação da pobreza, da fome e da desigualdade social. O órgão salienta ainda:

O trabalho é um dos principais vínculos entre o desenvolvimento econômico e o social, uma vez que representa um dos principais mecanismos por intermédio dos quais os seus benefícios podem efetivamente chegar às pessoas e, portanto, serem mais bem distribuídos (OIT, 2012, p. 61).

Para Vargas (2014, p. 185), a questão do emprego pode ser vista um conjunto de dilemas sociais e econômicos vinculados à quantidade e qualidade de empregos disponíveis em uma determinada sociedade e sistema econômico. No ponto de vista econômico, o emprego está subordinado à dinâmica do crescimento, às políticas macroeconômicas e às necessidades de assegurar uma força de trabalho apta, adaptada e qualificada segundo as exigências do mercado de trabalho e das empresas. Em alternativa, do ponto de vista sociológico, considera-se o emprego como um mecanismo social fundamental de integração social, de incorporação da classe trabalhadora e da maior parte da população à ordem social e econômica capitalista. À

vista disso, “o emprego constitui-se num meio fundamental de acesso à renda, à proteção e ao reconhecimento social através de uma atividade econômica considerada legítima” (VARGAS. 2014, p. 185).

No âmbito dos estudos sobre mercado de trabalho é possível avaliar as relações de trabalho como formal e informal. O trabalho formal consiste na relação econômica entre empregador e empregado formalmente reconhecida e regulada pelo Estado, caracterizada pela garantia dos direitos trabalhistas pela legislação (como por exemplo salário mínimo, jornada regular, férias, seguro-desemprego, 13º salário etc.) e pela cobertura previdenciária. Antes da década de 80, os direitos no Brasil eram garantidos somente aos trabalhadores urbanos e em apenas alguns setores de atividade, ampliando-se, após a Constituição de 1988, para aos trabalhadores da área rural. De outro lado, o trabalho informal⁸ abrange aquele em que o trabalhador não tem carteira assinada, nos termos da legislação trabalhista vigente e, portanto, tem suprimidos uma série de direitos, como, por exemplo, contribuição à seguridade social; recolhimentos para o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), recebimento de abono de férias e outros direitos acessórios e, até mesmo, possibilidade de comprovação de renda para obtenção de crédito, entre outros direitos e vantagens. Há também, empresas e trabalhadores autônomos que atuam na informalidade sem a devida constituição e registro. Evidente que há uma enorme área de interseção entre estas empresas e trabalhadores autônomos e os trabalhadores informais, haja vista que, dada sua condição de atuação à margem da legislação, submetem os trabalhadores que contrata a esta mesma condição de informalidade.

Segundo Cardoso Jr. (2007), é a partir da formalização do trabalho que se estabelece uma relação mais civilizada entre capital e trabalho. Deste modo, o emprego formal pode ser considerado como aquele que confere melhor estrutura ao mercado de trabalho, onde seu crescimento e generalização corresponderiam a uma situação favorável para o conjunto da sociedade, especialmente aos trabalhadores. Na presente dissertação, escolheu-se o emprego formal como variável para compreender as eventuais mudanças na estrutura produtiva no âmbito regional, devido ao fato dessa variável representar um bom indicador da atividade econômica.

O levantamento das informações sobre o mercado de trabalho no Brasil tem se tornado cada vez mais diversificado e abrangente. No tocante as principais fontes estatísticas do país relacionadas ao mercado de trabalho, destacam-se o Instituto Brasileiro de Geografia e

⁸ Segundo Cacciamali (1983), a informalidade compreende diferentes tipos de inserção do trabalho, não pelas semelhanças entre eles, mas pelo distanciamento que mantém das relações de assalariamento e contratos permanentes de trabalho, abrangendo, portanto, diferentes categorias de ocupação.

Estatística (IBGE) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O IBGE acompanha o emprego e o desemprego nas principais regiões metropolitanas do país por meio da Pesquisa Nacionais por Amostra de Domicílios Continua (PNADc), além de divulgar informações sobre a população e o mercado de trabalho por intermédio dos Censos Demográficos e das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD). O MTE tem também posição de destaque no fornecimento de informações sobre o emprego formal e, para isso, utiliza-se da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

Nesta dissertação serão utilizadas as informações da PNAD e da RAIS. Segundo IBGE (2011), a PNAD é um sistema de pesquisas domiciliares, implantado progressivamente no Brasil a partir de 1967, e tem como finalidade a produção de informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do país. Esse sistema de pesquisas por amostra de domicílios, por ter propósitos múltiplos, investiga diversas características socioeconômicas e demográficas, umas de caráter permanente nas pesquisas, como as características gerais da população, de educação, trabalho, rendimento e habitação, e outras com periodicidade variável, como as características sobre migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, segurança alimentar e outros temas que são incluídos no sistema de acordo com as necessidades de informação para o País.

De acordo com o MTE (2018), a RAIS foi instituída a partir do decreto de nº 76.900, de 2 de dezembro de 1975. Basicamente, a fonte de informação é um registro administrativo, de âmbito nacional, com periodicidade anual, obrigatório para todos os estabelecimentos, inclusive aqueles sem ocorrência de vínculos empregatícios no exercício, tendo esse tipo de declaração à denominação de RAIS Negativa. O suprimento das necessidades de controle, de estatísticas e de informações às entidades públicas e à sociedade civil constitui os principais objetivos da RAIS. Criada para fins estatísticos e administrativos, a RAIS registra grande quantidade de informações necessárias ao processo administrativo (por exemplo, viabilização do pagamento do abono salarial) e possibilita também tabulações estatísticas de fundamental importância para o acompanhamento e para caracterização do mercado de trabalho formal. Ao contrário das pesquisas domiciliares, nas quais a coleta tem objetivos especificamente estatísticos, na RAIS os produtos estatísticos ocorrem no curso de uma função administrativa.

De modo geral, a PNAD se diferencia da RAIS pelo fato de proporcionar um quadro geral do comportamento da ocupação no país, não somente o emprego formal de estabelecimentos, mas também o emprego doméstico formal, o emprego não-formal, o trabalho por conta própria, o trabalho não remunerado e o desemprego. Apesar de não se tratar de uma

fonte específica sobre o emprego formal, apresenta grandes vantagens com relação à RAIS, especialmente no que tange à mensuração do desemprego, do trabalho por conta própria e no trabalho para autoconsumo e autoconstrução⁶. Além disso, a PNAD distingue o emprego doméstico, com e sem carteira, categoria que não é devidamente registrada na RAIS, justamente por se tratar de emprego contratado por famílias, e não por estabelecimentos de atividade econômica. Porém, uma das principais desvantagens da PNAD em relação a RAIS, está na apresentação dos resultados por abrangência geográfica.

Desde os anos 90, os dados da RAIS registram importantes avanços quantitativos e qualitativos, em decorrência da ampliação do número de declarações em meio eletrônico. Nesse período, a cobertura aproximou-se de 97% do setor organizado da economia, consolidando a RAIS como censo do mercado de trabalho formal (IBGE, 2018). Dentre outras características pertencentes a este relatório, destacam-se: a periodicidade anual, abrangência em todo território nacional (Regiões Naturais, Mesorregiões, Microrregiões, Unidades Federativas e Municipais) e tem cobertura de 97% do universo do mercado formal brasileiro. Além disso, as principais variáveis investigadas são empregos em 31 de dezembro e admitidos e desligados segundo gênero, faixa etária, grau de escolaridade, tempo de serviço e rendimentos, desagregados em nível ocupacional, geográfico e setorial. Contém ainda informações sobre número de empregos por tamanho de estabelecimento, massa salarial e nacionalidade do emprego.

Entretanto, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) alerta cautela para o uso e interpretação dos registros administrativos. Existem vantagens e limitações na utilização dessas informações, conforme esclarece a instituição (2002):

As principais vantagens estão relacionadas à abrangência dessa fonte de informação, atingindo até o município, e à diversidade de cruzamento em nível ocupacional e setorial. Quanto às limitações a principal diz respeito à omissão de declaração dos estabelecimentos, e também por erro de preenchimento. Esta última pode ocorrer por informações incompletas ou incorretas. Outro problema existente está relacionado às declarações agregadas na matriz, quando o procedimento correto seria o fornecimento dessas informações por estabelecimento (DIEESE, 2002, p.4).

Para Negri *et al.* (2001) a relevância da RAIS para a análise e do mercado de trabalho no Brasil tem sido largamente reconhecida ao longo do tempo. A autora destaca, por exemplo, que a utilidade dessa fonte de informação pelo fato de prover dados desagregados geográfica e setorialmente. No entanto, para Jannuzzi (1994), a RAIS continua subutilizada em pesquisas, mesmo quando há boa representatividade geográfica dos dados. Esse autor argumenta, ainda, que apesar de as pesquisas amostrais gozarem de maior representatividade e confiabilidade para

estudos conjunturais, a RAIS pode ser uma fonte insubstituível para outros tipos de investigação.

Diante da importância destacada nesta seção a respeito do emprego formal, a RAIS será a principal fonte de informação para avaliar o comportamento do emprego formal no presente trabalho, tendo em vista que esses dados permitem captar e analisar com muito mais propriedade a dinâmica do emprego do ponto de vista de sua capacidade de gerar um processo mais efetivo de integração social, na medida em que se referem aos efeitos de médio e longo prazo. Destaca-se, ainda, que se tais informações dão uma boa dimensão da evolução do mercado de trabalho urbano, não acontece o mesmo com o emprego rural, muito mais afetado pela informalidade e pela importância do trabalho autônomo, não captados pelas bases de dados do MTE.

Do ponto de vista temporal, analisa-se a evolução do emprego formal em dois subperíodos distintos, de 2000 a 2014 e de 2015 a 2016, com ênfase neste primeiro período. Pretende-se, com isso, captar a dinâmica do emprego nas diversas conjunturas econômicas vividas pela sociedade brasileira e maranhense neste longo período de dezesseis anos. Essas conjunturas podem ser identificadas, a grosso modo, pelo crescimento econômico e expansão do emprego, em especial na primeira década dos anos 2000, além da crise, instabilidade econômica e desestruturação do mercado de trabalho vivenciada no período mais recente, com predominância a partir de 2015. Vale ressaltar que os períodos acima identificados não são homogêneos, sendo possível identificar anos típicos e anos atípicos, nos quais as tendências dominantes do período não se verificam ou se verificam apenas parcialmente.

3.2 A influência dos fatores políticos e econômicos no comportamento do emprego formal no Brasil

Nesta seção será apresentado o contexto político e econômico responsável pelas principais modificações no mercado de trabalho brasileiro entre os anos de 2000 e 2016. Para tanto, a análise está segmentada por meio de recortes temporais, com intuito de evidenciar as diferentes conjunturas econômicas vivenciadas no período. No período entre 2003 e 2014 explora-se os anos de forte crescimento econômico, que possibilitou a geração de emprego formal, redução da informalidade, elevação da renda e queda da pobreza e da desigualdade de rendimentos. Tal ciclo expansivo perdurou até a crise financeira de 2008-2009, gerando impactos relativamente moderados no país. No início da década de 2010, marcado pelo período

do governo Rousseff, aparentava-se uma retomada do desempenho pró-crise financeira⁹, porém caminhou para uma crise econômica e política sem precedentes nos anos mais recentes, com efeitos especialmente danosos sobre o mercado de trabalho.

3.2.1 O período de 2003 a 2014: O ciclo de crescimento, as políticas governamentais e a desaceleração econômica

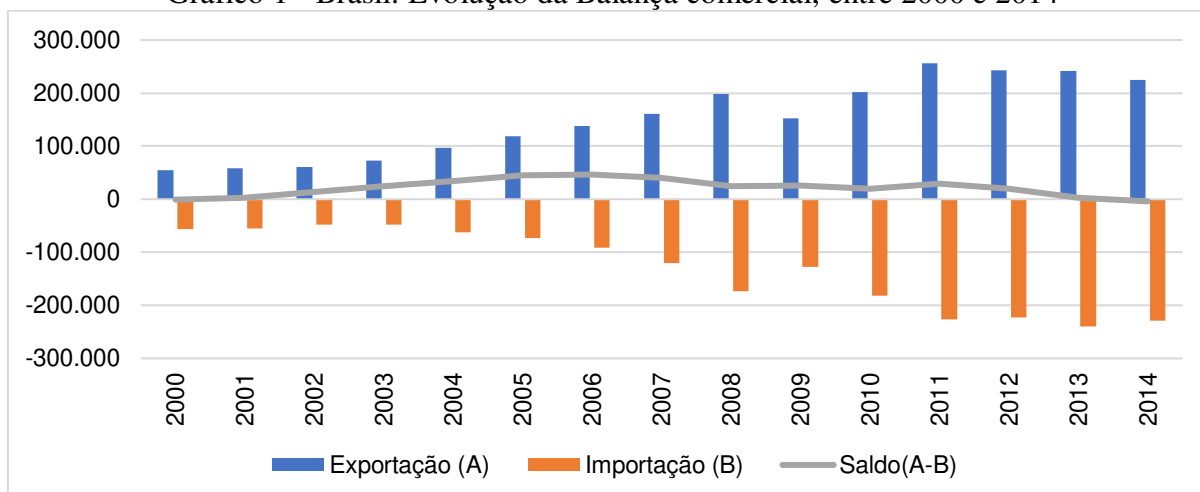
O início dos anos 2000 caracterizavam-se como um período instável de recuperação das crises econômicas anteriores e das expectativas negativas em relação ao governo Lula. Em 2002, a transição política do governo de Fernando Henrique Cardoso para Luiz Inácio Lula da Silva reforçou o quadro de expectativas negativas devido as incertezas do ambiente macroeconômico que viria a surgir. No entanto, no início do governo petista foram validadas as políticas macroeconômicas do governo anterior, chamado de tripé macroeconômico, constituído pelo regime de metas de inflação, meta de superávit primário e regime de câmbio flutuante. Dessa forma, tanto a política fiscal quanto a política monetária foram conduzidas de forma ortodoxa, caracterizadas por uma alta taxa de juros e superávit primário.

A partir de 2004 a economia brasileira decolou, inicialmente, pelo bom desempenho das exportações das *commodities*, posteriormente, pelo aumento no consumo das famílias, estimuladas pela expansão do crédito bancário e aumento da renda real. Em face dos enormes fluxos de capitais externos e do superávit comercial, houve uma significativa apreciação da moeda, que contribuiu para a política anti-inflacionária. Ao mesmo tempo o setor público passou de um devedor líquido no final de 2002 para uma posição credora no final da década.

O crescimento do emprego formal derivou das condições criadas pela desvalorização cambial ocorrida em 1999 e, posteriormente, a retomada do comércio internacional a partir de 2003 (Gráfico 1). A desvalorização cambial de 1999 possibilitou nos anos seguintes o aumento da participação do comércio exterior na composição do PIB, principalmente entre 2003 e 2007, ampliando a exportação nos setores agrícola, industrial e no comércio e consequentemente gerando efeitos positivos para os empregos formais.

⁹ De acordo com Baltar (2015) a crise mundial interrompeu o crescimento da economia brasileira no último trimestre de 2008. O impacto imediato da crise foi sobre a exportação e o investimento, que diminuíram fortemente em 2009. No entanto a queda na atividade econômica foi relativamente pequena, e a recuperação que começou no último trimestre de 2009 foi muito rápida, tendo o PIB aumentado 7,5% em 2010. A crise mundial, entretanto, acirrou a competição internacional com produtos manufaturados, dificultando crescentemente a resposta da produção industrial brasileira ao aumento do consumo e do investimento.

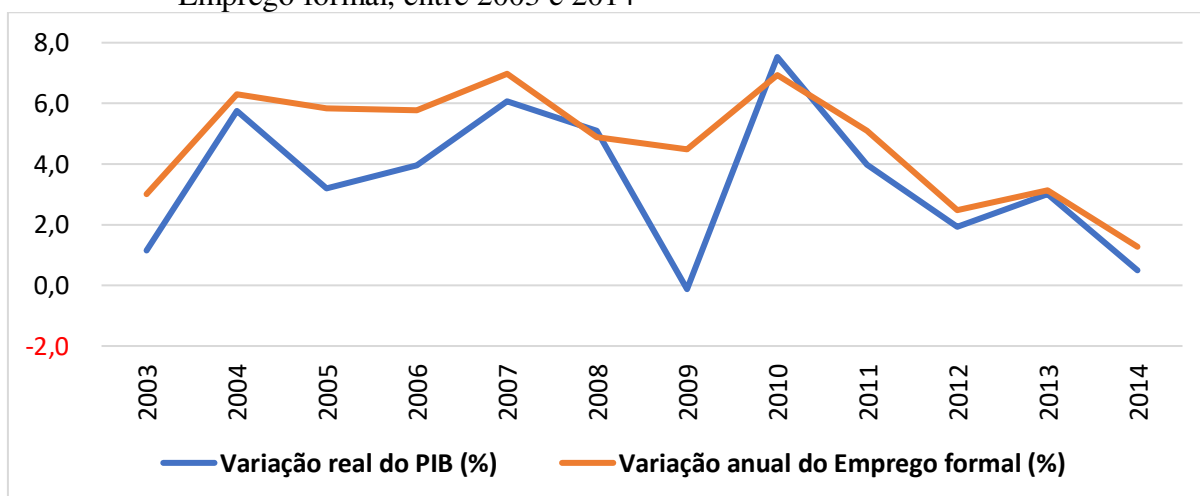
Gráfico 1 - Brasil: Evolução da Balança comercial, entre 2000 e 2014



Fonte: MDIC, Elaboração Própria.

Assim como o emprego formal, a economia brasileira também apresentou um melhor desempenho do PIB no período de 2000 a 2014 (Gráfico 2). Apesar de verificarmos instabilidades, uma evolução mais expressiva no PIB foi verificada, mesmo considerando ter sido ela insuficiente para ter efeitos sociais mais amplos. Este resultado é mais evidente quando confrontado com a elevação do emprego formal. A economia brasileira reconquistou a possibilidade de crescimento a partir de 2003, e teve a capacidade de estabelecer uma trajetória ascendente do emprego formal. Percebe-se também que um menor ritmo de crescimento do emprego formal acompanhou a desaceleração econômica no início da década de 2010.

Gráfico 2 - Brasil: Variação real (%) do Produto Interno Bruto e Variação anual (%) do Emprego formal, entre 2003 e 2014



Fonte: Contas Regionais (IBGE) e RAIS (MTE); Elaboração Própria.

A intensificação do crescimento do PIB contribuiu para revelar tanto as limitações do padrão de crescimento após a abertura, quanto o potencial de tentar se adequar a maneira de a economia crescer, procurando tornar o desempenho econômico menos dependente da situação internacional de comércio e finanças. A partir de 2006, o governo adotou a estratégia de incorporar uma meta de crescimento e o Estado voltou a desempenhar o papel de agente indutor do desenvolvimento, através de um conjunto de ações de fortalecimento do mercado interno. Dentre as ações destacam-se as políticas desenvolvimentistas, a política de valorização sustentada do salário mínimo, as políticas sociais (programa bolsa família, gastos previdenciários, etc.) e a expansão do crédito.

Em relação as políticas de incentivo ao investimento e à produção, estas buscaram ampliar a ação estatal de amparo a iniciativas do setor privado e a gastos em infraestrutura. O governo retomou o esforço de construir um plano de ação, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), definindo as metas de gastos de diferentes áreas. Além disso, desenhou um programa de apoio ao setor produtivo (Programa de Desenvolvimento Produtivo - PDP), oferecendo incentivos fiscais a setores estratégicos para o avanço industrial (BARBOSA; SOUZA, 2010).

Segundo Souen (2014), o governo reeleito elevou substancialmente a disponibilidade do crédito direcionado, principalmente através da Caixa Econômica Federal, para o setor habitacional, e a partir da capitalização do BNDES¹⁰ pelo Tesouro Nacional, intensificando a contribuição desta instituição pública de fomento na articulação dos grandes conglomerados nacionais e no apoio aos investimentos das empresas estatais. Iniciou-se um processo de recuperação do quadro de pessoal no setor público federal, bem como do nível salarial do funcionalismo. Além disso, foram ampliadas as transferências de renda com o Bolsa Família, objetivando não somente o combate à extrema pobreza, mas também o estímulo à demanda agregada.

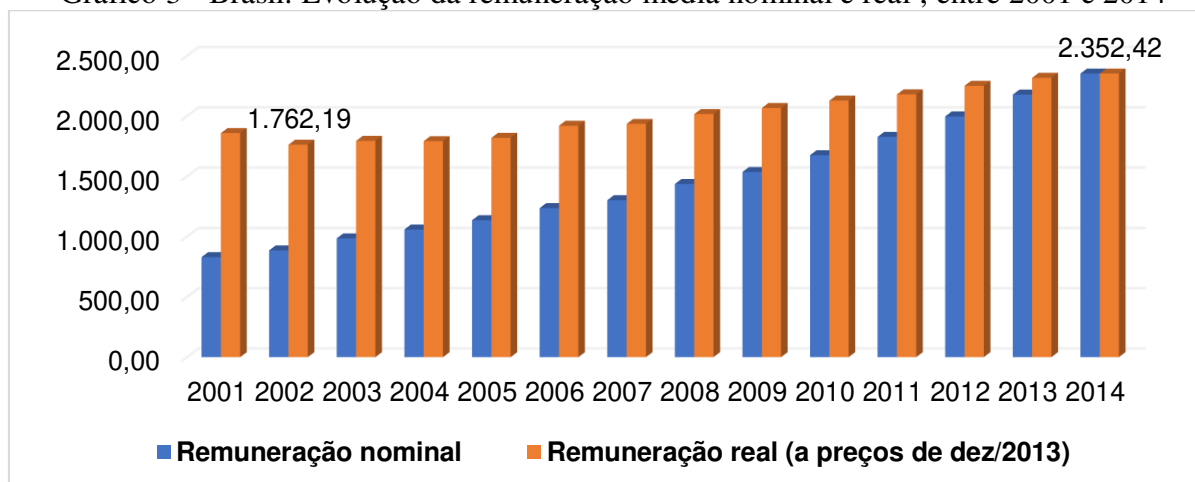
Em relação a política de valorização do salário mínimo adotada no período petista, destaca-se que o salário mínimo passou por um processo de recuperação trazendo importantes benefícios para a distribuição de renda no país. Entre 2003 e 2014, a remuneração média¹¹ do

¹⁰ Os desembolsos do BNDES foram crescentes atingindo R\$ 90,8 bilhões em 2008 (BARBOSA & SOUZA, 2010).

¹¹ Na RAIS, diferentemente da variável “Remuneração média nominal” que faz referência à média dos salários recebidos pelo trabalhador nos 12 meses do ano de referência, a variável “remuneração média” utilizada é compreendida como sendo a remuneração do trabalhador relacionado *somente no mês de dezembro*, mês de referência da RAIS

conjunto de trabalhadores formais no Brasil registrou um crescimento real de 2,8% ao ano, saindo de R\$ 1.762,19 em 2003 para R\$ 2.352,42 em 2014 (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Brasil: Evolução da remuneração média nominal e real¹, entre 2001 e 2014



Fonte: RAIS (MTE), Elaboração própria

¹inflacionadas pelo IPCA a preços de dezembro de 2013

As mudanças ocorridas no salário mínimo foram favorecidas pelo ambiente político no país, que contava com um governo mais comprometido com os interesses dos trabalhadores. Para Saboia (2007), toda vez em que o salário mínimo é reajustado, seus efeitos são sentidos não apenas pelos trabalhadores ativos, mas também pelos aposentados, pensionistas e por uma parcela dos beneficiários dos programas oficiais de assistência social.

De modo semelhante, Dedecca e Lopreato (2013) destacam dois elementos que contribuíram para que o crescimento do emprego formal e do PIB se traduzissem em elevação do nível dos salários:

(...) a expansão do produto a partir de 2003 tem sido acompanhada da recuperação tanto do rendimento médio do trabalho como do salário médio, sendo que tal movimento não foi interrompido com a crise de 2008. Dois elementos explicam esse comportamento positivo. O primeiro se associa ao comportamento do salário mínimo, responsável por garantir que os salários de bases tenham aumentado, ao menos, no mesmo ritmo do PIB. O outro decorre dos resultados das negociações coletivas que tem se traduzido, majoritariamente, em aumentos reais de salários. É importante ressaltar que a força desses determinantes recebeu a contribuição da recorrência de uma taxa de inflação de um dígito, fator fundamental para a preservação do poder de compra dos rendimentos do trabalho (DEDECCA e LOPREATO, 2013, p.21-22).

O trabalho dos autores Krein e Teixeira (2014), corroboram com o entendimento que a valorização do salário mínimo ainda teria contribuído para que os sindicatos e as categorias profissionais negociassem pisos salariais acima do mínimo, de modo que os pisos de várias categorias acompanhassem a evolução do salário mínimo. Visto isto, percebe-se que o

crescimento da economia brasileira que se deu entre 2003 e 2014 não apenas se refletiu em um forte crescimento do estoque de vínculos de emprego formal no Brasil, como também em um aumento dos salários e em relativa diminuição da desigualdade de renda entre os trabalhadores.

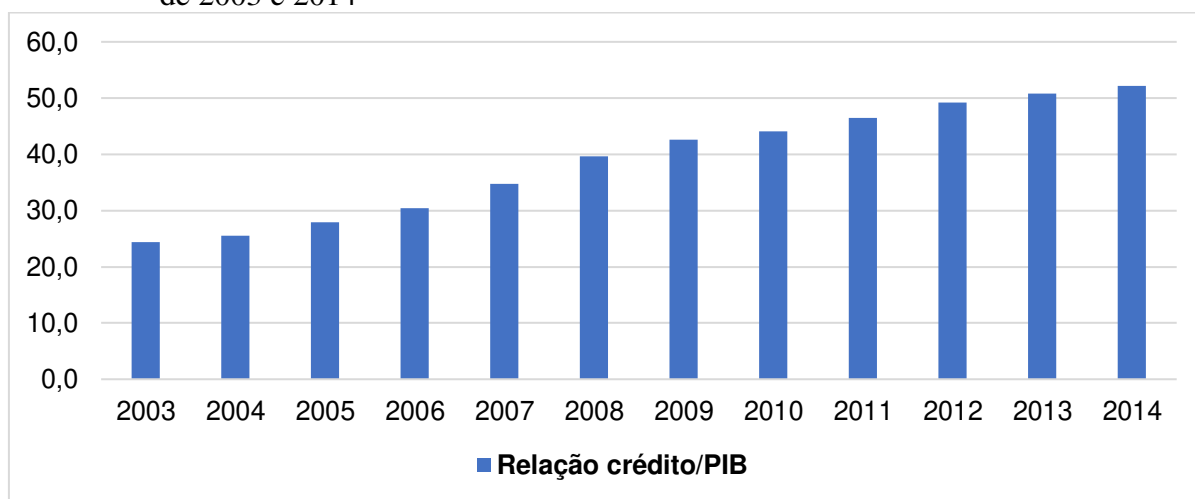
No que concerne as políticas sociais, em especial, aos programas de transferência de renda, a sua ampliação complementou a política anterior e também contribuiu para a diminuição da pobreza e da desigualdade de renda no período de crescimento econômico. De acordo com Cacciamali e Tatei (2016), a pobreza foi atacada com três programas de transferência de renda que atingiram em geral as regiões mais pobres e parte da população mais vulnerável, são eles:

a ampliação das aposentadorias rurais e das prestações continuadas para idosos e deficientes para a população com renda *per capita* igual ou menor do que $\frac{1}{4}$ do salário mínimo (Benefício de Prestação Continuada – BPC), e a transferência de renda condicionada à permanência de crianças e jovens na escola e a cuidados básicos de saúde (Programa Bolsa Família). Outros programas também foram lançados ou ampliados como crédito subsidiado para habitação popular e educação de nível superior, e bolsas de estudos para universitários extraídos de extratos de renda inferiores (CACCIAMALI; TATEI, 2016, p.109).

Na visão de Baltar *et al* (2010), essas transferências de renda e o programa Bolsa Família foram particularmente importantes para ampliar a renda das famílias incapazes de obter um emprego remunerado, ou seja, que não foram beneficiadas pela melhora do mercado de trabalho. Na mesma linha de raciocínio, os trabalhos de Saboia (2007), Souen (2014) e Cacciamali (2016), evidenciam que a instituição da política nacional de valorização do salário mínimo e as transferências diretas e indiretas de renda por parte do Governo Federal, tanto no âmbito da previdência social quanto no âmbito dos programas sociais, auxiliaram não apenas na elevação dos patamares dos salários mais baixos do emprego formal, como também contribuíram para a diminuição da desigualdade de rendas entre os trabalhadores de um modo geral.

Outro fator responsável pela recuperação do emprego formal foi a expansão das operações de crédito do sistema financeiro nacional. Segundo Cardoso Jr (2007), o volume total de crédito foi estimulado por captações do setor privado empresarial e por captações de pessoas físicas. Conforme ilustra o Gráfico 4, percebemos que a relação crédito-PIB apresentou trajetória ascendente durante todo o governo Lula onde as operações atingiram 44,1% do PIB em 2010. O bom desempenho também se estendeu para os anos seguintes, conduzidos pelo governo Rousseff, alcançando máxima de 52,2% em 2014.

Gráfico 4 - Brasil: Evolução do crédito em relação ao Produto Interno Bruto (%), entre os anos de 2003 e 2014



Fonte: Banco Central, Elaboração própria

Cardoso Jr (2007) destaca ainda que a expansão do crédito aconteceu de forma diversificada, atingido pessoas físicas, setores chaves da economia e com grande importância para geração de empregos formais como, o setor rural, habitacional e o setor público. Soma-se a isso, as grandes adições de crédito nos setores comercial, de serviços e industrial. Segundo o autor, os empregos gerados pela demanda por exportações, assim como os gerados pela expansão do crédito possuem características semelhantes, como por exemplo, maior durabilidade e qualidade, e também são formalizados contratualmente.

Não obstante, no final de 2008 a crise internacional interrompeu o crescimento econômico que perdurava no país, gerando impactos negativos, uma vez que, houve saída de capitais estrangeiros, redução da oferta de crédito externo, aumento das remessas de lucros e dividendos, retração do mercado de crédito doméstico e contenção de liquidez no mercado bancário. Diante desse cenário, o governo respondeu com uma série de medidas, incluindo: políticas de reforço à liquidez do setor bancário; linha especial de crédito para as exportações; intervenções do BCB no mercado de câmbio; expansão do crédito pessoal; redução do IPI para produtos estratégicos e aumento do período de concessão do seguro-desemprego. Com as medidas descritas, o governo conseguiu evitar uma deterioração mais drástica das expectativas, alcançando êxito. Em particular, fatores como o crescimento do investimento e do consumo contribuíram para a recuperação da economia.

De acordo com Souen (2014), os impactos negativos da crise internacional sobre o mercado de trabalho brasileiro foram relativamente menos intensos, em virtude da medida governamental que avigorou sua estratégia de política econômica desenvolvimentista, considerando uma situação fiscal bastante confortável e com as contas externas equilibradas,

possibilitando o enfrentamento da retração da liquidez internacional e seus efeitos sobre a economia brasileira, a partir de um conjunto de políticas públicas como ampliação do estímulo ao investimento, bem como uma série de investimentos nas áreas sociais¹².

Contudo, o contexto de melhora da atividade produtiva, passa a se arrefecer desde 2011 (Gráfico 2). Neste ano, deu-se início ao mandato presidencial de Dilma Rousseff, no qual adotou-se uma política econômica mais contracionista para reduzir a demanda agregada e conter a inflação, caracterizando assim uma política de forte intervenção governamental que combinara política monetária instrumentada pela taxa de juros e política fiscal com dirigismo no investimento, elevação de gastos, concessões de subsídios e intervenção em preços. Porém, em 2013, já com o esgotamento do modelo intervencionista, o governo sinalizou um ligeiro ajuste fiscal e o BCB voltou a elevar os juros, fechando o ano em 10%. Em 2014 verificou-se uma tendência de deterioração fiscal em função da queda das receitas tributárias e do impacto dos juros sobre a dívida.

A despeito das políticas anticíclicas e estruturais posteriores ao grande *boom*, o crescimento econômico a partir de 2011 foi inexpressível. O mau desempenho do investimento foi o que mais contribuiu para a desaceleração da economia. No lado doméstico, o produto industrial parou de crescer em consequência, principalmente, do aumento de importações influenciadas pela depreciação do câmbio, enquanto as vendas no comércio varejista passaram a reduzir em 2014 diante um quadro de desaceleração econômica. Assim, os estímulos dados à demanda decorrentes do aumento de renda real se encaminharam ao exterior, não beneficiando as empresas industriais domésticas. As exportações declinaram 12% em 2014, comparativamente a 2011, enquanto as importações aumentaram 1,2% (Gráfico 1). A média de variação do PIB de 4,1%, entre 2003 e 2010, deu lugar a uma variação de cerca de 2,4%, entre 2011 e 2014. Contudo, apesar da leve retração na economia, o emprego formal resistiu e cresceu, ainda que com taxas menores até 2014. Situação bastante favorecida pelas atividades ligadas ao setor de serviços, que tiveram a participação aumentada para o conjunto dos empregos formais, e foram responsáveis por 5,4% ao ano na variação relativa do emprego formal entre 2002 e 2014.

¹² Com relação às principais providências do governo para amenizar os efeitos da crise internacional de 2008 pode-se destacar ainda: Redução da taxa básica de juros (Selic); redução do depósito compulsório dos bancos; garantia do financiamento das exportações com as reservas internacionais; redução temporária do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos bens duráveis de consumo (automóveis, eletrodomésticos, materiais de construção, móveis etc.); lançamento dos novos programas do PAC (Minha Casa, Minha Vida; Cidade Melhor; Comunidade Cidadã; Água e Luz para Todos; Transportes; Energia); redução do Imposto de Renda da classe média; garantia ao atendimento da demanda de crédito e da incorporação de instituições financeiras fragilizadas pela crise, a partir dos bancos públicos; garantia de crédito dos bancos às micro e pequenas empresas (Baltar *et. al.*, 2010).

Considerando o período em destaque, vale ressaltar também outros fatores que dinamizaram a ampliação do emprego formal, principalmente o que diz respeito a simplificação tributária, a fiscalização e intermediação da mão-de-obra. Segundo Cardoso Jr (2007), a adoção de um regime de desoneração e simplificação tributária em 1996, instituído para micro e pequenas empresas brasileiras passou a contribuir de forma relevante para a formalização dos empregos e para o fortalecimento das pequenas empresas. O autor aponta que houve uma expansão na quantidade de estabelecimentos optantes pelo simples de 74,1% entre 1999 e 2005, o que ocasionou uma ampliação da quantidade de empregos formais ligados a esses empreendimentos. Portanto, um aumento de estabelecimentos optantes pelo Simples, será refletido de forma positiva na geração de empregos formais, pois estes estabelecimentos empregam em média 3,5 trabalhadores com vínculo formal.

No que diz respeito a fiscalização e intermediação de mão de obra, Baltar, Krein e Moretto (2006) destacam que o Estado tem exercido papel importante por meio de três instituições públicas da área do trabalho, a Fiscalização do MTE, o Ministério Público do Trabalho e a Justiça do Trabalho. Desde que o governo federal priorizou a fiscalização do MTE no ano de 2000, observa-se uma evolução progressiva na formalização da relação de emprego. A ação fiscal no campo da formalização também coincidiu com maior fiscalização na área previdenciária e tributária, que contribuiu positivamente sobre a arrecadação fiscal do Governo Federal e contribuindo para diminuir o déficit da previdência. Segundo os autores, o Ministério Público possui papel importante no combate à fraude trabalhista, pois o combate a formas que mascaram a relação de emprego, como certas formas de terceirização, a situação do trabalhador como pessoa jurídica, o trabalho na forma estágio e falsas cooperativas de mão-de-obra.

3.2.2 Crise política e início da recessão econômica entre 2014 e 2016

A partir do final de 2014 houve uma reversão ainda mais grave na trajetória da economia brasileira. De fato, em 2015 e 2016 a economia sofreu uma série de choques negativos – deterioração dos termos de troca, ajuste fiscal, crise hídrica, desvalorização da moeda, desinvestimentos da Petrobrás, o aumento da taxa de juros etc. – que contribuíram para reduzir ainda mais o crescimento econômico, culminando na recessão bienal de -3,5% em média. Na sequência desses choques, vários outros efeitos secundários aprofundaram a recessão como o aumento do desemprego, a queda da renda, a contração do mercado de crédito e a redução dos investimentos públicos. A combinação de recessão com o aumento das taxas de

juros e inflação causou uma enorme desaceleração da oferta de crédito, que acabou minando a recuperação econômica.

Segundo Cacciamali (2016), a partir de 2014 o governo petista perdeu apoio político em meio a fortes críticas e denúncias de corrupção nas empresas estatais, entre empresas que tradicionalmente financiavam campanhas eleitorais e membros do Partido dos Trabalhadores (PT), entre membros da base parlamentar aliada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e entre outros políticos da base aliada. Como resultado, houve uma rápida deterioração da situação fiscal do governo e da economia em geral acompanhada de uma perda de confiança por parte dos agentes econômicos externos e internos, forte queda na taxa de crescimento econômico em 2015 (-3,5%) e expectativa de redução similar em 2016 (Tabela 1). O mercado de trabalho sente as consequências desse novo contexto e responde com forte elevação da taxa de desocupação, redução do número de ocupados, aumento da informalidade e diminuição da renda real do trabalho.

Tabela 1 - Brasil: Indicadores macroeconômicos e de mercado de trabalho, entre 2010 e 2016; e média dos períodos de 2010 e 2014 e de 2015 e 2016

Ano	PIB (var. % a.a.)	Investimento (var. % a.a.)	IPCA (%)	Taxa de desocupação ¹ (%)	Ocupados (var. % a.a.)
2010	7,5	17,9	5,9	-	-
2011	4,0	6,8	6,5	-	-
2012	1,9	0,8	5,8	7,4	-
2013	3,0	5,8	5,9	7,1	1,7
2014	0,5	-4,2	6,4	6,8	1,1
2015	-3,5	-13,9	10,7	8,5	-0,7
2016	-3,5	-10,3	6,3	11,5	-2,1
2014-2010	3,4	5,4	6,1	7,1	1,4
2016-2015	-3,5	-12,1	8,5	10,0	-1,4

Fonte: Elaboração própria a partir do Sistema de Contas Nacionais (IBGE/SCN), Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (IBGE/SNIPC); e PNAD Contínua (IBGE/Pnadc).

¹Taxa média de desocupação dos quatro trimestres de cada ano.

Sob a perspectiva dos componentes do PIB pelo lado da oferta, Pochmann (2018) revela que setor secundário foi o principal responsável pela trajetória negativa da produção, enquanto o investimento e as importações registram quedas mais acentuadas durante o biênio 2015-2016. O autor destaca ainda outros fatores que foram fortemente afetados pelo cenário econômico, como a redução do consumo das famílias e a queda no consumo do governo. Neste período, segundo as informações das Contas Nacionais Trimestrais (IBGE), o consumo das

famílias soma queda de 7,5% enquanto que a despesa de consumo da administração pública retraiu 1,5% no mesmo período.

Outro ponto importante que contribuiu para o arrefecimento da economia e agravamento da crise fiscal vivenciada no país refere-se à aceleração do crescimento do déficit público, o qual cresceu de forma desmesurada nos últimos dois anos alimentado pela queda de receita pública. Sobre isso Cacciamali (2016), esclarece:

O país apresenta desde 2013 déficits primários sucessivos, previstos para os próximos anos, sem existirem medidas concretas para diminuir a velocidade de seu crescimento. O déficit nominal, ou seja, a diferença entre o total das receitas e despesas se elevou como uma proporção do PIB, de 2,96% para 10,38% do PIB entre 2013 e 2015. Por sua vez o superávit primário de 1,72% do PIB, em 2013, transformou-se em déficit primário de 1,88% em 2015. E a relação dívida bruta-PIB elevou-se de 53,8% para 67,5% do PIB entre dezembro de 2013 e abril de 2016 (CACCIAMALI, 2016, p. 116).

Em 2015, após a reeleição de Dilma Rousseff, o governo alterou sua condução econômica para políticas mais restritivas. O principal objetivo foi implementar um ajuste fiscal entendido como fundamental para retomar a confiança dos agentes, tida como necessária para recuperação da economia. Para esse fim, o governo estabeleceu uma meta inicial de superávit e implementou medidas para reduzir os gastos públicos, reajustou de forma ainda mais intensa preços monitorados, enquanto o BCB aumentou a Selic em face do aumento na inflação. Apesar dos esforços, por conta dos vários choques sobre a atividade em um ambiente político que dificultava a aprovação de medidas anticíclicas, e em função da incerteza sobre a situação fiscal, os prêmios de risco se elevaram, contaminando as expectativas. Assim, um ajuste que significaria uma reversão resultou em uma contração significativa sobre o crescimento da economia.

No início de 2016, o Ministério da Fazenda anunciou sua agenda de medidas para o ano: estabelecimento de um limite para o crescimento dos gastos de custeio e de pessoal, recriação da CPMF, desvinculação de parte das receitas fiscais e simplificação do sistema tributário. Seu grande desafio era estabelecer uma estratégia de consolidação fiscal que fosse capaz de reverter a trajetória ascendente de aumento nos gastos públicos que comprometia a capacidade fiscal de implementação de políticas públicas do governo no longo prazo. Contudo, ao longo de 2016, a propagação da crise política paralisou as ações do governo.

3.3 O mercado de trabalho brasileiro e o emprego formal entre 2000 e 2016

Após examinarmos, na seção anterior, os principais acontecimentos políticos e econômicos que marcaram o período de 2000 a 2016, partiremos agora na busca das

transformações ocorridas no mercado de trabalho, em especial no segmento formal. O objetivo desta seção centra-se em verificar as principais alterações resultantes das conjunturas econômicas vivenciada no período estudado para o emprego formal e, ao mesmo tempo, apontar as principais características através da distribuição do emprego formal sob algumas segmentações de indicadores disponibilizados pela base de dados RAIS, como o tamanho dos estabelecimentos, as regiões brasileiras, os setores de atividade econômica e por faixas de remuneração.

3.3.1 A trajetória recente do mercado de trabalho brasileiro

De acordo com Pochmann (2010), algumas características das mudanças ocorridas no mercado de trabalho brasileiro nos anos de 1980, 1990 e 2003, são válidas para a extração de peculiaridades dos diferentes fenômenos. Na década perdida, em especial nos anos 80, a economia brasileira baseou-se no processo de industrialização conduzido pelo Estado nacional. Nesse contexto, o mercado de trabalho caracterizou-se por uma estrutura de progressivo assalariamento com a manutenção de formas de ocupação mais precárias, como a ocupação do tipo conta-própria e com níveis de informalidade, medida pela não contribuição à previdência, sempre em patamares muito elevados, que representou algo como a metade da força de trabalho em atividade. Após esse período, a precariedade foi aliada a uma queda dos salários reais e aprofundamento da concentração da renda, em especial nos anos 90. Dentre outros aspectos, o autor destaca:

[...] além de um agravamento de todos esses elementos, houve também um aumento sem precedentes da taxa de desemprego, que: saltou de um patamar médio de 6,6%, no governo Sarney, para quase 8,5% no mandato de Collor/Itamar; teve novo salto para 10,2% no primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso e para 11,7% no segundo (POCHMANN, 2010, p.2)

A expansão do mercado de trabalho no Brasil deu-se no bojo do modelo de desenvolvimento baseado na substituição de importações, caracterizado por uma elevada heterogeneidade estrutural. Sob esse modelo conviveram atividades modernas e altamente produtivas com atividades tradicionais, capitalistas ou não, marcadas pela baixa produtividade. Segundo Vargas (2002), em várias regiões do país, houve um intenso processo de industrialização de atividades tradicionais, implicou em um intenso êxodo rural, formando-se grandes cinturões de pobreza em torno das médias e grandes cidades e uma ampla camada de operários instáveis e apresentando baixa qualificação.

Com o avanço do neoliberalismo em várias economias, no Brasil houve um processo de abertura econômica iniciado por Collor, sendo intensificado até 2001, acarretando em resultados bastante degradantes no estoque de emprego industrial, devido ao longo tempo de vigência da política econômica baseada no câmbio valorizado e juros altos. Isso sem contar o apego da política econômica a metas de inflação que limitavam a utilização de instrumentos de política para a retomada do desenvolvimento (POCHMANN, 2010).

Vários autores têm indicado que as transformações sociais e econômicas mais recentes, decorrentes do processo de reestruturação produtiva do capital, além de intensificarem as velhas desigualdades e precariedades estruturais, produziram também novos mecanismos de precarização e exclusão através de um desemprego aberto elevado e de uma nova informalidade do trabalho (POCHMANN, 2002).

Nesse sentido, as relações de trabalho nos países que conformam a periferia do capitalismo mundial não registram idêntica trajetória de avanços, conforme observado em alguns poucos países desenvolvidos. Por conta disso, a evolução do trabalho no Brasil apresenta especificidades que não devem ser menosprezadas no âmbito da reprodução das principais características do subdesenvolvimento. Pochmann (2010) elenca três principais especificidades que marcam o mundo do trabalho:

- a) A primeira resulta tanto da longa transição da sociedade agrária como da rápida e incompleta passagem pela sociedade urbano-industrial. Enquanto o primitivismo da sociedade agrária durou 430 anos (1500-1930), a sociedade urbano-industrial predominou por menos de 60 anos (da década de 1930 à de 1980).
- b) A segunda especificidade do trabalho no Brasil deriva do predomínio de regimes políticos não democráticos, geralmente conduzidos pelo conservadorismo autoritário, avesso a avanços sociais e trabalhistas rápidos e imediatos. Exemplos disso podem ser constatados na própria experiência nacional de regulação lenta e tardia das relações de trabalho, a começar pela longa transição do trabalho escravo.
- c) Por fim, a terceira especificidade nas relações de trabalho no Brasil decorre da singularidade da conformação das classes trabalhadoras durante o ciclo de industrialização nacional (1930-1980). O movimento migratório campo-cidade foi geralmente espontâneo e acompanhado de certa mobilidade social, ao contrário da experiência europeia de regressão social representada pelo movimento de expulsão do trabalho no meio rural e pela transição da condição de servo para a de operário nos séculos XVIII e XIX. (POCHMANN, 2010, p. 21-22).

Na recente década de 2000, com o fortalecimento das funções sociais e econômicas de regulação estatal e suas políticas desenvolvimentistas, tanto o crescimento econômico como uma forte ampliação do consumo e do poder aquisitivo do salário mínimo definem o novo cenário econômico e social no Brasil. O Ministério do Trabalho e Emprego tem se empenhado para ampliar a cobertura do registro administrativo de emprego formal, não somente com o aumento da fiscalização, mas também com a tímida formalização de pequenos negócios e a facilidade de prestação de informações via internet. Entretanto, na década de 90, tais medidas

não surtiram efeitos, visto que as condições macroeconômicas não eram favoráveis, assim a criação de novos postos de trabalho formal permaneceu estagnada pelo menos até o início da década seguinte.

A partir da primeira década de 2000, um fenômeno distinto em termos de geração de emprego e renda passou a ocorrer, fazendo com que o mercado de trabalho brasileiro ganhasse um novo impulso. O crescimento do emprego formal, que já vinha se recuperando desde 1999, neste momento ganha novo fôlego e passa a ser acelerado¹³, contribuindo para diminuição da informalidade e o do desemprego. De acordo com a Tabela 2, observa-se que tanto a base de informações da RAIS quanto da PNAD, evidencia o mesmo fenômeno de crescimento do emprego formal no período de 2000 a 2014, mesmo após a crise financeira mundial de 2008.

Tabela 2 - Brasil: Número de emprego formal (em mil), segundo a RAIS e PNAD, entre 2000 e 2016; e Variação percentual (%)

Ano	RAIS	Variação (%)	PNAD	Variação (%)
2000	26.229	-	-	-
2001	27.190	3,66	27.579	-
2002	28.684	5,50	28.459	3,19
2003	29.545	3,00	29.474	3,57
2004	31.408	6,30	31.406	6,55
2005	33.239	5,83	32.642	3,94
2006	35.155	5,77	34.221	4,84
2007	37.607	6,98	36.261	5,96
2008	39.442	4,88	38.688	6,69
2009	41.208	4,48	39.439	1,94
2010	44.068	6,94	-	-
2011	46.311	5,09	43.522	10,35
2012	47.459	2,48	44.851	3,05
2013	48.948	3,14	45.651	1,78
2014	49.572	1,27	46.082	0,94
2015	48.061	-3,05	44.153	-4,19
2016	46.060	-4,16	-	-

Fonte: RAIS-MTE e PNAD-IBGE; Elaboração própria

¹³ No período compreendido entre 1995 e 1999, o crescimento médio anual do emprego formal foi de 358 mil postos de trabalho, já entre 1999 – 2003 foi de 1,13 milhões e entre 2003 e 2007 foi de quase 2 milhões de postos por ano, em média (CORSEUIL, MOURA e RAMOS, 2011).

Os ritmos de crescimento do emprego formal das fontes de informações¹⁴ utilizadas se elevam a partir de 2003, voltando a convergir após 2011. Para efeitos de comparação, entre 2001 e 2014, segundo dados da RAIS, o emprego formal brasileiro teria registrado um crescimento de 4,7% ao ano, já para a PNAD, o indicador teria crescido a uma taxa de 4,0% ao ano. O bom desempenho econômico fortaleceu o mercado interno, a retomada do investimento em infraestrutura e a ampliação da cobertura das políticas sociais, dando lugar a um movimento que tem se caracterizado pela queda do desemprego, da informalidade, da desigualdade de renda corrente e pobreza ao longo de todo o território nacional (DEDECCA; LOPREATO, 2013).

De acordo com Baltar (2015), a reativação do mercado de trabalho foi um dos principais determinantes da relativa melhora na condição socioeconômica da população brasileira, desde que o prolongado *boom* internacional de *commodities* passou a favorecer o desempenho econômico dos países em desenvolvimento dotados de recursos naturais.

O estudo das relações entre produção, emprego e renda do trabalho ajuda a revelar o mercado de trabalho implícito na forma de crescimento da economia brasileira depois da abertura comercial e financeira, com uma orientação de política macroeconômica que prioriza o controle da inflação, usando como instrumento principal o manejo da taxa básica de juros pelo Banco Central do Brasil (BCB), enquanto as autoridades fiscais executam o orçamento de modo a evitar que o déficit nominal amplie a relação entre dívida pública e PIB e o governo renuncia ao uso da taxa de câmbio como instrumento de política de desenvolvimento da produção doméstica de bens que concorrem com a produção de outros países. O governo, entretanto, notadamente desde 2006, em um quadro internacional favorável ao crescimento da economia, atuou para reforçar o aumento das rendas mais baixas, o acesso ao crédito para consumo da parte de todos trabalhadores formais, em atividade ou aposentados, e os investimentos em infraestrutura (BALTAR, 2015, p. 7).

Da mesma forma, Cacciamali (2010) acrescenta que o crescimento econômico e o aquecimento do mercado de trabalho foram circunscritos por intervenções federais que, apoiadas por ações subnacionais em parceria com a sociedade civil, promoveram aumento real dos rendimentos do trabalho dos estratos inferiores da distribuição de renda.

A partir da base de dados da RAIS, verifica-se que em 2014 atingiu-se o maior patamar de vínculos formais (celetistas e estatutários) no país com o registro de 49 milhões trabalhadores. Considerando o período de ampliação contínua do emprego formal, entre 2000

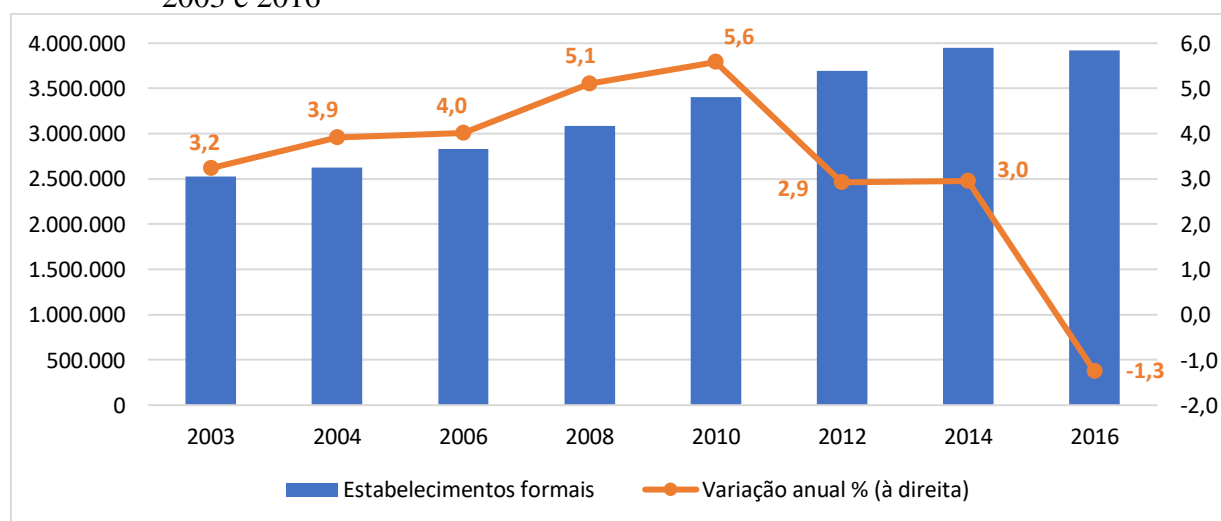
¹⁴ Apesar das distintas fontes informação apresentarem o mesmo comportamento de crescimento do emprego formal, vale ressaltar que as diferenças existentes entre elas podem ser esclarecidas pelo período de referência de cada uma, sendo o mês de setembro para PNAD e dezembro para RAIS. Soma-se a isso o fato de o emprego nos estabelecimentos que respondem o questionário da RAIS conterem uma diversidade maior de formas de contratação de mão de obra. Enquanto na PNAD, consideramos o emprego formal como a soma dos empregados com carteira, dos militares e dos estatutários. Portanto, é possível que as outras formas de contrato, sejam captadas pela PNAD como empregados sem carteira e, por conseguinte, resultando no crescimento de emprego formal mais expressivo na RAIS.

a 2014, foram gerados cerca de 23,3 milhões de postos de trabalhos formais, o que corresponde ao crescimento no período de 4,7 % ao ano. Tal resultado reflete uma situação econômica mais estável, com indicadores mais favoráveis do mercado de trabalho. Contudo, no início da década de 2010 até 2014 o crescimento do mercado de trabalho passa a desacelerar, e entre os anos de 2014 e 2016, o país registrou o fechamento de 3,5 milhões de trabalhadores com carteira assinada devido à instabilidade econômica e ao ambiente recessivo que se propagava. Os fatores determinantes que dinamizaram o mercado de trabalho no Brasil, em ambas conjunturas econômicas, estão ligados a manutenção de algumas políticas macroeconômicas e da atuação do Estado já destacadas na seção anterior do presente capítulo.

3.3.2 Evolução dos principais indicadores do emprego formal no Brasil

Com o intuito de avaliar as principais alterações no emprego formal resultantes das conjunturas econômicas vivenciada no período estudado, faz-se a distribuição do emprego formal sob algumas segmentações de indicadores disponibilizados pela base de dados RAIS. Mas antes disso, procurando entender alguns determinantes desse comportamento diferenciado do emprego formal ao longo dos anos analisados, o trabalho de Corseuil, Moura e Ramos (2009), aponta que a variação do emprego formal pode ser entendida como resultante da variação conjunta de dois componentes: número de estabelecimentos formais e tamanho médio dos estabelecimentos formais. Verifica-se que no período de 2003 a 2014, assim como o emprego formal, o número de estabelecimentos apresentou crescimento positivo (Gráfico 5).

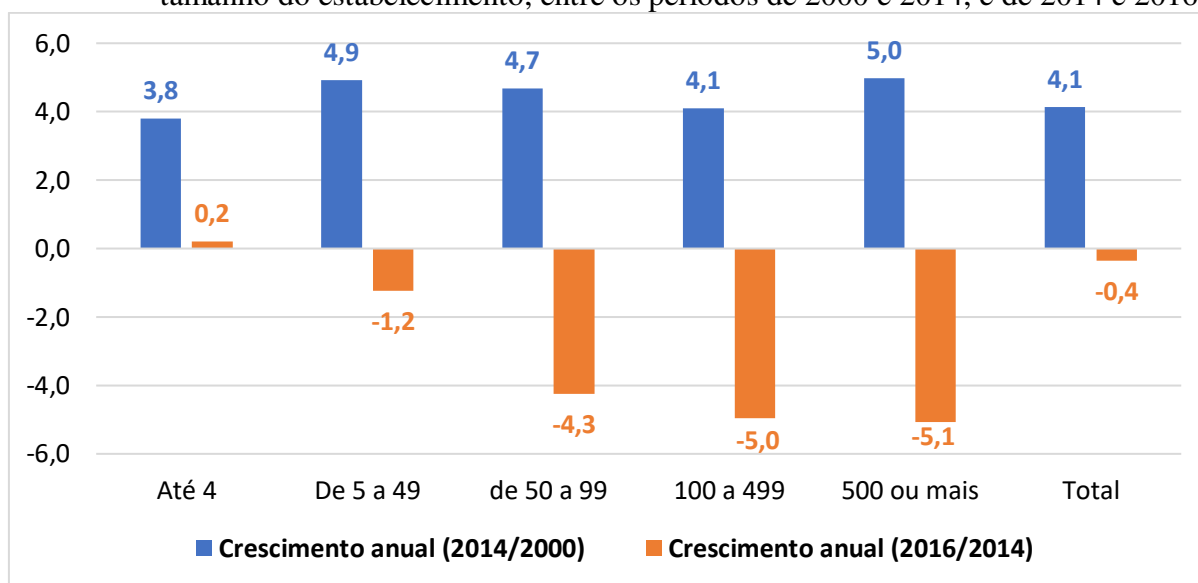
Gráfico 5 - Brasil: Número de estabelecimentos formais e Variação anual (%), entre os anos de 2003 e 2016



Fonte: RAIS (MTE); Elaboração própria

Em relação ao tamanho dos estabelecimentos, nota-se que a geração de empregos formais, sucedida no período de 2000 a 2014, foi mais predominante em estabelecimentos bem estruturados administrativamente, no qual é verificado crescimento mais elevado nos estabelecimentos maiores, com capacidade de empregar mais trabalhadores (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Brasil: Variação anual (%) do número de estabelecimentos formais, segundo o tamanho do estabelecimento, entre os períodos de 2000 e 2014, e de 2014 e 2016



Fonte: RAIS (MTE); Elaboração própria

No período destacado, houve uma redução do cenário de vulnerabilidade e incerteza macroeconômica, que marcou a década de 1990 (CORSEUIL, MOURA E RAMOS, 2009). Além disso, destacam-se algumas medidas institucionais como a implementação de sistemas tributários especiais para pequenas empresas, tais como o Simples Federal de 1997 e a Lei Complementar 128/2008 que criou a figura do Microempreendedor Individual (MEI). Ambas medidas contribuíram positivamente com o avanço do emprego formal, a ampliação das firmas novas e a sobrevivência das menores. Por outro lado, observa-se que no período de recessão econômica (2014 a 2016), na maioria dos portes de empresas apresentados houve decréscimo do número de estabelecimentos formais, com exceção de empresas que empregavam até 4 trabalhadores (+0,2% a.a.).

Avaliando a distribuição do emprego formal por setores de atividade econômica, podemos observar importantes mudanças na participação relativa de alguns setores da economia na geração de empregos formais. No período de 2010 a 2014 houve uma expansão em todos os setores (Tabela 3), resultado de fatores como fortalecimento da demanda interna,

proporcionado possivelmente pela elevação real da massa salarial, expansão do crédito do sistema financeiro com recursos livres para pessoas físicas e aumento dos investimentos.

Tabela 3 - Brasil: Número de empregos formais, segundo setores e subsetores de atividade, entre 2002 e 2016; e Taxa de crescimento anual (%)

Setores e subsetores de atividade	2002	2006	2010	2014	2016	Cresc. a.a. (%)	
						(2014/2002)	(2016/2014)
Extrativa Mineral	122.801	183.188	211.216	257.606	221.331	6,4	-7,3
Indústria de transformação	5.209.774	6.594.783	7.885.702	8.171.022	7.148.013	3,8	-6,5
Prod. Mineral Não Metálico	282.486	321.177	410.734	454.512	384.754	4,0	-8,0
Indústria Metalúrgica	511.911	647.335	796.617	770.894	631.569	3,5	-9,5
Indústria Mecânica	302.876	415.775	566.490	633.030	519.432	6,3	-9,4
Elétrico e Comunicações	182.065	243.071	281.779	297.181	234.951	4,2	-11,1
Material de Transporte	316.414	437.293	583.777	591.072	453.885	5,3	-12,4
Madeira e Mobiliário	415.004	443.034	468.744	480.545	408.573	1,2	-7,8
Papel e Gráfica	307.540	360.367	406.074	405.698	354.468	2,3	-6,5
Borracha, Fumo, Couros	239.222	298.529	327.271	337.446	304.603	2,9	-5,0
Indústria Química	547.399	673.587	902.703	950.919	865.053	4,7	-4,6
Indústria Têxtil	732.559	874.488	1.036.949	997.677	846.566	2,6	-7,9
Indústria Calçados	262.537	306.791	348.691	309.288	284.995	1,4	-4,0
Alimentos e Bebidas	1.109.761	1.573.336	1.755.873	1.942.760	1.859.164	4,8	-2,2
S.I.U.P.	310.366	344.565	402.284	450.098	429.435	3,1	-2,3
Construção Civil	1.106.350	1.393.446	2.508.922	2.815.686	1.985.404	8,1	-16,0
Comércio	4.826.533	6.330.341	8.382.239	9.728.107	9.264.904	6,0	-2,4
Comércio Varejista	4.071.559	5.321.362	7.002.037	8.087.377	7.666.170	5,9	-2,6
Comércio Atacadista	754.974	1.008.979	1.380.202	1.640.730	1.598.734	6,7	-1,3
Serviços	9.182.552	11.229.881	14.345.015	17.313.495	16.708.852	5,4	-1,8
Instituição Financeira	572.239	663.147	785.167	865.950	853.575	3,5	-0,7
Adm Técnica Profissional	2.685.419	3.364.451	4.568.046	5.511.578	5.103.667	6,2	-3,8
Transporte e Comunicações	1.478.840	1.759.518	2.308.822	2.779.158	2.586.955	5,4	-3,5
Aloj Comunic	2.544.009	2.973.378	3.702.656	4.317.987	4.183.784	4,5	-1,6
Médicos Odontológicos e Vet.	1.007.649	1.188.575	1.475.324	1.918.019	2.021.981	5,5	2,7
Ensino	894.396	1.280.812	1.505.000	1.920.803	1.958.890	6,6	1,0
Administração Pública	6.787.302	7.721.815	8.923.380	9.355.833	8.826.040	2,7	-2,9
Agricultura	1.138.235	1.357.230	1.409.597	1.479.663	1.476.219	2,2	-0,1
Total	28.683.913	35.155.249	44.068.355	49.571.510	46.060.198	4,7	-3,6

Fonte: RAIS (MTE); Elaboração própria

Destaque para o setor de Construção Civil, que registrou a maior taxa de crescimento (8,1%), perfazendo um total de 2,8 milhões de trabalhadores formais em 2014. Tal resultado deve-se aos investimentos realizados em infraestrutura no período, com destaque para o

Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)¹⁵. Destaca-se também o maior ganho de participação relativa no estoque de empregos formais no setor do Comércio, que antes contava com 4,8 milhões de empregos formais em 2000 e ampliou o seu contingente para 9,7 milhões em 2014. Em 2016, o setor responde por 20,11% do mercado de trabalho do país, ultrapassando as participações da Indústria de Transformação (15,52%) e Administração Pública (19,16%) que detinham uma parcela maior de empregos formais que o setor em 2000. Já o setor de Serviços que apresentou crescimento de 5,4% ao ano entre 2000 e 2014, permanece como o setor que mais concentra postos formais no país, alcançando a máxima de 36,28% de participação relativa em 2016.

Em relação ao período de desaceleração do mercado de trabalho formal, seguido de deterioração nos anos seguintes, nota-se que o setor de atividade que mais desmobilizou mão de obra assalariada foi a Indústria de Transformação (-1,023 milhão), seguido da Construção (-830,2 mil) e Serviços (-604,6 mil). Na Indústria de transformação, onde o ambiente se caracterizava com redução de incentivos fiscais como um todo e renda das famílias mais comprometida, todos os subsetores apresentaram desempenho negativo, sendo que os que mais contribuíram para o resultado foram a Metalúrgica, Têxtil e Material de transporte. Já o setor da Construção civil, afetado pelo aumento dos juros e restrição no crédito no período, registrou a maior variação negativa (-16,0%) dentre os setores. A crise econômica também foi responsável por interromper o crescimento do setor de Serviços que registrou queda, entre 2016 e 2014, de 1,8% ao ano. Um dos principais fatores que influenciaram o desempenho negativo do setor, estão relacionados a piora nas condições de crédito, o aumento da inflação e o fraco desempenho do consumo das famílias, que caiu com a retração da renda.

No tocante a avaliação regional, verifica-se que o comportamento de crescimento do emprego formal observado no país também se conferiu de maneira equivalente em todas as regiões naturais entre 2002 e 2014 (Tabela 4).

O emprego formal ainda é caracterizado por uma forte concentração na região Sudeste do Brasil, que detinha cerca de 50,0% do total de empregos no ano de 2014. Mas constata-se que, mesmo com a ampliação do emprego formal no período em destaque, essa região teve uma perda na participação relativa de 2,73 pontos percentuais, acompanhada pela região Sul que

¹⁵ O PAC foi um programa de investimentos públicos lançado em 2007 e executado até 2010 pelo governo federal que visava a retomada do planejamento, da execução e da gestão de grandes obras públicas de “infraestrutura social, urbana, logística e energética” no país. Seu objetivo era fazer o “resgate do planejamento e de retomada dos investimentos em setores estruturantes do país”, de modo a superar a deficiência de grandes investimentos de infraestrutura, geralmente negligenciados pela iniciativa privada no Brasil (Disponível em Ministério do Planejamento. PAC. Sobre o PAC <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>> Acesso em 10 de agosto de 2018).

registrou perda de 0,45 p. p. em sua participação relativa no mesmo período. Tal fato deve-se a um maior crescimento registrado nas outras regiões, principalmente no Nordeste (5,4% a.a.) e Norte (6,6% a.a.), que resultaram em um aumento de participação, respectivamente, de 1,48 p.p. e 1,13 p.p. entre 2002 e 2014. Sob outra perspectiva, entre 2014 e 2016, a piora no mercado de trabalho formal atingiu todas as regiões do país, com predominância no Norte (-4,1% a.a.), Sudeste (-4,0% a.a.) e Nordeste (-3,9% a.a.). Mesmo neste cenário desagradável, as regiões Sul (+0,32 p.p.) e Centro-Oeste (+0,24 p.p.) desfrutaram do ganho de participação relativa do emprego formal no período.

Tabela 4 - Brasil: Número de empregos formais e participação relativa (%), segundo regiões, entre 2002 e 2016; Taxa de crescimento ao ano (%) e Variação absoluta (em pontos percentuais)

Abrangência	Emprego formal					Cresc. a.a. (%)	
	2002	2006	2010	2014	2016	(2014/ 2002)	(2016/ 2014)
Brasil	28.683.913	35.155.249	44.068.355	49.571.510	46.060.198	4,7	-3,6
Norte	1.296.597	1.792.126	2.408.182	2.801.469	2.579.035	6,6	-4,1
Nordeste	4.859.397	6.185.903	8.010.839	9.132.863	8.436.203	5,4	-3,9
Sudeste	15.128.474	18.140.168	22.460.999	24.792.464	22.851.175	4,2	-4,0
Sul	5.075.659	6.170.491	7.557.531	8.550.246	8.091.911	4,4	-2,7
Centro-Oeste	2.323.786	2.866.561	3.630.804	4.294.468	4.101.874	5,3	-2,3
Participação (%)						Variação p.p.	
Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	0,00	0,00
Norte	4,52	5,10	5,46	5,65	5,60	1,13	-0,05
Nordeste	16,94	17,60	18,18	18,42	18,32	1,48	-0,11
Sudeste	52,74	51,60	50,97	50,01	49,61	-2,73	-0,40
Sul	17,70	17,55	17,15	17,25	17,57	-0,45	0,32
Centro-Oeste	8,10	8,15	8,24	8,66	8,91	0,56	0,24

Fonte: RAIS (MTE); Elaboração própria

Ainda na questão regional do emprego, vale destacar que o Nordeste é marcado por um processo cheio de especificidades em sua formação do trabalho, devido a sua inserção tardia no circuito de renda e de investimentos. De acordo com Araújo e Lima (2010), no início dos anos 60 que a região logrou por longos períodos de crescimento, impulsionado pelas políticas de incentivos implantadas pelo Governo Federal para o nordeste brasileiro¹⁶. Esta mudança, na

¹⁶ Diante do baixo dinamismo da economia regional, foi criado em 14 de dezembro de 1956, pelo Presidente Juscelino Kubitschek, e coordenado por Celso Furtado, o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste

forma de articulação da economia regional com os demais espaços econômicos do país, a partir da ampliação das atividades industriais na participação no produto regional, só foi possível graças aos investimentos do Governo Federal, e aos incentivos fiscais e financeiros que foram criados para estimular a instalação de empreendimentos privados na Região Nordeste¹⁷. Ainda assim, a região ainda tem grande representação de ocupações informais, de baixa produtividade e de ocupações formais de relativamente baixa remuneração. Diante disso, é fundamental que o Estado brasileiro disponha de uma efetiva política de desenvolvimento regional, considerada a ampliação da base produtiva nacional e a necessidade de eliminação de persistentes disparidades sociais e econômicas entre regiões.

Outro aspecto importante a ser analisado no âmbito do mercado de trabalho formal no período estudo, refere-se à distribuição do emprego formal segundo as faixas de remuneração (Tabela 5). Examinando a geração de empregos formais sucedida no período de 2002 a 2014, evidencia-se forte expansão de trabalhadores formais na faixa de remuneração até 1,5 salários mínimos, na qual registrou-se a maior taxa de crescimento (+7,5% a.a.), dentre outras faixas apresentadas. Esse período foi caracterizado por forte geração de emprego em baixas remunerações, principalmente em setores chaves da economia como setor terciário, construção Civil e indústrias extrativas. Além disso, segundo Souen (2014), tal cenário estava fortemente relacionado à melhoria da distribuição da renda ao longo do período, devido a dinâmica ligada às políticas públicas de recuperação real do salário mínimo¹⁸ e de transferência de renda, além de um quadro mais favorável aos salários, com o câmbio valorizado e inflação baixa.

Vale frisar, que no período verificou-se também um crescimento real continuado dos salários, que associado ao crescimento do emprego formal contribuiu para o crescimento da renda e do consumo, especialmente entre os trabalhadores com menor renda. Este processo de crescimento do estoque de empregos formais é comumente identificado como um processo de formalização dos postos de trabalho existentes e como uma expressiva criação de novos postos

(GTDN), cujo relatório fundamentou a estratégia inicial de ação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, baseada em uma vigorosa política de estímulos à industrialização.

¹⁷ Os incentivos fiscais do sistema 34/18-FINOR, permitiam a qualquer empresa de capital nacional ou estrangeiro, ao realizar investimentos no Nordeste, Norte de Minas Gerais, Vale do Jequitinhonha e no Norte do Espírito Santo, reduzir em 50% o imposto de renda devido. Os demais incentivos para a economia regional foram derivados de investimentos de empresas estatais de grande porte: Petrobrás e Vale do Rio Doce, capitais privados oriundos de grandes empresas locais, nacionais e multinacionais e financiamentos do BNDES e BNB.

¹⁸ Segundo Meressi (2016), em 25 de fevereiro de 2011 foi editada a Lei nº 12.382, que, além de fixar o valor do salário mínimo de 2011, estipulou a sua política de valorização de longo prazo. Em síntese, a regra definida na política de valorização do salário mínimo estabeleceu que, no período compreendido entre 2012 e 2015, o índice de reajuste seria baseado na taxa de inflação (Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC) do ano antecedente, e o aumento real seria na magnitude da taxa de crescimento real do PIB de dois anos anteriores ao de vigência do novo salário mínimo.

de trabalho (BALTAR *et al.*, 2010). No entanto, ainda que de modo geral os salários tenham aumentado bastante e a desigualdade tenha diminuído, as diferenças de remuneração do emprego formal continuaram ainda muito grandes. Mesmo assim, este crescimento dos salários, acompanhado do crescimento do emprego, reforçou a retomada da demanda por bens e serviços na economia brasileira, contribuindo assim para a retomada do investimento e do crescimento econômico verificado no período. Por outro lado, entre 2014 e 2016, o desempenho negativo apontado em todas as faixas de remuneração deve-se a queda nos postos de trabalhos formais atingida pela crise, a qual afetou com maior predominância trabalhadores alocados nas faixas mais elevadas de salário: de 3 a 7 salário mínimos (-6,2% a.a.) e de 7 ou mais (-7,1% a.a.).

Tabela 5 - Brasil: Número de empregos formais, segundo faixas de remuneração, entre 2002 e 2016; Taxa de crescimento ao ano (%)

Faixa de remuneração (salário mínimo)	2002	2006	2010	2014	2016	Cresc. a.a. (%)	
						(2014/ 2002)	(2016/ 2014)
Até 1,50 sm	6.203.608	10.902.308	14.371.753	14.769.933	14.456.472	7,5	-1,1
De 1,51 a 3,00 sm	10.300.062	12.460.163	15.819.075	18.746.077	17.318.564	5,1	-3,9
De 3,01 a 7,00 sm	7.189.010	7.059.412	8.240.822	9.724.062	8.554.865	2,5	-6,2
7 ou mais sm	4.076.629	3.510.514	3.941.610	4.374.455	3.776.457	0,6	-7,1
Não classificados	914.604	1.222.852	1.695.095	1.956.983	1.953.840	6,5	-0,1
Total	28.683.913	35.155.249	44.068.355	49.571.510	46.060.198	4,7	-3,6

Fonte: RAIS (MTE); Elaboração própria

Em conformidade com as informações apresentadas no capítulo, conclui-se que a expansão econômica vivenciada entre 2003 e 2014, teve como fatores decisivos do crescimento do PIB e do mercado de trabalho formal o aumento sistemático do salário mínimo real, a ampliação e aumento real das transferências de renda e das políticas de incentivo ao investimento e à produção. A partir de 2004, foi sendo confirmado um processo significativo de alteração na composição das ocupações, principalmente apoiado no expressivo aumento do emprego formal. Ao mesmo tempo em que se elevou o emprego formal, tanto pela criação de postos formais, como pela formalização de grande parte de postos existentes, viu-se um menor ritmo de crescimento da parcela de trabalhadores mais precarizados, indicando uma tendência à reestruturação do mercado de trabalho. Entretanto, apesar do expressivo aumento do emprego formal e do crescimento da demanda por trabalhadores mais qualificados, viu-se que a grande maioria dos empregos criados se concentra nas faixas de rendimento mais baixas devido a absorção da População Economicamente Ativa (PEA) em atividades de baixa produtividade como os serviços, comércio e construção civil.

Em relação ao período caracterizado como início da recessão econômica, viu-se que o mercado de trabalho acompanhou o enfraquecimento do nível de atividades, com redução no nível geral das ocupações, ampliação da taxa de desocupação e da informalidade. A precarização cresceu simultaneamente com a massificação da desocupação, com perfis distintos entre os ocupados e os sem ocupações (POCHMANN, 2018). Devido a este cenário macroeconômico, o mercado de trabalho formal brasileiro, mesmo passando a recessão, deverá seguir o comportamento de lenta retomada da atividade nos anos seguintes, porém, como as consequências da crise foram profundas, as dificuldades para a recuperação do emprego formal serão imensas.

4 MARANHÃO E SUAS REGIÕES GEOGRÁFICAS: principais transformações socioeconômicas e a dinâmica do emprego formal entre 2006 e 2016

No presente capítulo, realiza-se uma pesquisa bibliográfica sobre a estrutura econômica maranhense, e por meio da análise da base de dados da RAIS e do IBGE é feito também uma caracterização detalhada da estrutura econômica das regiões geográficas do estado por meio de indicadores como número de emprego, sua distribuição regional e setorial e também sua distribuição por faixa de salários. Além disso, busca-se, através de métodos econométricos, avaliar o comportamento e a relação da dinâmica emprego-PIB para o estado e suas regiões geográficas.

4.1 Principais aspectos da formação socioeconômica maranhense e o desempenho do emprego formal na década recente

Nessa seção serão abordados aspectos gerais da economia maranhense, destacando também os aspectos físicos e geográficos do estado, a evolução da indústria, sua heterogeneidade regional, aspectos do mercado de trabalho, e a posição recente da economia maranhense no cenário nacional.

O estado do Maranhão localiza-se na região Nordeste do Brasil, possuindo uma extensão territorial de 332 mil km², que o coloca como o oitavo maior estado brasileiro. Segundo Burnett (2015), o Maranhão é historicamente dividido entre um Sul sertanejo, mais pecuário, e um Norte mais agrário e que vive em função de sua capital litorânea que é distante política, cultural e economicamente da realidade do interior do Estado. Para um melhor entendimento sobre tais diferenças regionais dentro do próprio estado, faz necessário um breve apanhado sobre a sua formação social e econômica.

A formação econômica e social do Maranhão, segundo Arcangeli (1987), pode ser dividida em quatro fases. A primeira refere-se a conquista e povoamento inicial que vai do início do século XVII até o início da segunda metade do século XVIII. A segunda marca a inserção na divisão internacional do trabalho que perdurou dos primeiros anos da segunda metade do século XVIII até a nona década do século XIX, após um período de progressiva decadência econômica iniciada a partir da segunda metade desse mesmo século. A terceira fase caracteriza-se como a “involução” econômica, compreendida entre os últimos anos do século XIX e a década de 40. A última fase, iniciada na década de 50 do século XX, relata a inserção na divisão nacional do trabalho.

Cada fase mencionada está associada a uma forma de intervenção do Estado, bem como as atividades econômicas que prevaleceram ao longo do seu período de formação econômica. Segundo Mesquita (2008), no período da primeira fase, o Maranhão situa-se em uma forma precária de povoamento e de atividades econômicas que estavam voltadas a agricultura de subsistência, ao extrativismo de ervas e a caça indígena. Os vales do Itapecuru e Mearim são explorados e ocupados por conta das incursões contra as tribos, resultando daí um território livre para atividades permanentes como a pecuária e a lavoura temporária.

Na segunda fase, temos como fator marcante a criação da Companhia Geral de Comércio do Grão Pará e Maranhão, que viabilizava a inserção do Maranhão na divisão internacional do trabalho típica do antigo sistema colonial, a partir da exportação para o continente europeu de produtos, em especial o algodão, o arroz e couro. Segundo Holanda (2008), na primeira metade do século XIX, o Maranhão foi marcado por um avanço simultâneo das plantations de algodão e cana de açúcar, que condicionaram fortemente a ocupação das regiões leste e central do Estado.

A fase seguinte, caracterizada como involução econômica, inicia-se com a libertação dos escravos, o que possibilitou a troca do trabalho escravo para o trabalho livre dos moradores das grandes propriedades então dedicadas a monoculturas e, secundariamente, a pecuária ultra-extintiva. É nesse período também, em especial na segunda década do século XX, que a atividade do babaçu se integra, juntamente com o arroz, como as principais atividades geradoras de renda e absorvedoras de mão de obra não qualificadas (MESQUITA, 2008).

Ao atingir-se a metade do século XX, quarta fase elencada por Arcangeli (1987), a economia maranhense promove uma nova articulação de inserção na divisão nacional do trabalho, no entanto, houveram poucas mudanças na dinâmica das atividades econômicas que baseavam-se em: i) pecuária extensiva e degenerativa, ii) pesca artesanal, iii) extração e coleta de produtos nativos (notadamente o babaçu), iv) cultivo de gêneros de subsistência utilizando meios predatórios como as queimadas. Os únicos cultivos que chegaram a ocorrer de forma industrial (cana-de-açúcar e algodão) há muito já haviam entrado em decadência. No beneficiamento da mandioca predominavam os pilões, caititus e diversos outros equipamentos artesanais herdados da cultura indígena (TRIBUZI, 2011). No final da década de 1970, a baixa produtividade na produção de óleo babaçu e na produção de arroz explica o processo de decadência enfrentado pelas duas culturas.

O movimento de integração do Maranhão só se efetiva verdadeiramente após 1964, quanto um conjunto de infraestrutura, sobretudo rodovias como a Belém/Brasília; São Luís/Belém e São Luís Teresina ligam o Maranhão a ponto estratégico do Centro-Sul e a Sudene

e Sudam começam a financiar projetos de todo tipo especialmente os agropecuários. Num primeiro momento, essa integração se faz como a produção de alimentos básicos (arroz) e pecuária bovina, posteriormente com o Grande Carajás como exportador de minério (ferro e alumínio). O processo de inclusão ao mercado nacional, inicialmente se fez “espontaneamente” via migração de nordestinos expulsos pela secular crise agrária que ainda domina o Nordeste, depois a partir de gordos subsídios às empresas comerciais e agropecuárias com objetivo de modernizá-las tecnologicamente, bem como gerarem demanda de insumos ao polo dinâmico do capitalismo brasileiro. Foram duas estratégias diferentes que conseguiram incorporar milhões de hectares ao processo produtivo (MESQUITA, 2006).

Os grandes projetos foram desenhados a partir do II PND, sob a bandeira do Projeto Carajás, com a instalação da Companhia Vale do Rio Doce na capital maranhense, o aproveitamento da estrada de ferro existente e a instalação do consorcio multinacional voltado a produção e exportação de alumínio em lingotes (Alumar), além da expansão, com incentivos e subsídios federais e estaduais de projetos tais como eucalipto e bambu para celulose, pecuária bovina, cana de açúcar e álcool (HOLANDA, 2008).

No tocante ao Projeto Ferro Carajás, este contribuiu para uma maior visibilidade do Estado em nível nacional e o tornou um polo competitivo para o escoamento da produção do país, principalmente pelo Porto do Itaqui. O projeto contava com obras de infraestrutura rodoviária entre São Luís e Teresina, ferroviárias, como a Ferrovia Carajás, e portuária notadamente no Porto do Itaqui. Este percurso possui uma extensão de 890km (onde 590 km encontram em solo maranhense) e contribuiu, junto com o retorno do crédito agrário, para que uma faixa de mais de 30.000 km², que vai do Oeste maranhense até o seu litoral, se tornasse um celeiro de empreendimentos voltados à exportação. Esse corredor de exportação finaliza-se no distrito industrial da capital maranhense no Porto do Itaqui. Vale registrar que a ilha de São Luís possui extraordinárias condições geográficas para a construção de portos de águas profundas, o que contribuiu para a decisão da ALUMAR e da Vale em decidir implementar seus projetos na região.

Holanda (2008) destaca também que no final da década de 1970 uma nova frente de ocupação econômica se delineia com o avanço da agricultura graneleira mecanizada no sul do Estado, a partir da região de Balsas. Ao final da década de 1980, tem lugar o avanço de um segundo polo de agricultura graneleira mecanizada na região leste do estado, principalmente nas microrregiões de Chapadinha e do Baixo Parnaíba. O autor ressalta também que a instalação de guseiras no Maranhão e no Pará propiciaram, a partir do início da década de 1980, à expansão

da atividade de desmatamento voltado a produção de carvão que impactou de forma significativa as regiões Central e Leste do estado.

Vale salientar a importância do Porto do Itaqui, cujas obras de construção foram iniciadas em 1966, como o elo de conexão de São Luís com o mercado internacional. A sua proximidade com o Hemisfério Norte proporciona, atualmente, uma redução de dez dias de viagem à Europa e aos Estados Unidos em relação aos portos do Sul além de ser o principal porto de escoamento da produção de Tocantins, Bahia e Piauí e possuir uma carteira de exportação composta principalmente de soja, ferro gusa, combustíveis, grãos entre outros (BURNETT, 2015). Também é um dos principais pontos de escoamento da exportação de commodities minerais e agrícolas (em que se destacam ferro, alumínio e soja do Sul do Maranhão) por onde o Maranhão se conecta com o mercado internacional (BARBOSA, 2012).

De fato, ao longo da segunda metade do século XX, o governo tentou acelerar o processo de desenvolvimento e inserção econômica desta região utilizando a sua política macroeconômica, em especial a de caráter fiscal. Houve um forte investimento com vias a garantir uma infraestrutura social e econômica em atividades produtivas para que fosse possível a instalação de médias e grandes empresas visando um aumento dos índices econômicos e produtividade.

Entretanto, Paula e Mesquita (2008) revelam que a base econômica do Maranhão é por si só bem precária e tem como característica baixa monetização da economia (com algumas regiões até anos atrás vivendo de agricultura de subsistência e escambo), baixo nível educacional da população, baixo nível técnico de sua agricultura e instituições precárias. Além disso, se caracteriza por possuir uma frágil base produtiva (com características de agricultura de subsistência de baixa eficiência convivendo com uma agricultura mecanizada, mas de alta concentração de renda e de alto impacto ambiental), baixa produtividade econômica, precária infraestrutura, concentração de renda e terras e baixo nível de investimento.

Segundo Paula e Mesquita (2008), tais instrumentos para tentar modernizar a economia maranhense pouco puderam alterar qualitativamente o perfil produtivo do Estado ainda que tenham sido os principais indutores de investimentos e o que terminou por viabilizar uma expansão capitalista do Estado, em algumas poucas atividades, por meio de crédito e incentivos fiscais. Porém, tais investimentos foram pontuais e direcionados a setores intensivos em capital ou de atividades extensivas que pouco contribuíram para a estruturação da cadeia produtiva estadual.

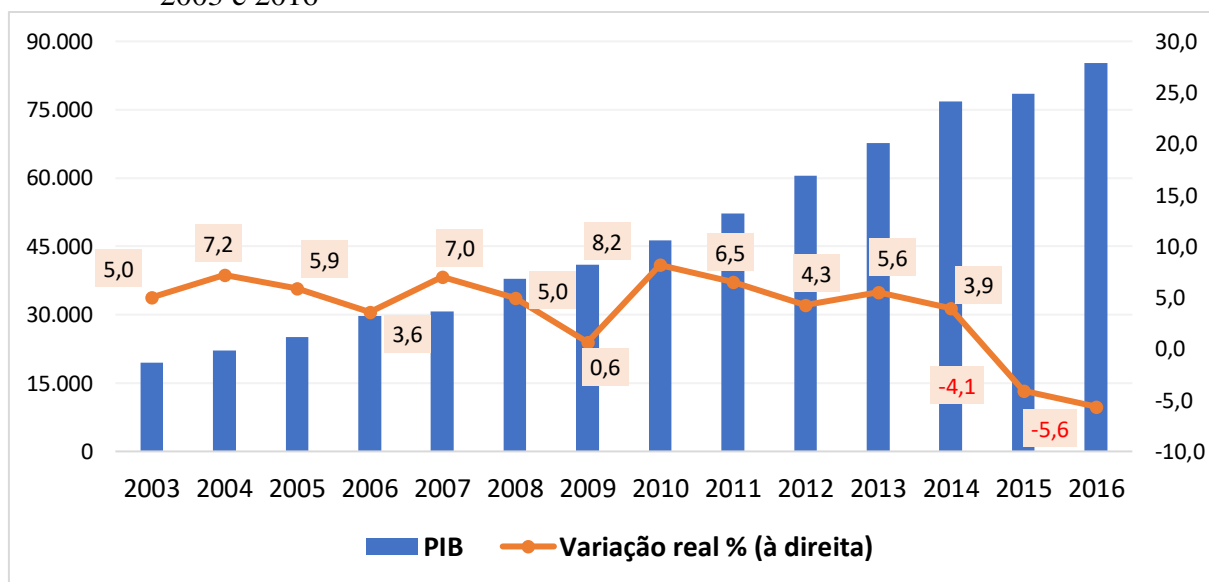
O agronegócio, principalmente com o cultivo de soja no sul do Maranhão, é outro fator de dinamismo no Estado. Porém, o crescimento econômico não conseguiu reverter o quadro de

atraso e subdesenvolvimento que o Estado se encontra há gerações embora tenha havido algumas mudanças consideráveis advindas da alteração da matriz produtiva do setor industrial principalmente durante os anos 90 (PAULA e SILVA, 2009).

Na década de 1990 houve a maturação e esgotamento do ciclo de investimentos metalúrgicos-logístico (Vale – Carajás e ALUMAR) que ocorreram na primeira metade da década de 1980 junto a posterior crise fiscal que se abateu no Estado (IMESC, 2008). Outro fator explicativo importante para as dificuldades da década de 1990 foram as condições macroeconômicas adversas que se seguiram à estabilização monetária, a partir da política de juros reais de 20% ao ano em média, que restringiu a demanda doméstica, e o câmbio valorizado que afetou a competitividade das exportações (HOLANDA, 2008).

Porém, o Estado vê a sua economia na primeira década do século XXI se expandir por meio da geração de emprego e renda e também desenvolvimento econômico. A década de 2000 trouxe mudanças substanciais quando comparada a década anterior, com o Produto Interno Bruto do Estado registrando variação real positiva durante todo o período de 2003 e 2014 (Gráfico 7), sendo superior às registradas na economia brasileira e nordestina¹⁹.

Gráfico 7 - Maranhão: Produto Interno Bruto (em mil R\$) e variação real (%), entre os anos de 2003 e 2016



Fonte: IBGE; Contas Regionais; Elaboração Própria

O período destacado foi caracterizado por um cenário de expansão econômica no país como um todo. Na região Nordeste, por exemplo, todas as unidades federativas experimentaram

¹⁹ No período entre 2003 e 2013, o Maranhão apresentou uma taxa de crescimento média de 5,2%, enquanto o país e a região nordeste registraram 3,5% e 3,9%, respectivamente.

crescimento econômico entre 2003 e 2014. Sobre a economia nordestina os autores Moura, Paula e Freitas (2018) destacam características que são similares com a economia maranhense, como uma elevada incidência de pobreza, baixo nível de desenvolvimento econômico e alta concentração de renda. Todavia, os autores ponderam que apesar dos indicadores de desenvolvimento da região se encontrem posicionados abaixo da média nacional, os mesmos assumiram uma trajetória que revela melhoras significativas nas três últimas décadas. Tal trajetória positiva em ambas as abrangências se deve a dois fatores: os programas de transferência de renda (aposentadorias rurais, transferências constitucionais a estados e municípios) e investimentos em infraestrutura por parte do poder público (possibilitou uma melhora no ambiente de negócios regional, impulsionando assim os investimentos privados).

[...] quando tomado em consideração o período 2004-2013, é possível constatar que, enquanto a economia brasileira cresceu 9,7%, comparando o último ano dessa série com o primeiro, a economia do Nordeste cresce 13,6%. Mas um fato dos mais interessantes é que tal crescimento tenha atingido de forma mais intensa exatamente algumas das partes mais pobres da região, quando se relata que estados como o Maranhão e o Piauí, experimentaram uma expansão econômica da ordem de 21,9%, 20,3% respectivamente (MOURA, PAULA e FREITAS, p. 19, 2018).

Paula e Holanda (2011) apontam que, na década de 2000, principalmente após 2004, quando a economia brasileira acoplou-se ao movimento de forte crescimento do comércio internacional, a dinâmica da economia maranhense teve seu forte crescimento baseado em três vetores: expansão das exportações de commodities agrícolas e minerais²⁰ (alumina, ferro e soja); expansão das transferências federais²¹, principalmente, o Bolsa Família; e, a expansão do crédito ao consumo e ao financiamento imobiliário. Isto é, dos três vetores apontados um apenas está ligado diretamente à produção. Entretanto, a grande crise internacional que eclodiu em setembro de 2008, evidenciou novamente que o padrão de acumulação do Maranhão é vulnerável aos choques externos, além de insustentável no longo prazo. O Maranhão foi mais afetado do que o Brasil com a crise, justamente porque sua estrutura produtiva é extremamente dependente do comércio exterior. É importante afirmar que tal crise só não se transformou em colapso, devido às transferências de recursos de Brasília para o estado.

²⁰ No período entre 2003 e 2013, o valor exportado do complexo de alumina calcinada maranhense registrou crescimento de 27,5% ao ano, enquanto que os complexos de soja e ferro, apresentaram taxas de 18,7% a.a. e 8,8% a.a., respectivamente (MDIC, 2018).

²¹ Destacam-se os Fundos de Participação dos Estados (FPE), Fundos de Participação dos Municípios (FPM) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEF). Os dois primeiros fundos correspondem as parcelas transferidas da arrecadação nacional do Imposto de Renda e do Imposto Sobre Produtos Industrializados, enquanto que o terceiro é vinculado ao financiamento das despesas com atividades da educação nos estados e municípios.

Considerando ainda o período de expansão econômica vivenciada no Estado, Moura *et al.* (2010) destaca como fator importante no período do crescimento econômico a parceria entre a iniciativa privada e as próprias empresas estatais como provedoras de infraestrutura econômica e social, com o intuito de viabilizar um processo mais demorado e robusto de crescimento econômico no País. Soma-se a isso a integração entre as esferas estaduais, estaduais e municipais com o propósito de evitar a sobreposição de tarefas e desperdício de recursos, harmonizando suas ações. Tal fator é uma das principais características do Programa de Aceleração do Crescimento²² (PAC), lançado em 2007 com a intenção de viabilizar um montante de investimentos. O autor ressalta ainda que, devido aos seus prováveis reflexos positivos sobre a produção de bens e serviços no país e aos efeitos multiplicadores sobre a criação de emprego e renda, o programa tende a provocar impactos significativos na maioria dos indicadores econômicos e sociais.

Em relação a destinação dos investimentos previstos pelo PAC envolvendo o solo maranhense, Moura *et al.* (2010) aponta que eles estão predominantemente direcionados as potencialidades existentes no Estado (hidrelétrico, portuário, rodoviário, etc.). Tendo em vista que tais potencialidades são expressivas e que os montantes a serem investidos representam cifras consideráveis, o PAC proporcionou efeitos significativos sobre o desenvolvimento econômico e social do Maranhão através da duplicação da BR 135, Programa Minha Casa Minha Vida, Unidade de Pronto Atendimento (UPA), Usina Eólica, Usina Termelétrica, entre outros²³.

No âmbito do mercado de trabalho maranhense, observa-se que o Estado obteve a mesma performance de crescimento do emprego formal. Conforme observado na Tabela 6, houve uma significativa melhora do grau de formalização das relações de emprego com maior intensidade no Maranhão do que no conjunto do país. Quando observado a média de crescimento entre os anos de 2003 e 2014, o Estado apresentou expressivo aumento no emprego formal, com registro de 7,0%, enquanto que o Nordeste e o Brasil atingiram taxas de 5,4% e 4,7%, respectivamente.

²² O PAC surgiu em janeiro de 2007 não somente como uma tentativa de aglutinar um conjunto de esforços (inclusive de outras iniciativas governamentais) para a promoção do crescimento econômico, mas, também, como uma oportunidade para direcionar o foco dos agentes públicos e privados para a remoção dos obstáculos estruturais que durante mais de duas décadas vinham limitando a capacidade da economia brasileira se desenvolver.

²³ Para consultar mais obras concluídas por meio do PAC, ver mais detalhes em: <<http://www.pac.gov.br>> acesso em 15 de junho de 2018.

Tabela 6 - Brasil, Nordeste e Maranhão: Número de empregos formais, taxa de crescimento (%) e Participação do emprego formal maranhense (%), entre 2002 e 2016

Ano	Brasil (%)		Nordeste (%)		Maranhão (%)		Part. do MA (%)	
							no BR	no NE
2002	28.683.913	-	4.859.397	-	329.935	-	1,15	6,79
2003	29.544.927	3,0	5.095.390	4,9	348.761	5,7	1,18	6,84
2004	31.407.576	6,3	5.394.730	5,9	370.370	6,2	1,18	6,87
2005	33.238.617	5,8	5.808.590	7,7	400.154	8,0	1,20	6,89
2006	35.155.249	5,8	6.185.903	6,5	437.433	9,3	1,24	7,07
2007	37.607.430	7,0	6.567.837	6,2	482.938	10,4	1,28	7,35
2008	39.441.566	4,9	6.948.709	5,8	540.010	11,8	1,37	7,77
2009	41.207.546	4,5	7.422.186	6,8	562.275	4,1	1,36	7,58
2010	44.068.355	6,9	8.010.839	7,9	636.625	13,2	1,44	7,95
2011	46.310.631	5,1	8.481.080	5,9	675.274	6,1	1,46	7,96
2012	47.458.712	2,5	8.613.556	1,6	696.348	3,1	1,47	8,08
2013	48.948.433	3,1	8.926.710	3,6	721.490	3,6	1,47	8,08
2014	49.571.510	1,3	9.132.863	2,3	738.826	2,4	1,49	8,09
2015	48.060.807	-3,0	8.899.279	-2,6	722.866	-2,2	1,50	8,12
2016	46.060.198	-4,2	8.436.203	-5,2	700.200	-3,1	1,52	8,30
Média (%) 2003-2014	-	4,7	-	5,4	-	7,0	-	-
Média (%) 2015-2016	-	-3,6	-	-3,9	-	-2,6	-	-

Fonte: RAIS (MTE); Elaboração própria

Além do crescimento econômico, Duailibe (2010) destaca também como outro fator importante para o aumento do emprego formal, a atuação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que tomou para si, através da Secretaria de Inspeção do Trabalho - SIT, a responsabilidade de regulação das condições de trabalho no país²⁴. Com esse objetivo foram constituídos, a partir de 2003, no âmbito das regionais, grupos de Inspectores voltados para a imposição e monitoramento do cumprimento das cotas de inserção de portadores de deficiência no mercado de trabalho.

No período de 2005 a 2009, em consequência das ações fiscais, foram inseridos no mercado de trabalho 107.371 pessoas com deficiência, em todo o país. No Maranhão, o total de trabalhadores com deficiência admitidos no mercado de trabalho, nesse período, somou mais de 2 mil indivíduos. Além das ações de fiscalização, a SRTE-MA realiza, regularmente, oficinas reunindo empregadores, trabalhadores com deficiência e entidades de qualificação profissional com o objetivo de prestar todas as orientações necessárias para o cumprimento da cota (DUAILIBE, p. 151, 2010).

²⁴ A partir da década de 1990, a Inspeção brasileira tem diversificado a sua atuação, no sentido de promover também a proteção focada em segmentos da população particularmente vulneráveis: crianças e adolescentes em situação de trabalho, jovens sem experiência no mercado de trabalho, pessoas portadoras de deficiência e trabalhadores expostos a condições degradantes ou análogas a de escravo. Para cada um desses temas/grupos de trabalhadores foram criados grupos especializados de inspetores nas regionais do Ministério do Trabalho e do Emprego (DUAILIBE, p. 151, 2010).

Dentre outros programas, Duailibe (2010) destaca também a promoção da aprendizagem profissional para jovens trabalhadores, que ganhou impulso a partir de 2000, quando foi promulgada a Lei nº. 10.097, atualizando as condições para a admissão de aprendizes. A partir desse período, a Inspeção do Trabalho passa a desenvolver a fiscalização sistemática para o cumprimento das cotas de aprendizagem por parte das empresas.

Entre 2001 e 2008, foram admitidos 239.208 trabalhadores aprendizes em todo o Brasil, recebendo formação técnico-profissional e adquirindo experiência prática nas empresas contratantes. No Maranhão, nesse mesmo período, a atuação da SRTEMA resultou na formação de mais de 3 mil jovens trabalhadores para o mercado de trabalho (DUAILIBE, p. 151, 2010).

Constata-se também, assim como verificado para o caso brasileiro, no período de análise desta dissertação, que o número de estabelecimentos formalizados aumentou de forma significativa no Maranhão (Tabela 7), apresentando um crescimento a taxas constantes, mesmo com as diferentes conjunturas econômicas vivenciadas entre 2000 e 2016. No período de crescimento econômico houve uma expansão de 7,2% a.a. do número de estabelecimentos, enquanto que no período de recessão econômica o ritmo de crescimento caiu para 1,8% a.a. Verifica-se ainda que a taxa de crescimento do número de estabelecimentos no estado foi superior à taxa de crescimento brasileiro e da região Nordeste durante todo o período, o que possibilitou também um aumento gradual de participação das empresas maranhenses nos dois planos regionais.

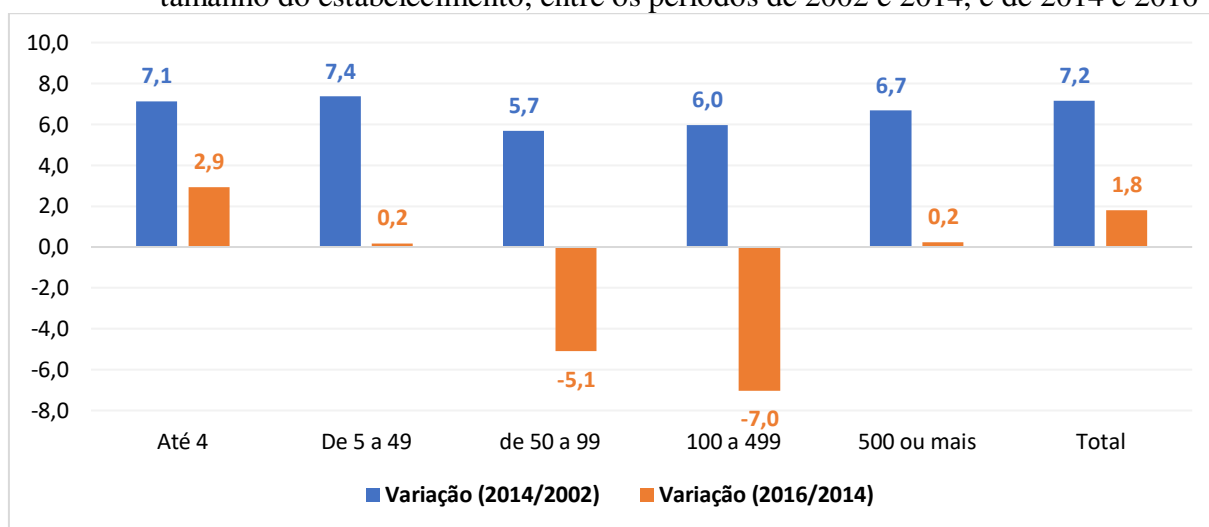
Tabela 7 - Brasil, Nordeste e Maranhão: Número de estabelecimentos formais, taxa de crescimento (%) e Participação dos estabelecimentos maranhenses (%), entre 2002 e 2016

Ano	Brasil (%)		Nordeste (%)		Maranhão (%)		Participação do MA (%)	
							no BR	no NE
2002	2.447.865	-	325.949	-	19.350	-	0,79	5,94
2003	2.527.285	3,2	341.450	4,8	20.835	7,7	0,82	6,10
2004	2.626.176	3,9	358.814	5,1	22.365	7,3	0,85	6,23
2005	2.724.172	3,7	375.597	4,7	23.729	6,1	0,87	6,32
2006	2.833.567	4,0	398.033	6,0	25.736	8,5	0,91	6,47
2007	2.935.448	3,6	415.879	4,5	27.377	6,4	0,93	6,58
2008	3.085.470	5,1	439.702	5,7	29.259	6,9	0,95	6,65
2009	3.223.514	4,5	466.962	6,2	31.327	7,1	0,97	6,71
2010	3.403.448	5,6	503.321	7,8	34.505	10,1	1,01	6,86
2011	3.590.616	5,5	541.971	7,7	37.518	8,7	1,04	6,92
2012	3.695.735	2,9	569.608	5,1	39.517	5,3	1,07	6,94
2013	3.836.771	3,8	597.544	4,9	41.854	5,9	1,09	7,00
2014	3.949.979	3,0	627.345	5,0	44.326	5,9	1,12	7,07
2015	3.971.108	0,5	637.614	1,6	45.712	3,1	1,15	7,17
2016	3.921.448	-1,3	632.774	-0,8	45.925	0,5	1,17	7,26
Média (%) 2003-2014	-	4,1	-	5,6	-	7,2	-	-
Média (%) 2015-2016	-	-0,4	-	0,4	-	1,8	-	-

Fonte: RAIS (MTE); Elaboração própria

Outra importante constatação, que é verificada analisando a evolução dos estabelecimentos formais pelo seu tamanho (Gráfico 8), é a ocorrência de maiores oscilações em estabelecimentos que empregam até 49 funcionários. Os estabelecimentos menores apresentaram crescimento superior aos dos estabelecimentos de médio e grande porte. No período de recessão, houve comportamento de queda somente nos estabelecimentos que empregam entre 50 a 99 trabalhadores (-5,1% a.a.) e entre 100 e 499 (-7,0% a.a.).

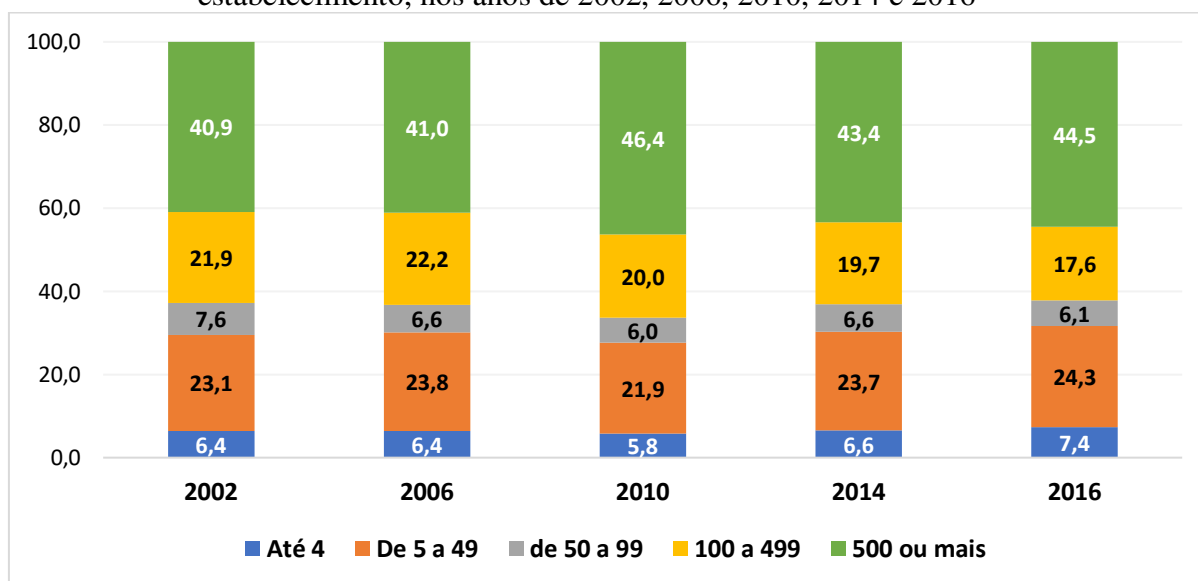
Gráfico 8 - Maranhão: Variação anual (%) do número de estabelecimentos formais, segundo o tamanho do estabelecimento, entre os períodos de 2002 e 2014, e de 2014 e 2016



Fonte: RAIS (MTE); Elaboração própria

Embora o crescimento da quantidade de estabelecimentos e de vínculos de emprego tenha sido generalizado, quando avaliado a distribuição do emprego segundo faixas de trabalhadores (Gráfico 9), percebe-se que a expansão do emprego formal foi mais expressiva nas empresas de grande porte (500 ou mais). Esta faixa de empregados detém a maior parcela de empregos formais do estado, e a mesma obteve uma ampliação significativa no período, passando de 40,9% em 2002 para 44,5% em 2016. Justamente por serem grandes, estes estabelecimentos dificilmente nasceriam informais, assim como dificilmente contratariam trabalhadores sem carteira, além do fato de que boa parte destes novos estabelecimentos se deve à expansão de negócios já existentes, com a abertura de novas plantas ou unidades produtivas, ou seja, expansão da capacidade produtiva de empresas já existentes via novos investimentos ou o surgimento de empresas novas com estabelecimentos que empregam muitas pessoas.

Gráfico 9 - Maranhão: Participação do emprego formal (%), segundo tamanho do estabelecimento, nos anos de 2002, 2006, 2010, 2014 e 2016



Fonte: RAIS (MTE); Elaboração própria

Em alternativa, as informações também permitem qualificar a idéia de que grande parte da ampliação do emprego formal no período poderia ser atribuída à simples formalização de micro e pequenas empresas-MPE (compreendidas nas faixas de até 4 e de 5 a 49 funcionários), pois nota-se as elevadas taxas de crescimento do número de estabelecimentos (Gráfico 8), bem como a ampliação da participação de emprego formal nessas faixas (Gráfico 9). Seriam estas empresas que teriam sofrido o processo de formalização por fiscalização e que teriam recebido benefícios para se regularizar.

A respeito do comportamento das MPE do Maranhão, Moraes (2017), destaca que no Maranhão observou-se tendência semelhante à registrada no país com relação ao crescimento do quantitativo de empregos celetistas associados a micro e pequenas empresas, as quais foram propiciados por fatores conjunturais como o cenário de expansão do crédito, crescimento das transferências constitucionais ao Estado e dos programas sociais, queda nos juros e valorização das commodities da pauta de exportação maranhense. O autor indica que houve uma melhor performance das empresas amparadas pela Lei Geral da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte-LGMEEPP²⁵ no Maranhão:

²⁵ Segundo Moraes (2017, p. 16-17) após várias modificações na legislação relativa à micro e pequena empresa foi aprovada a Emenda Constitucional (EC) nº 42 de 2003, a qual previu a criação de Lei Complementar para normatizar o tratamento diferenciado e favorecido às MPE, incluindo a instituição de um regime único de arrecadação dos impostos e contribuições da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, o Simples Nacional. A partir dessa Emenda Constitucional procedeu-se com a aprovação, em 14 de dezembro de 2006, da Lei Complementar (LC nº 123/2006), comumente conhecida como LGMEPP. A LGMEPP objetiva tornar as ME (Microempresas) e EPP (Empresas de Pequeno Porte), na formalidade, competitivas na relação com as grandes

O grupo dos estabelecimentos optantes continha 31,8 mil de empregos formais no Maranhão em 2007 e registrou 76,1 mil em 2015, uma taxa de crescimento média anual de 11,52% a.a., praticamente o dobro do ritmo de crescimento verificado no grupo dos não optantes. Isto denota que, para além dos efeitos positivos/negativos da conjuntura econômica a LGMEEPP contribuiu para acentuar o ritmo de crescimento do quantitativo de micro e pequenas empresas formais (MORAES, p. 111, 2017).

No entanto, sem menosprezar o impacto da formalização de pequenas empresas como importante aspecto do crescimento do emprego formal, percebe-se que a expansão do emprego formal entre 2003 e 2014 deve ser atribuída mais amplamente à retomada do crescimento da economia, o que motivou o surgimento de novos estabelecimentos de diversos tamanhos e em taxas muito altas (Gráfico 9), ou seja, tanto pequenas quanto médias e grandes empresas.

Holanda e Anchieta Júnior (2013), constataram ainda que as condições do mercado de trabalho maranhense se caracterizam por grande heterogeneidade, em face da diferenciação nas estruturas ocupacional e de rendimento ainda maior que a verificada no mercado de trabalho nacional. Nesse sentido, de acordo com Lima et al. (2015), no período entre 2002 e 2011, o mercado de trabalho maranhense apresentou um baixo grau de estruturação em relação ao brasileiro. Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PNAD, em 2011, enquanto a formalização das ocupações (carteira assinada somada aos militares e estatutários) atingia 46,0% no plano nacional, no Estado do Maranhão o percentual atingia somente 22,1%. “Ademais, enquanto no Brasil os empregados sem carteira assinada representavam 24,6% do total de empregados assalariados, no Maranhão, o percentual de emprego não protegido correspondia a 44,7%” (LIMA et. al, 2015 p. 29).

Com a finalidade de buscar uma associação entre o emprego formal e crescimento econômico, Silva (2018) verificou que o crescimento no Maranhão, entre 2003 e 2015, sofreu muitas variações, passando por um cenário de grande crise mundial, mas, assim como o emprego formal, pode-se dizer que teve bom desempenho na década analisada, com forte recuperação em 2010, seguida de desaceleração nos anos seguintes. As taxas do emprego formal acompanharam as flutuações das taxas do PIB no período de 2003 a 2015, mesmo com amplitudes menores que as variações do PIB, mostrando que o emprego foi menos afetado pelo contexto econômico e que ambas se movimentaram praticamente juntas ao longo dos anos, evidenciando a intensa relação entre esses dois indicadores.

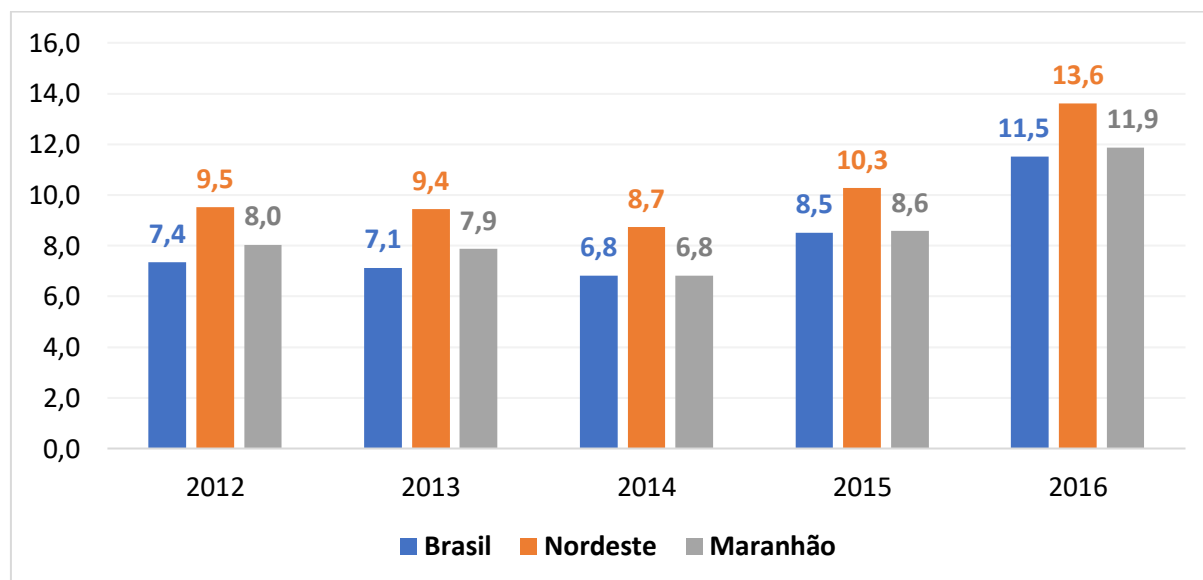
Contudo, após uma década em trajetória de redução, os desequilíbrios regionais no Brasil voltaram a se agravar a partir da grande tempestade recessiva de 2014 a 2016. A partir

empresas, e em comparação à economia informal, por meio do tripé da desoneração, estímulos e redução de barreiras.

de 2015 a economia maranhense segue pressionada pelos efeitos combinados da reversão do superciclo de *commodities* no plano internacional, a recessão e a crise fiscal e político institucional no plano nacional, e os graves impactos da estiagem que afeta o Nordeste e muito particularmente o Estado (IMESC, 2016). Destaca-se também nesse biênio o esgotamento do ciclo de expansão do crédito em várias modalidades, principalmente com o crédito imobiliário, e o aprofundamento da crise política, que impactou diretamente na virtual paralisação em investimentos do PAC, a exemplo da duplicação da BR 135, e do PMCMV. Como resultado, o PIB maranhense apresentou variação real negativa de 4,1% em 2015 e 5,6% em 2016 (Gráfico 7).

Não obstante, os autores Lima, Moraes e Silva (2018) acrescentam que a partir de 2015, ano de agravamento da crise econômica e política brasileira, o mercado de trabalho maranhense apresentou uma mudança significativa. A taxa média de desocupação experimentou uma trajetória ascendente, tanto no plano nacional como no plano estadual, saltando de 8,5%, em 2015, para 11,5% em 2016, no Brasil, e de 8,6% para 11,9%, no Maranhão, no mesmo período (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Brasil, Nordeste e Maranhão: Taxa de desocupação média (%), entre 2012 e 2016



Fonte: PNADc trimestral (IBGE); Elaboração própria

Assim como observado no Brasil e no Maranhão, o Nordeste também experimentou uma ampliação da taxa de desocupação entre 2012 e 2016, tendo os maiores registros quando comparado as demais regiões do país. Nesse sentido, Holanda (2018, p.28) ao tecer sobre o desastre ocupacional nordestino, chama a atenção para um fator preocupante: o processo ocorre

simultaneamente quando se desenrola uma verdadeira “operação desmonte” nos gastos federais na Região, que se iniciou de forma mais intensa nos investimentos diretos em infraestrutura e nos financiamentos do BNDES, e vai avançando rumo ao corte das transferências e dos gastos sociais, à medida em que prossegue o processo de enrijecimento do orçamento e corte das despesas discricionárias.

No universo das ocupações, os dados da PNAD Contínua referente a 2016, revelaram que 152 mil maranhenses perderam suas ocupações no período em relação a 2015, sendo que 121 mil somente no setor Agropecuário. Ademais, houve no período um forte movimento de precarização das relações de trabalho no Maranhão, com a perda de cerca de 48 mil ocupações com carteira assinada e o crescimento de 33 mil vagas de trabalhadores sem carteira assinada (IMESC, 2016).

No tocante ao mercado de trabalho formal, Moraes e Silva (2016), utilizando as informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), revelam que desde 2011 a economia maranhense tem gerado menos emprego formal, perfazendo saldo negativo de 16,4 mil postos de trabalho em 2015. Na abertura setorial, enquanto que o setor de Serviços e o Comércio mantiveram, no quadriênio 2011-2014 comportamento até certo ponto estável, a Indústria de Transformação registrou alguns sobressaltos e a Construção Civil quedas sucessivas. Do mesmo modo, observando os dados da RAIS (Tabela 6), observamos que o emprego formal apresentou um menor ritmo de crescimento a partir de 2011, alcançando taxas negativas em 2015 (-2,2%) e 2016 (-3,1%), porém inferiores quando comparadas ao plano regional e nacional.

Avaliando a distribuição do emprego formal segundo seções de atividades econômicas (Tabela 8), percebe-se que, no período de expansão econômica, as atividades relacionadas ao setor terciário apresentaram as maiores ampliações no quantitativos de empregos celetistas, com destaque para Administração Pública (+110 mil) e Comércio (+73,2 mil), o que representa um crescimento de 5,5% a.a. e 8,7% a.a., respectivamente. Apesar desse cenário, observa-se ainda a maior importância relativa do emprego público no Estado (44,7%), um dado que também indica uma menor diversificação da estrutura produtiva.

O setor do Comércio foi beneficiado, tanto no plano estadual quanto nacional, pelo ganho de renda dos brasileiros na década de 2000, proporcionado pela manutenção da estabilidade monetária, pelo avanço real no salário mínimo (com seus efeitos encadeados sobre a massa real de salários brasileira e maranhense), pelas transferências diretas de renda (que dinamizaram o comércio nas pequenas e médias cidades) e pela expansão do crédito (consignado ou direcionado à aquisição de imóveis e bens de consumo duráveis).

A Construção civil foi outro setor que foi beneficiado pelo crescimento da renda, tanto no plano nacional como no estadual, pois o avanço do emprego formal nesse setor foi significativo com crescimento de 13,1% a.a. no Maranhão entre 2006 e 2014. O setor foi impactado, pelos efeitos do *boom* imobiliário na capital e no restante dos municípios da ilha, além das obras de infraestrutura (Duplicação BR 135) e serviços especializados da construção (terraplanagem, estruturas metálicas, etc.).

Tabela 8 - Maranhão: Número de empregos formais, segundo seção de atividade econômica, nos anos de 2006, 2014 e 2016; e Taxa de crescimento anual (%)

Atividades econômicas	2006	2014	2016	a.a. (%)	
				(2014/ 2006)	(2016/ 2014)
Total das Atividades	437.433	738.826	700.200	6,8	-2,6
Agropecuária	18.235	22.316	21.108	2,6	-2,7
Indústrias extrativas	591	2.388	1.557	19,1	-19,3
Indústrias de Transformação	27.428	38.806	34.923	4,4	-5,1
S.I.U.P.	5.229	5.941	5.970	1,6	0,2
Construção	21.744	58.371	38.227	13,1	-19,1
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	77.328	150.580	148.350	8,7	-0,7
Transporte, armazenagem e correio	17.649	27.084	28.203	5,5	2,0
Alojamento e alimentação	8.178	17.985	18.355	10,4	1,0
Informação e comunicação	2.693	4.663	7.781	7,1	29,2
Atividades financeiras, de seguros e serviços	5.854	6.992	6.495	2,2	-3,6
Atividades Imobiliárias	292	1.808	1.720	25,6	-2,5
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	25.948	60.452	53.449	11,2	-6,0
Administração, defesa, educação e saúde e seguridade social	206.786	316.841	312.829	5,5	-0,6
Outras atividades de serviços	19.478	24.599	21.233	3,0	-7,1

Fonte: RAIS (MTE); Elaboração própria

Outra atividade que apresentou um maior dinamismo nos vínculos formais foram as Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares que registraram crescimento de 11,2% a.a. Em geral, são atividades que exigem a prestação de serviços técnicos com certa qualificação e sua expansão pode estar relacionada ao aumento da escolaridade da população maranhense, em especial o nível superior completo.

Por outro lado, no período de estagnação econômica (2015-2016), os segmentos que mais sentiram a conjuntura recessiva foram aqueles ligados a Construção Civil (-19,1% a.a.) responsável por 52,2% da desmobilização de trabalhadores celetistas total do Estado. O comportamento negativo da Construção Civil, deveu-se principalmente a interrupção das obras de duplicação da BR 135 e do PMCMV do Governo Federal, que afetaram diretamente as atividades Obras de Infraestrutura e de Construção de edifícios do Estado.

Por fim, vale observar a dinâmica da participação do emprego formal do Estado no total do país e no Nordeste (Tabela 6), que segue uma tendência ascendente no período, com exceção do ano de 2009 – o que mostra a maior vulnerabilidade do emprego formal no Estado, em relação às crises internacionais.

Em linhas gerais, o contexto macroeconômico maranhense baseou-se, por um lado, em aceleração do crescimento econômico devido a um cenário externo favorável o que valorizou os seus termos de troca baseado em *commodities* agrícolas e minerais acompanhado por geração de empregos, aumento da formalização, ampliação do consumo, valorização do salário mínimo e melhoramento da condição de vida de sua população. Por outro lado, o aprofundamento da crise política transformou o que seria um breve período de ajustamento em uma situação de grave deterioração econômica com elevadas taxas de juros e a dívida pública em uma trajetória explosiva. Os impactos inflacionários da forte desvalorização cambial e as dificuldades do Governo em aprovar no Congresso o necessário ajuste fiscal produziu uma desancoragem de expectativas, sinalizando para maior inflação no futuro, com consequente erosão da massa salarial e perspectivas de lenta retomada do consumo doméstico nos anos seguintes.

4.2 Aspectos socioeconômicos das regiões geográficas maranhenses

Esta seção do capítulo busca identificar por meio de dados populacionais, econômicos e sociais, a representatividade de cada região geográfica dentro do estado. Através desses dados procura-se fornecer maior compreensão do estado do Maranhão, de uma forma mais segmentada que exige, portanto, uma compreensão de suas regiões intermediárias e imediatas. Serão apresentados dados da população, da sua estrutura produtiva, do mercado de trabalho formal e do índice de desenvolvimento humano municipal. No entanto, torna-se necessário discorrer primeiramente sobre o novo recorte geográfico do Maranhão, oriundo da recente divisão regional brasileira divulgada pelo IBGE (2017).

4.2.1 A nova divisão regional do Maranhão: regiões intermediárias e regiões imediatas

No período de 1960 a 1980, inúmeros programas do Governo Federal produziam, através da implantação de complexos logísticos, radicais transformações sobre o território do Maranhão. Além do projeto de colonização do estado, elaborado e coordenado pela SUDENE, cabe lembrar a construção das rodovias BR 010, a Belém-Brasília e BR 316, a Belém-Maceió, da Represa de Boa Esperança, do Porto do Itaqui e da Estrada de Ferro Carajás, principais investimentos federais em infraestrutura que modificaram as condições socioeconômicas e ambientais maranhenses (IMESC, 2015). Diante disso cabe um breve relato das iniciativas governamentais mostrando a escassa relevância política dada ao tema desde os anos 1960 ao primeiro decênio do século atual. De acordo com o estudo do IMESC (2015):

Na década de 1960, época em que a fisiografia era instrumento principal para uma distribuição regional, quando o Estado do Maranhão tinha 129 municípios, foram criadas pelo Departamento de Estatística do Estado do Maranhão treze zonas fisiográficas; nessa mesma década, a Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão - SUDEMA apresentou a proposta das Regiões Ecológicas, distribuídas em sete unidades, enquanto o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE adotava a distribuição regional com 16 Microrregiões Homogênea. Essa tricotomia regional perdurou até 1990, quando o referido Instituto desativou as Microrregiões Homogêneas e as substituiu pelas regiões geográficas, classificadas em cinco mesorregiões, subdivididas em 21 Microrregiões Geográficas. Enquanto isso, alguns órgãos públicos estaduais utilizavam as Regiões Fisiográficas, outros as Microrregiões Geográficas ou, o que perdura até o momento atual, cada órgão criou e usa a sua própria regionalização (IMESC, p. 8, 2015).

Conforme abordado no segundo capítulo desta dissertação, em 2017, o IBGE lançou uma nova divisão regional para o país, com a justificativa do aumento significativo verificado na diferenciação interna do espaço territorial brasileiro, como resultado de modificações econômicas, demográficas, políticas e ambientais vivenciadas nas últimas décadas (IBGE, 2017). Tais fatores reforçaram a necessidade de atualização do quadro regional anterior (Mesorregiões e Microrregiões Geográficas) produzido na década de 1980. Para tanto, o estudo aponta que o recorte das Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias de 2017 incorpora as mudanças ocorridas no Brasil ao longo das últimas três décadas.

Com a nova divisão regional, o Maranhão ficou dividido em cinco regiões intermediárias e vinte duas regiões imediatas, conforme ilustra o Quadro 1 e o Mapa 1 a seguir:

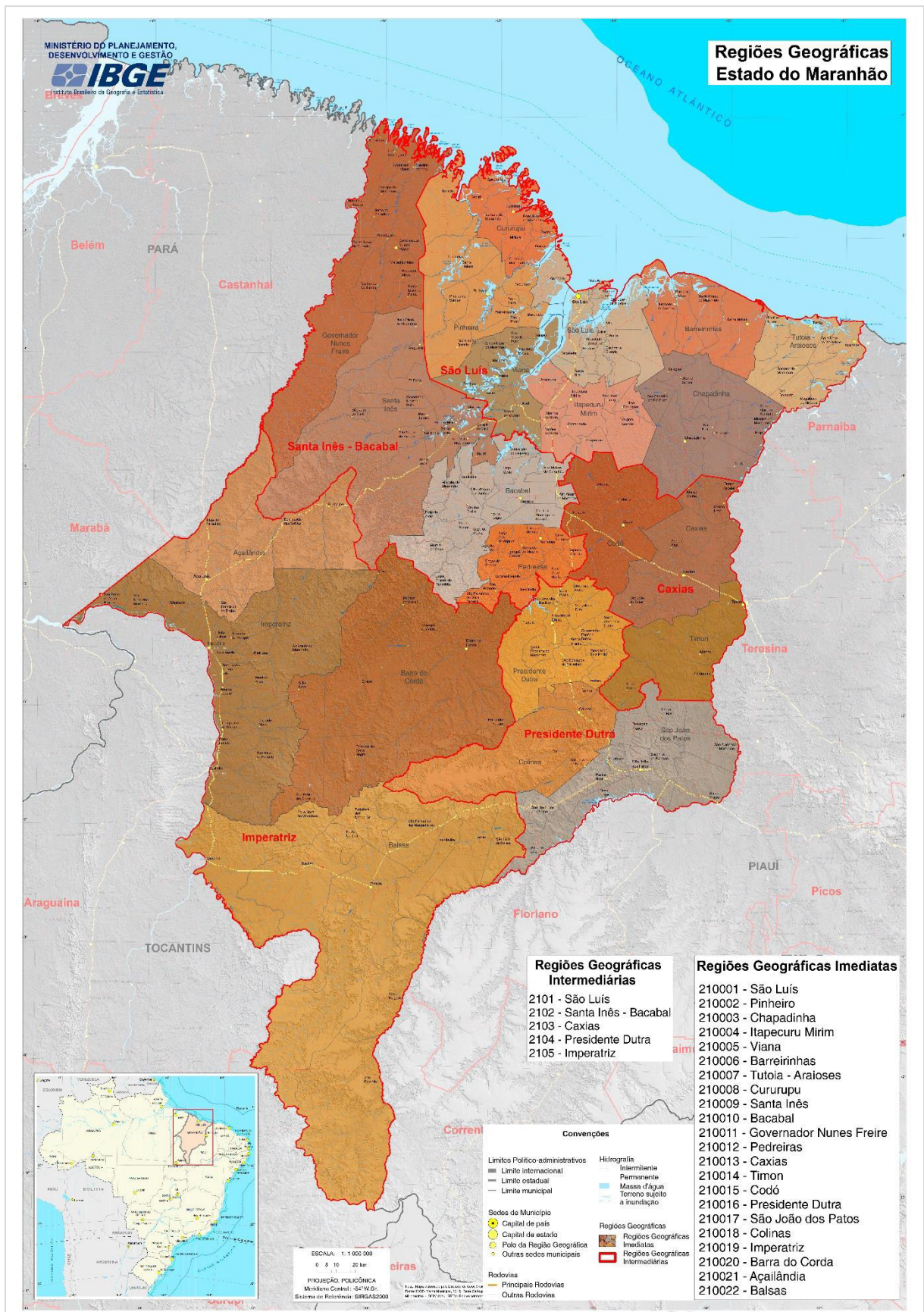
Quadro 1 - Divisão regional do Maranhão, segundo regiões geográficas, em 2017

Região Intermediária	Região Imediata	Quantidade de Municípios	Municípios
São Luís	São Luís	13	São Luís, São José de Ribamar, Santa Rita, Rosário, Raposa, Paço do Lumiar, Bacabeira, Alcântara, Presidente Juscelino, Morros, Icatu, Cachoeira Grande e Axixá
	Pinheiro	11	Turilândia, Turiaçu, São Bento, Santa Helena, Presidente Sarney, Pinheiro, Peri Mirim, Pedro do Rosário, Palmeirândia, Bequimão e Bacurituba.
	Chapadinha	10	Urbano Santos, São Benedito do Rio Preto, Santa Quitéria do Maranhão, Milagres do Maranhão, Mata Roma, Chapadinha, Buriti, Brejo, Belágua e Anapurus.
	Itapecuru Mirim	9	Vargem Grande, Presidente Vargas, Pirapemas, Nina Rodrigues, Miranda do Norte, Matões do Norte, Itapecuru Mirim, Cantanhede e Anajatuba
	Viana	10	Vitória do Mearim, Viana, São Vicente Ferrer, São João Batista, Penalva, Olinda Nova do Maranhão, Matinha, Cajari, Cajapió e Arari.
	Barreirinhas	4	Santo Amaro do Maranhão, Primeira Cruz, Humberto de Campos e Barreirinhas.
	Tutóia - Araisos	7	Tutóia, São Bernardo, Santana do Maranhão, Paulino Neves, Magalhães de Almeida, Araisos e Água Doce do Maranhão.
	Cururupu	9	Serrano do Maranhão, Porto Rico do Maranhão, Mirinzal, Guimarães, Cururupu, Central do Maranhão, Cedral, Bacuri e Apicum-Açu.
Santa Inês-Bacabal	Santa Inês	15	Zé Doca, Tufilândia, São João do Carú, Santa Luzia, Santa Inês, Pio XII, Pindaré-Mirim, Nova Olinda do Maranhão, Monção, Igarapé do Meio, Governador Newton Bello, Bom Jardim, Bela Vista do Maranhão, Araguanã, Alto Alegre do Pindaré.
	Bacabal	16	Vitorino Freire, Satubinha, São Mateus do Maranhão, São Luís Gonzaga do Maranhão, Paulo Ramos, Olho d'Água das Cunhãs, Marajá do Sena, Lagoa Grande do Maranhão, Lago Verde, Lago da Pedra, Conceição do Lago-Açu, Brejo de Areia, Bom Lugar, Bacabal, Alto Alegre do Maranhão, Altamira do Maranhão.

	Governador Nunes Freire	14	Santa Luzia do Paruá, Presidente Médici, Maranhãozinho, Maracaçumé, Luís Domingues, Junco do Maranhão, Governador Nunes Freire, Godofredo Viana, Centro Novo do Maranhão, Centro do Guilherme, Carutapera, Cândido Mendes, Boa Vista do Gurupi, Amapá do Maranhão.
	Pedreiras	14	Trizidela do Vale, São Roberto, São Raimundo do Doca Bezerra, Santo Antônio dos Lopes, Poção de Pedras, Pedreiras, Lima Campos, Lago dos Rodrigues, Lago do Junco, Joselândia, Igarapé Grande, Esperantinópolis, Capinzal do Norte, Bernardo do Mearim.
Presidente Dutra	Presidente Dutra	13	Tuntum, Senador Alexandre Costa, São José dos Basílios, São Domingos do Maranhão, Santa Filomena do Maranhão, Presidente Dutra, Graça Aranha, Governador Luiz Rocha, Governador Eugênio Barros, Governador Archer, Gonçalves Dias, Fortuna, Dom Pedro.
	São João dos Patos	11	Sucupira do Riachão, São João dos Patos, São Francisco do Maranhão, São Domingos do Azeitão, Pastos Bons, Passagem Franca, Paraibano, Nova Iorque, Lagoa do Mato, Benedito Leite, Barão de Grajaú.
	Colinas	4	Sucupira do Norte, Mirador, Jatobá, Colinas.
Imperatriz	Imperatriz	17	Vila Nova dos Martírios, Senador La Rocque, São Pedro da Água Branca, São João do Paraíso, Ribamar Fiquene, Porto Franco, Montes Altos, Lajeado Novo, João Lisboa, Imperatriz, Governador Edison Lobão, Estreito, Davinópolis, Cidelândia, Campestre do Maranhão, Buritirana, Amarante do Maranhão.
	Barra do Corda	9	Sítio Novo, São Pedro dos Crentes, Jenipapo dos Vieiras, Itaipava do Grajaú, Grajaú, Formosa da Serra Negra, Fernando Falcão, Barra do Corda, Arame.
	Açailândia	5	São Francisco do Brejão, Itinga do Maranhão, Buriticupu, Bom Jesus das Selvas, Açailândia.
	Balsas	12	Tasso Fragoso, São Raimundo das Mangabeiras, São Félix de Balsas, Sambaíba, Riachão, Nova Colinas, Loreto, Fortaleza dos Nogueiras, Feira Nova do Maranhão, Balsas, Carolina, Alto Parnaíba.
Caxias	Caxias	6	São João do Soter, Duque Bacelar, Coelho Neto, Caxias, Aldeias Altas, Afonso Cunha.
	Timon	4	Timon, Parnarama, Matões, Buriti Bravo.
	Codó	4	Timbiras, Peritoró, Coroatá, Codó.

Fonte: IBGE (2017); Elaboração própria

Mapa 1 – Divisão regional do Maranhão, segundo regiões geográficas, em 2017



Fonte: IBGE (2017)

4.2.2 Dinâmica populacional

O Estado do Maranhão está localizado no Oeste da Região Nordeste e apresenta uma área de 331.935 km², sendo o segundo maior Estado em área do Nordeste e o oitavo do país. A população do estado do Maranhão totalizou 6,954 milhões de habitantes no ano de 2016, marcando um crescimento de 1,3% a.a. entre os anos 2000 e 2016 (Tabela 9). A densidade demográfica do Estado ampliou em 3,9 pontos percentuais no período, atingindo 20,9 habitantes por km² em 2016.

Há de se destacar o período de transição demográfica no Maranhão vivenciado no século XXI. Mesquita (2011) destaca que a partir das décadas de 1980 e 2000 o contingente urbano foi paulatinamente superando o rural, e constatamos que tal comportamento prosseguiu para os anos seguintes. Como vemos, no período recente, a taxa de urbanização do estado ampliou de 59,4% em 2000 para 63,1% em 2016. Isso tem um significado importante por que interfere em inúmeras variáveis e atividades econômicas, constituindo em uma menor população no campo e crescimento do mercado urbano, maior demanda por alimento e matéria prima na oferta por bens e serviços coletivos – educação, saúde habitação e saneamento básico. O aumento da população urbana foi ocasionada, dentre outros fatores: pelo aumento da migração campo-cidade, devido à concentração da terra e da renda; a desarticulação da pequena produção de alimentos básicos e do extrativismo do babaçu; a ineficácia das políticas agrícolas – notadamente as voltadas para a agricultura familiar; a expectativa de emprego gerada pelo Programa Grande Carajás na década de 1980; e a ausência de políticas públicas voltadas ao atendimento de demandas básicas – saúde/educação – para a área rural (MESQUITA, 2011).

Os dados populacionais confirmam também forte concentração na região Intermediária de São Luís, que detém de aproximadamente 45,5% da população maranhense, em especial na região imediata de São Luís (1,6 milhão de habitantes). Há que ressaltar a presença de São Luís, que integra o espaço intermediário e comanda a vida de relações do conjunto do estado, pois é o centro de convergência de fluxos migratórios, das áreas rurais do Maranhão, como também de outros estados nordestinos. Como resultado, a região imediata de São Luís apresenta alta densidade demográfica (172,5 habitantes por km²) e uma taxa de urbanização elevada (78,2%). A capital maranhense juntamente com os municípios São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa, formam a ilha de São Luís, que, em 2016 concentrava uma população residente de 1.409.162 habitantes, o que corresponde a 44,5% do total da população da região intermediária de São Luís.

Tabela 9 - Maranhão, Regiões intermediárias e imediatas: População residente e densidade demográfica (habitantes/km²) entre 2000 e 2016, e taxa de urbanização (%) entre 2000 e 2010; Taxa de crescimento anual (%) e Variação absoluta (em pontos percentuais)

Abrangência	População residente			Densidade demográfica (hab/km ²)			Taxa urbanização (%)		
	2000	2016	a.a. (%)	2000	2016	Var. (p.p.)	2000	2010	Var. (p.p.)
Maranhão	5.657.553	6.954.036	1,30	17,0	20,9	3,9	59,4	63,1	3,7
São Luís	2.442.667	3.164.886	1,63	34,5	44,7	10,2	59,3	62,5	3,2
São Luís	1.225.383	1.605.305	1,70	133,7	172,5	38,9	76,3	78,2	1,9
Pinheiro	265.607	332.312	1,41	20,5	25,3	4,8	39,3	43,5	4,3
Chapadinha	212.284	266.179	1,42	17,0	21,8	4,7	48,1	54,4	6,3
Itapecuru Mirim	176.865	260.059	2,44	21,8	32,2	10,5	51,6	53,2	1,6
Viana	221.912	259.307	0,98	30,5	36,9	6,3	40,1	44,2	4,0
Barreirinhas	81.566	120.564	2,47	9,7	14,8	5,1	32,0	37,4	5,4
Tutóia - Araiões	140.548	192.525	1,99	19,9	26,6	6,8	30,6	34,5	3,9
Cururupu	118.502	128.635	0,51	22,1	22,7	0,6	49,1	55,0	6,0
Santa Inês - Bacabal	1.110.369	1.270.833	0,85	17,2	20,0	2,9	53,8	58,4	4,7
Santa Inês	401.975	456.271	0,79	16,9	18,9	2,0	50,4	55,1	4,7
Bacabal	349.270	410.179	1,01	28,9	29,0	0,1	55,3	59,8	4,5
Governador Nunes Freire	160.085	209.536	1,70	7,1	11,1	4,0	59,1	63,7	4,6
Pedreiras	199.039	194.847	-0,13	32,6	31,6	-1,1	53,7	58,1	4,4
Presidente Dutra	417.865	474.775	0,80	10,9	12,4	1,5	53,4	57,9	4,5
Presidente Dutra	218.335	244.567	0,71	19,0	23,2	4,2	53,7	55,1	1,3
São João dos Patos	128.388	148.724	0,92	8,3	9,5	1,2	56,0	63,9	7,9
Colinas	71.142	81.484	0,85	6,2	6,7	0,5	47,4	55,5	8,2
Imperatriz	1.036.329	1.277.912	1,32	7,9	9,7	1,8	63,7	66,9	3,2
Imperatriz	453.342	531.743	1,00	17,5	20,5	3,0	74,6	76,4	1,8
Barra do Corda	216.840	270.586	1,39	6,4	8,2	1,8	43,2	48,3	5,1
Açailândia	186.396	252.536	1,92	13,7	16,4	2,7	64,0	64,4	0,3
Balsas	179.751	223.047	1,36	3,1	3,9	0,8	60,8	69,2	8,4
Caxias	650.323	765.630	1,03	23,6	27,5	3,9	66,7	70,3	3,5
Caxias	229.724	272.381	1,07	22,2	26,6	4,4	68,1	71,7	3,6
Timon	210.040	257.185	1,27	23,8	29,6	5,8	70,7	73,5	2,8
Codó	210.559	236.064	0,72	25,2	26,4	1,2	61,3	65,2	4,0

Fonte: IBGE; Elaboração própria

A região intermediária de Imperatriz contabilizou um total de 1,277 milhões de pessoas residentes em 2016, com um crescimento de 1,32% ao ano, assinalando um resultado superior ao registrado no plano estadual. O crescimento excepcional dessa área é favorecido pelo longo traçado rodoviário, tanto no sentido de Belém, como no sentido centro-sul, bem como pela presença do rio Tocantins e recentemente, pelas ferrovias Carajás-São Luís e a Norte-Sul. Paralelamente à expansão rodoferroviária que vem experimentando a região intermediária acresce-se o dinamismo urbano (saiu de 63,7% em 2000 para 66,9% em 2016) e a ampliação do setor serviços, decorrente do papel exercido pela cidade de Imperatriz, capital regional dessa área de fronteira em expansão. Essa cidade detém a maior parcela da população

(253 mil hab.), por receber constantemente migrantes de todo o Maranhão e de outros estados. Desse modo, a cidade influencia não só outros centros urbanos do estado, mas, também, o norte do Estado do Tocantins, onde a vida de relações é intensificada pela presença da rodovia Belém-Brasília, estendendo-se, ainda, às regiões limítrofes com o Estado do Pará. Dentre as regiões imediatas pertencentes a intermediária de Imperatriz, a região de Balsas registrou o maior aumento no contingente populacional, com ampliação de 33 mil novos habitantes no período. Além disso, sua taxa de urbanização foi a que mais se expandiu no período (saiu de 60,8% em 2000 para 69,2% em 2016). Acredita-se que a articulação espacial existente com a região imediata de Imperatriz, sobretudo quanto às relações de caráter comercial, tenha influenciado na atração de novos habitantes para a região.

Outra importante consideração a ser realizada no período em análise, é referente ao crescimento populacional inferior ao apresentado para o Maranhão (1,30% a.a.) das intermediárias Santa Inês-Bacabal (0,85% a.a.), Presidente Dutra (0,80% a.a.) e Caxias (1,03% a.a.). Na primeira região, apesar do menor ritmo de crescimento observado, as duas cidades polos Bacabal e Santa Inês foram as que mais ampliaram o número de habitantes da região entre os anos de 2000 e 2016, com crescimento de 11,2 mil e 15,4 mil, respectivamente. Tais cidades tem se colocado como centro sub-regional, situado próximo ao entroncamento dos dois principais eixos viários, BR-316 e BR-135, com forte atuação regional, dada a sua integração aos grandes centros urbanos do Estado e do País.

Em relação a região intermediária de Presidente Dutra, ainda que tenha mostrado uma taxa de crescimento menor do que a do estado, o município polo Presidente Dutra apresentou um aumento populacional expressivo, com registro 7.429 mil habitantes entre 2000 e 2016. Considerando o cruzamento da BR-226 com a BR-135, interligando regiões maranhenses com os Estados do Pará e Piauí e configurando-se como fator principal de desenvolvimento da região, a centralidade ocupada por Presidente Dutra nesta situação guinou sua dinâmica populacional.

Na região intermediária de Caxias, a maior dinâmica populacional no período foi observada no município de Timon (129,7 mil hab. em 2000 para 166,3 mil hab. em 2016), que chegou a ultrapassar a população de Caxias (161,9 mil hab. em 2016) desde 2010. Vale destacar que a cidade de Timon integra a aglomeração urbana de Teresina, o que corrobora com o aumento na taxa de urbanização (+2,8 pontos percentuais) e na densidade demográfica (+5,8 p.p.) da sua região imediata no período em análise. A região imediata de Caxias também apresentou aumentos significativos na sua densidade demográfica (+4,4 p.p.) e na taxa de urbanização (+3,6 p.p.). A região conta com o município Caxias, como sua capital regional, que

funciona como centro comercial para as cidades do interior maranhense, e graças a sua ligação pela estrada de Ferro São Luís – Teresina, o seu comércio orienta nas duas direções.

4.2.3 Estrutura produtiva

Acompanhando a evolução da participação percentual das regiões intermediárias maranhenses no PIB no período de 2002 e 2016 (Tabela 10), verifica-se uma concentração de mais de 50% do PIB do estado na região intermediária de São Luís.

Tabela 10 - Maranhão, Regiões intermediárias e imediatas: Produto Interno Bruto e PIB *per capita* (em R\$), participação das regiões maranhenses no PIB estadual (%), entre 2002 e 2016; Taxa de crescimento anual do PIB *per capita* (%)

Abrangência	Produto Interno Bruto (em mil R\$)		Participação no PIB estadual (%)		PIB <i>per capita</i>		
	2002	2016	2002	2016	2002	2016	(%)
Maranhão	15.924.003	85.286.226	100,0	100,0	2.744	12.264	11,3
São Luís	8.160.308	43.504.263	51,2	51,0	76.379	85.853	0,8
São Luís	6.436.947	32.736.553	40,4	38,4	28.026	121.523	11,0
Pinheiro	397.644	2.555.317	2,5	3,0	15.036	75.934	12,3
Chapadinha	327.369	1.831.570	2,1	2,1	15.232	64.935	10,9
Itapecuru Mirim	261.957	1.908.882	1,6	2,2	12.312	62.316	12,3
Viana	310.600	1.717.400	2,0	2,0	13.481	63.346	11,7
Barreirinhas	102.567	737.154	0,6	0,9	4.298	22.005	12,4
Tutóia - Araisos	184.813	1.260.192	1,2	1,5	8.457	44.418	12,6
Cururupu	138.411	757.195	0,9	0,9	9.997	52.250	12,5
Santa Inês - Bacabal	2.017.066	11.535.978	12,7	13,5	20.894	22.179	0,4
Santa Inês	733.070	3.920.275	4,6	4,6	23.784	113.923	11,8
Bacabal	681.267	3.250.047	4,3	3,8	27.639	110.405	10,4
Governador Nunes Freire	239.984	1.459.758	1,5	1,7	20.953	98.262	11,7
Pedreiras	362.745	2.905.899	2,3	3,4	24.162	197.532	16,2
Presidente Dutra	746.073	3.703.584	4,7	4,3	14.676	17.892	1,4
Presidente Dutra	384.919	1.879.560	2,4	2,2	22.023	89.536	10,5
São João dos Patos	241.642	1.251.747	1,5	1,5	21.501	90.995	10,9
Colinas	119.512	572.277	0,8	0,7	7.312	26.471	9,6
Imperatriz	3.655.220	20.295.476	23,0	23,8	30.329	35.422	1,1
Imperatriz	1.494.073	10.855.003	9,4	12,7	36.371	253.685	14,9
Barra do Corda	384.127	1.926.355	2,4	2,3	16.507	63.184	10,1
Açailândia	876.758	3.108.105	5,5	3,6	15.891	51.292	8,7
Balsas	900.262	4.406.014	5,7	5,2	51.749	204.806	10,3
Caxias	1.345.340	6.246.923	8,4	7,3	58.614	65.886	0,8
Caxias	550.070	2.403.553	3,5	2,8	10.312	40.992	10,4
Timon	381.667	2.109.306	2,4	2,5	5.918	26.713	11,4
Codó	413.603	1.734.064	2,6	2,0	6.722	27.108	10,5

Fonte: IBGE; Elaboração própria

Importante destacar que o período analisado mostra uma tendência à desconcentração do produto na região imediata de São Luís, que reduziu 2,24 pontos percentuais. As maiores perdas na participação do PIB aconteceram nas imediatas Açailândia (-1,86 p.p.), Caxias (-0,64 p.p.), Codó (-0,56 p.p.), Balsas (-0,49 p.p.) e Bacabal (-0,47 p.p.). Em contraponto, as regiões imediatas de Imperatriz e Pedreiras apresentaram os maiores ganhos de participação no período, com variações de 3,35 p.p. e 1,13 p.p., respectivamente.

Os dados do PIB *per capita* das regiões geográficas maranhenses também confirmam a desigualdade da distribuição do produto no estado do Maranhão. No ano de 2016, o PIB *per capita* do estado foi de R\$ 12.264,28. Nesse mesmo ano as regiões imediatas de Balsas, Imperatriz, Pedreiras, São Luís, Santa Inês e Bacabal possuíram o maior PIB *per capita* do Estado. Por outro lado, os menores valores de PIB *per capita* do estado são verificados nas imediatas de Barreirinhas, Codó, Timon e Colinas.

De acordo com Mesquita (2011), nos últimos trinta anos houve algumas mudanças na distribuição espacial das atividades econômicas e na alocação espacial das empresas no território maranhense. Segundo o autor, as médias cidades dos anos 80 e a região metropolitana de São Luís continuam sendo o espaço de localização dos empreendimentos era Carajás, e a exceção fica por conta de atividades do grupo da agropecuária (soja e eucalipto) que incorpora novos espaços antes sem expressão econômica.

Avaliando a estrutura produtiva do Maranhão sob o ponto de vista dos quatro grandes setores de atividade econômica (Tabela 11), podemos notar que as regiões intermediárias de São Luís e Imperatriz evidenciam-se como áreas mais desenvolvidas do Estado, concentrando maior parcela do produto e da população. Enquanto isso, a intermediária Santa Inês-Bacabal, apesar de ainda mostrar, relativamente, menor dimensão econômica, têm revelado fatores de dinamismo. De outro lado, na região Presidente Dutra, concentram-se as áreas de menor expressividade econômica e onde os fatores de dinamismos são fracos. Por fim, a intermediária de Caxias que, embora apresente indicadores econômicos expressivos, não tem contado nos últimos anos, com fatores de dinamismo, o que reduziu seu ritmo de crescimento, levando algumas de suas áreas a uma situação de estagnação.

Tabela 11 - Maranhão, Regiões intermediárias e imediatas: Participação do Valor Adicionado Bruto (em milhares R\$), segundo setor de atividade econômica, entre 2002 e 2016

Abrangência	Total			Agropecuária			Indústria			Serviços ¹			Administração Pública		
	2002	2016	Var. (p.p.)	2002	2016	Var. (p.p.)	2002	2016	Var. (p.p.)	2002	2016	Var. (p.p.)	2002	2016	Var. (p.p.)
Maranhão	100,0	100,0	-	100,0	100,0	-	100,0	100,0	-	100,0	100,0	-	100,0	100,0	-
São Luís	50,4	49,4	-1,0	24,8	26,0	1,1	60,4	52,8	-7,6	57,3	54,6	-2,8	43,2	44,9	1,7
São Luís	39,0	35,9	-3,0	4,3	3,5	-0,8	56,8	46,4	-10,4	50,1	45,0	-5,1	22,5	22,9	0,4
Pinheiro	2,6	3,2	0,5	5,3	6,0	0,7	0,8	0,9	0,1	1,7	2,6	0,9	4,4	4,7	0,4
Chapadinha	2,2	2,3	0,1	4,0	2,8	-1,2	0,6	0,8	0,2	1,5	1,9	0,3	3,7	3,8	0,1
Itapecuru Mirim	1,7	2,4	0,6	2,5	2,6	0,0	0,8	2,7	1,9	1,1	1,5	0,3	3,1	3,6	0,5
Viana	2,1	2,2	0,1	4,1	4,7	0,6	0,5	0,9	0,4	1,3	1,4	0,1	3,7	3,6	-0,1
Barreirinhas	0,7	0,9	0,2	1,2	1,6	0,4	0,3	0,2	-0,1	0,3	0,6	0,3	1,3	1,7	0,3
Tutóia - Araiões	1,2	1,6	0,3	2,2	2,9	0,7	0,3	0,6	0,3	0,7	1,1	0,4	2,5	2,7	0,2
Cururupu	0,9	1,0	0,0	1,3	2,0	0,7	0,2	0,2	0,0	0,5	0,5	0,0	2,0	1,9	-0,2
Santa Inês - Bacabal	13,2	14,2	1,0	23,5	22,1	-1,4	6,0	13,4	7,4	10,1	10,9	0,8	19,2	18,3	-0,9
Santa Inês	4,8	4,8	0,0	8,6	7,8	-0,8	2,1	2,4	0,4	3,8	4,1	0,3	6,8	6,7	-0,1
Bacabal	4,4	4,0	-0,4	7,8	6,6	-1,2	2,1	1,4	-0,8	3,6	3,6	0,0	6,0	5,6	-0,4
Gov. Nunes Freire	1,6	1,8	0,2	3,2	4,2	1,0	0,5	0,5	0,0	0,9	1,2	0,4	3,0	3,0	0,0
Pedreiras	2,4	3,6	1,2	3,9	3,6	-0,4	1,3	9,1	7,8	1,8	1,9	0,1	3,4	3,0	-0,4
Presidente Dutra	4,9	4,6	-0,4	10,6	6,7	-4,0	2,0	2,1	0,0	3,4	3,9	0,5	7,1	6,7	-0,4
Presidente Dutra	2,5	2,3	-0,2	4,9	2,9	-2,0	1,3	0,9	-0,4	1,8	2,1	0,3	3,7	3,5	-0,2
São João dos Patos	1,6	1,5	0,0	3,6	2,5	-1,1	0,6	1,0	0,4	1,1	1,3	0,2	2,2	2,1	-0,1
Colinas	0,8	0,7	-0,1	2,1	1,3	-0,8	0,2	0,3	0,0	0,4	0,5	0,1	1,2	1,2	0,0
Imperatriz	22,8	24,3	1,4	35,6	40,5	4,9	19,9	27,0	7,0	22,5	23,5	1,0	18,8	19,0	0,2
Imperatriz	9,4	12,8	3,4	7,9	8,7	0,9	9,6	19,9	10,3	10,3	13,5	3,2	8,2	8,1	0,0
Barra do Corda	2,6	2,4	-0,1	5,9	4,9	-1,0	0,8	0,8	0,0	1,6	1,9	0,2	3,9	3,7	-0,2
Açailândia	5,3	3,7	-1,5	4,9	6,3	1,4	7,2	4,1	-3,1	5,5	3,1	-2,4	3,4	3,8	0,3
Balsas	5,7	5,3	-0,3	17,0	20,6	3,6	2,3	2,1	-0,2	5,1	5,0	-0,1	3,2	3,4	0,2
Caxias	8,6	7,6	-1,1	5,4	4,7	-0,7	11,6	4,7	-6,9	6,7	7,1	0,4	11,7	11,1	-0,7
Caxias	3,5	2,9	-0,6	1,5	2,1	0,6	5,3	1,6	-3,7	2,9	2,8	-0,1	4,2	4,2	0,0
Timon	2,5	2,5	0,1	1,8	1,1	-0,7	2,5	1,9	-0,7	2,0	2,4	0,4	3,6	3,6	0,0
Codó	2,7	2,1	-0,5	2,0	1,5	-0,5	3,7	1,2	-2,5	1,8	1,9	0,1	3,9	3,3	-0,6

Fonte: IBGE; Elaboração própria

¹Exclui a administração pública

A estrutura do Valor Adicionado do Estado de Maranhão no ano de 2016, permite também verificar a participação das regiões imediatas na atividade econômica do estado (Tabela 11). No VA da agropecuária, as imediatas mais representativas em 2016 são Balsas (20,6%), Imperatriz (8,7%), Santa Inês (7,8%), Bacabal (6,6%), Açailândia (6,3%) e Pinheiro (6,0%) representando juntos uma participação de 56,0% no estado. Dentre os municípios pertencentes as regiões, Balsas se destaca por representar o marco inicial do processo de produção da soja, emergindo seu urbano como o mais estruturado da região imediata, contando com uma infraestrutura satisfatória de serviços especializados necessários à efetivação das atividades ligadas à agricultura moderna ali instaladas, bem como, agregando o maior volume de área cultivada, produção e produtividade, o que trouxe como consequência a reorganização

socioespacial de toda a sua área urbana, além dos efeitos provocados pelo “inchamento” populacional ocasionado pela sua transformação em polo regional receptor de população. Os municípios de Tasso fragoso e São Raimundo das Mangueiras, que também pertencem a região imediata de Balsas, configuram-se, respectivamente, como o segundo e terceiro município de maior representatividade da agropecuária maranhense, em especial nas atividades de cultivo de soja e cana de açúcar.

Outro destaque no setor Agropecuário encontra-se nas imediatas de Açailândia, Imperatriz e Santa Inês, em especial nos municípios de Açailândia, Amarante do Maranhão e Santa Luzia, respectivamente. Ambos os municípios têm como atividade predominante a pecuária (IMESC, 2018). Segundo Mesquita *et al.* (2015), no município de Açailândia, a cultura do eucalipto tornou-se a segunda atividade econômica, cuja concentração de terras só é inferior à da pecuária. O grande latifúndio, definido pela pecuária e eucalipto, associa-se à atividade industrial, também monopolizada pelas guseiras, no distrito industrial de Piquiá²⁶.

No âmbito da Indústria existe uma forte concentração nas regiões imediatas de São Luís (46,4%), Imperatriz (19,9%), Pedreiras (9,1%) e Açailândia (4,1%), representando juntas 79,6% do setor industrial maranhense em 2016. Comparando tais resultados com o início da década de 2000, observamos comportamentos diferentes para as regiões: enquanto registrou-se perda de participação nas imediatas de São Luís (-10,4 p.p.) e Açailândia (-3,1 p.p.), houve expansão na atividade industrial nas imediatas de Imperatriz (+10,3 p.p.) e Pedreiras (+7,8 p.p.). Dentre os municípios pertencentes as regiões listadas, destacam-se, respectivamente, São Luís, Açailândia, Imperatriz e Santo Antônio dos Lopes como principais polos industriais.

A capital e Açailândia circunscrevem as áreas atravessadas pela estrada de ferro- Ponta da Madeira-São Luís. Ao longo do traçado do seu eixo, foram estabelecidas várias empresas industriais, ligadas aos segmentos da agroindústria, da metalurgia e siderurgia. Os empreendimentos industriais têm localização privilegiada, em virtude de ser essa estrada de ferro a via de escoamento do ferro gusa proveniente das áreas amazônicas. Quanto a ferrovia Norte-Sul, é mais uma estrada para o interior do Maranhão, que viabiliza a ligação do núcleo industrial de Açailândia, com os estados de Tocantins e Goiás, beneficiando as áreas drenadas por seu traçado. Cabe considerar que as regiões obtiveram uma nova fisionomia em consequência do processo de modernização, de ocupação do solo e da implantação de novos eixos rodoviários e ferroviários. Em ambos municípios, a Construção Civil e a Indústria de Transformação (metalurgia básica) são as principais atividades econômicas do setor industrial,

²⁶ O complexo é formado pelas guseiras: Ferro Gusa do Maranhão (FERGUMAR), Gusa Nordeste, Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré, Siderúrgica do Maranhão (Simasa) e a Viena Siderúrgica (MESQUITA *et al.*, 2015).

as quais também respondem pela retração setorial observada no período, resultante da crise econômica iniciada em 2015. Como resultado, devido aos elevados custos operacionais, alta carga tributária, altíssimos encargos trabalhistas e queda do dólar, grandes empresas situadas nas regiões citadas optaram por suspender²⁷ as atividades, impactando negativamente o setor industrial do estado, tanto no PIB quanto no mercado de trabalho.

Em relação ao município Imperatriz, este tem como principais atividades econômicas, no setor secundário, a Indústria de Transformação (papel e celulose) e a Construção Civil. Vale ressaltar que a atividade relacionada a indústria de papel e celulose iniciou-se recentemente²⁸, especificamente no final de 2013, contribuindo para ampliação do setor industrial e o montante do PIB da região. Já em Santo Antônio dos Lopes a atividade econômica de maior destaque é a Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana, principalmente o segmento de geração de energia²⁹, que possibilitou o ganho de participação da região (+7,8 p.p.) no setor industrial maranhense no período.

No que se refere ao setor de Serviços, observa-se que a região imediata de São Luís responde por pouco mais da metade (50,4%) do setor terciário do Maranhão em 2016. No período entre 2002 e 2016, essa participação ampliou 0,3 p.p. na região. Outro destaque fica com a imediata de Imperatriz, que obteve o segundo maior peso (11,4%) nos Serviços estadual e ainda assinalou a maior ampliação dentre as demais regiões imediatas, com crescimento de 1,1 p.p. no período. Vale destacar que as atividades econômicas mais representativas em ambas as regiões são o Comércio e Administração Pública (IMESC, 2018).

Quanto a administração pública percebe-se que, entre 2002 e 2016, o setor é predominantemente concentrado na intermediária de São Luís, na qual contabilizou-se as maiores ampliações de regiões imediatas, em termos de participação. Destaque para variação positiva na imediata de São Luís (+0,4 p.p.) e as maiores variações negativas nas imediatas de Codó (-0,6 p.p.) e Bacabal (-0,4 p.p.).

No ponto de vista da composição da estrutura produtiva das próprias regiões intermediárias, pode-se observar como as eventuais conjunturas podem ter modificado a dinâmica setorial durante o período em estudo. De acordo com a Tabela 12, assim como

²⁷ Entre 2015 e 2016 foram paralisadas as atividades industriais do Consórcio de Alumínios do Maranhão (Alumar-Alcoa em São Luís), da Margusa (Bacabeira), Cosima (Pindaré-Mirim), Fergumar, Guarani e Pindaré (Açailândia).

²⁸ A Suzano Papel e Celulose iniciou no dia 30 de dezembro de 2013 a produção de celulose de eucalipto na fábrica de Imperatriz, no Maranhão. A unidade, com capacidade de produção de 1,5 milhão de toneladas, é uma das mais modernas do mundo e sua produção atenderá, prioritariamente, os mercados europeu e norte-americano.

²⁹ No município Santo Antônio dos Lopes está alocado o complexo das usinas termelétricas denominado de Complexo Parnaíba, um dos maiores complexos de geração de energia termelétrica a gás natural do Brasil. Dentre as usinas instaladas na região, destacam-se a Parnaíba IV, Maranhão III, IV e V, e MC2 Nova Venécia II.

observado no Maranhão, todas as intermediárias possuem as atividades de Serviços e Administração Pública como as mais representativas na sua composição produtiva. Tais setores foram os que mais cresceram ao longo do período em todas abrangências apresentadas. No caso da Administração Pública, o avanço mais significativo foi verificado nas regionais de Caxias (+7,6 p.p.) e Presidente Dutra (+5,8 p.p.), evidenciando que o conjunto de cidades que as compõem são menos diversificadas, com peso forte do governo na economia local.

Tabela 12 - Maranhão e regiões intermediárias: Participação do Valor Adicionado Bruto (%), segundo setor de atividade econômica, de 2002 a 2016

Abrangência		2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Agropecuária	Maranhão	12,8	15,6	15,2	13,3	10,2	11,2	14,8	11,4	11,0	11,2	10,3	11,4	10,8	10,4	8,0
	São Luís	6,3	7,5	7,4	6,4	5,3	5,9	7,4	5,4	4,9	5,5	4,7	5,8	5,3	4,7	4,2
	Santa Inês - Bacabal	22,8	24,8	25,2	22,4	20,2	20,4	25,0	18,1	19,4	19,3	16,9	15,6	15,3	13,8	12,4
	Presidente Dutra	27,6	31,6	31,3	25,1	20,0	20,6	24,7	18,5	22,1	20,3	16,1	19,1	17,8	17,7	11,6
	Imperatriz	20,0	25,6	24,3	22,9	15,9	18,0	25,3	21,0	20,4	19,7	19,1	20,1	19,1	19,0	13,3
	Caxias	8,0	9,6	9,5	6,8	5,2	5,2	6,5	5,3	6,1	6,2	4,8	5,0	7,1	7,4	5,0
Indústria	Maranhão	18,8	19,9	17,1	16,3	23,8	18,2	18,0	16,5	16,7	18,1	19,7	19,0	17,9	19,6	17,4
	São Luís	22,5	23,7	20,7	20,0	28,6	21,1	22,6	19,9	21,3	23,4	23,6	20,4	21,3	22,0	18,6
	Santa Inês - Bacabal	8,5	9,0	7,1	5,7	10,3	8,1	8,4	7,2	6,6	8,0	9,4	20,8	12,4	15,7	16,4
	Presidente Dutra	7,8	7,8	5,8	5,6	10,3	6,0	5,6	6,6	6,9	6,9	7,7	6,8	8,2	8,4	7,9
	Imperatriz	16,4	17,2	12,5	10,7	18,4	16,2	15,3	16,6	14,2	15,3	20,3	18,8	17,8	21,6	19,3
	Caxias	25,2	29,2	30,3	30,2	34,6	27,4	20,1	15,3	15,4	13,5	14,7	13,1	11,2	11,6	10,7
Serviços ¹	Maranhão	44,9	42,1	45,5	47,7	43,6	46,5	44,5	46,8	46,8	45,1	45,2	45,3	46,8	43,8	47,6
	São Luís	51,0	48,8	51,8	53,0	46,7	51,5	49,7	52,0	51,7	49,0	49,7	51,2	51,5	49,2	52,6
	Santa Inês - Bacabal	34,4	32,9	34,3	36,6	35,1	37,0	35,4	39,5	37,9	36,2	37,7	34,2	38,1	35,4	36,4
	Presidente Dutra	30,7	28,2	30,4	34,4	33,3	35,5	34,9	38,3	34,6	35,2	38,0	37,2	38,1	36,2	40,7
	Imperatriz	44,3	40,3	46,6	49,8	47,7	46,9	42,2	43,0	44,6	43,9	41,8	42,7	44,2	40,1	46,1
	Caxias	34,8	31,8	33,0	34,4	32,2	36,0	39,7	42,9	41,6	42,4	42,7	43,9	44,1	41,4	44,7
Adm. Pública	Maranhão	23,5	22,3	22,2	22,7	22,4	24,2	22,7	25,3	25,4	25,6	24,8	24,4	24,6	26,2	27,1
	São Luís	20,2	19,9	20,1	20,5	19,3	21,6	20,3	22,7	22,1	22,0	21,9	22,6	21,9	24,1	24,6
	Santa Inês - Bacabal	34,2	33,2	33,5	35,3	34,4	34,4	31,3	35,2	36,1	36,5	36,0	29,4	34,2	35,1	34,8
	Presidente Dutra	33,9	32,4	32,5	35,0	36,4	37,9	34,8	36,6	36,4	37,6	38,2	36,9	35,9	37,7	39,8
	Imperatriz	19,4	16,9	16,5	16,6	18,0	18,8	17,2	19,5	20,8	21,0	18,7	18,5	18,9	19,3	21,2
	Caxias	32,0	29,4	27,2	28,6	28,1	31,5	33,7	36,5	36,9	37,9	37,8	38,0	37,6	39,6	39,6

Fonte: IBGE; Elaboração própria

¹Exclui a administração pública

Em contraponto, o setor Agropecuário e Industrial foram os que mais perderam participação dentro das regiões intermediárias. O setor agropecuário maranhense esbanjou crescimento de participação até 2008, quando atingiu sua última máxima (14,8%). Nos anos seguintes passou a decair fortemente, afetada, inicialmente pela crise internacional de 2008/2009 (estrutura produtiva é extremamente dependente do comércio exterior) e posteriormente à forte estiagem, fruto do fenômeno *El Niño*, que afetou o Maranhão,

inicialmente a partir do último trimestre de 2015, intensificando-se em 2016, justamente no período do plantio (outubro/novembro) e no período de germinação das lavouras (IMESC, 2016). Como resultado, o estado apresentou perda de 4,8 p.p. de participação no período. Do mesmo modo, todas as regiões intermediárias apresentaram perda de participação no setor primário, com predominância nas regionais Presidente Dutra (-16,0 p.p.) e Santa Inês-Bacabal (-10,4 p.p.).

Em relação a perda de participação do setor secundário maranhense na composição do PIB estadual, a atividade de Construção Civil é apontada como maior responsável pela queda no setor, na qual foi impactada em consequência da diminuição da demanda por imóveis³⁰ e através do arrefecimento das obras de infraestrutura (IMESC, 2016). O Maranhão apresentou retração de 1,4 p.p. no período, com predominância nas regionais de Caxias (-14,4 p.p.). Por outro lado, as regionais de Imperatriz e Santa Inês-Bacabal apresentam significativo aumento de participação, provenientes dos municípios de Imperatriz e Santo Antônio dos Lopes, os quais obtiveram, em 2016, investimentos na Indústria de Papel e Celulose e aumento da extração de gás natural, respectivamente. Tais fatores contribuíram para atenuar a queda do setor industrial maranhense (IMESC, 2016).

4.2.4 Emprego e estabelecimento formais

Os dados do mercado de trabalho formal do Maranhão apontam um crescimento de 4,8% a.a. no período de 2006 a 2016 (Tabela 13). Assim como já demonstrado para os números de população e PIB, os dados de emprego formal também se apresentam de forma diferenciada dentro do estado. Um dado relevante é que no período analisado, verifica-se que o crescimento do emprego formal foi generalizado para as regiões geográficas maranhenses, refletindo o bom momento do emprego formal brasileiro impulsionado na primeira década de 2000. Dentre as regiões imediatas do estado, destacam-se Colinas, São João dos Patos e Governador Nunes Freire que tiveram seu quantitativo de trabalhadores formais dobrado no período em destaque. Em números absolutos, verifica-se que a região imediata de São Luís apresenta o maior número de vínculos formais, com registro de 368.136 trabalhadores com carteira assinada. Em contraponto, os menores contingentes de trabalhadores formais em 2016 estão localizados nas regionais de Barreirinhas (3.388), Colinas (3.934) e Cururupu (4.469).

³⁰ Segundo o Boletim de conjuntura do IMESC, a redução foi causada, entre outros fatores, pela contração na concessão de empréstimos imobiliários de (42,3%), no acumulado de janeiro a julho de 2016 em comparação ao mesmo período de 2015 (IMESC, 2016).

Tabela 13 - Maranhão, Regiões intermediárias e imediatas: Emprego formal, segundo setor de atividade econômica, entre 2006 e 2016

Abrangência	Total			Agropecuária			Indústria			Serviços ¹			Adm. Pública		
	2006	2016	a.a. (%)	2006	2016	a.a. (%)	2006	2016	a.a. (%)	2006	2016	a.a. (%)	2006	2016	a.a. (%)
Maranhão	437.433	700.200	4,8	18.235	21.108	1,5	54.992	80.677	3,9	157.420	285.586	6,1	206.786	312.829	4,2
São Luís	270.885	429.185	4,7	2.058	2.227	0,8	33.910	49.272	3,8	105.202	183.720	5,7	129.715	193.966	4,1
São Luís	232.882	368.136	4,7	907	918	0,1	32.628	44.698	3,2	95.805	167.860	5,8	103.542	154.660	4,1
Pinheiro	6.815	11.180	5,1	27	67	9,5	265	346	2,7	1.450	3.259	8,4	5.073	7.508	4,0
Chapadinha	7.113	12.684	6,0	935	776	-1,8	227	1.374	19,7	1.718	2.948	5,5	4.233	7.586	6,0
Itapecuru Mirim	6.265	10.727	5,5	75	167	8,3	553	1.382	9,6	1.084	2.613	9,2	4.553	6.565	3,7
Viana	6.054	9.583	4,7	90	148	5,1	176	837	16,9	807	1.996	9,5	4.981	6.602	2,9
Barreirinhas	3.001	3.388	1,2	0	11	-	11	74	21,0	810	1.400	5,6	2.180	1.903	-1,3
Tutóia - Araisos	6.117	9.018	4,0	24	139	19,2	27	527	34,6	3.362	3.242	-0,4	2.704	5.110	6,6
Cururupu	2.638	4.469	5,4	0	1	-	23	34	4,0	166	402	9,2	2.449	4.032	5,1
Santa Inês - Bacabal	38.748	62.286	4,9	2.210	2.698	2,0	2.938	4.087	3,4	10.887	20.595	6,6	22.713	34.906	4,4
Santa Inês	13.894	22.120	4,8	1.055	1.211	1,4	1.365	1.861	3,1	4.775	8.253	5,6	6.699	10.795	4,9
Bacabal	12.244	20.483	5,3	672	965	3,7	958	1.247	2,7	3.866	7.271	6,5	6.748	11.000	5,0
Governador Nunes I	4.669	9.364	7,2	332	213	-4,3	153	328	7,9	369	1.528	15,3	3.815	7.295	6,7
Pedreiras	7.941	10.319	2,7	151	309	7,4	462	651	3,5	1.877	3.543	6,6	5.451	5.816	0,7
Presidente Dutra	11.820	22.711	6,7	574	617	0,7	709	2.002	10,9	3.078	7.134	8,8	7.459	12.958	5,7
Presidente Dutra	6.167	10.674	5,6	258	244	-0,6	422	860	7,4	2.167	4.154	6,7	3.320	5.416	5,0
São João dos Patos	3.969	8.103	7,4	244	259	0,6	265	919	13,2	633	2.127	12,9	2.827	4.798	5,4
Colinas	1.684	3.934	8,9	72	114	4,7	22	223	26,1	278	853	11,9	1.312	2.744	7,7
Imperatriz	80.548	137.022	5,5	11.214	14.458	2,6	12.289	18.348	4,1	29.670	56.531	6,7	27.375	47.685	5,7
Imperatriz	38.149	69.278	6,1	3.208	2.733	-1,6	5.539	10.042	6,1	18.300	35.572	6,9	11.102	20.931	6,5
Barra do Corda	8.377	14.448	5,6	2.359	1.422	-4,9	357	1.192	12,8	1.286	3.324	10,0	4.375	8.510	6,9
Açailândia	17.417	23.183	2,9	3.707	5.258	3,6	4.049	3.342	-1,9	4.810	6.890	3,7	4.851	7.693	4,7
Balsas	16.605	30.113	6,1	1.940	5.045	10,0	2.344	3.772	4,9	5.274	10.745	7,4	7.047	10.551	4,1
Caxias	35.432	48.996	3,3	2.179	1.108	-6,5	5.146	6.968	3,1	8.583	17.606	7,4	19.524	23.314	1,8
Caxias	13.928	20.134	3,8	1.621	499	-11,1	2.021	3.058	4,2	3.502	6.429	6,3	6.784	10.148	4,1
Timon	12.284	14.636	1,8	385	209	-5,9	1.883	2.164	1,4	2.379	6.333	10,3	7.637	5.930	-2,5
Codó	9.220	14.226	4,4	173	400	8,7	1.242	1.746	3,5	2.702	4.844	6,0	5.103	7.236	3,6

Fonte: RAIS (MTE); Elaboração própria

¹Exclusive Administração Pública

A análise da posição relativa das imediatas maranhenses no total de empregos por setores de atividade econômica, em relação ao estado do Maranhão, permite também uma importante inferência sobre a atividade econômica estadual. Exceto na Agropecuária, em que se verifica no ano de 2016 maior participação relativa no total de empregos gerados pelas imediatas de Açailândia e Balsas, nos demais setores de atividade econômica constata-se uma centralização setorial do emprego na imediata de São Luís, que apresentou no ano de 2016, uma participação de 52,6% no total de empregos do estado.

No setor agropecuário as regionais de Açailândia (24,9%) e Balsas (23,9%) detêm da maior parcela de empregados no setor, atingindo um total de 5.258 e 5.045 empregos formais, respectivamente. As mesmas regiões apresentaram significativo aumento no quantitativo em relação a 2006, com taxas de crescimentos de 3,6% a.a. e 10,0% a.a. As atividades mais representativas das regiões são Atividades de Apoio à Produção Florestal em Açailândia e Cultivo de soja em Balsas.

No que toca ao setor industrial, as regionais de São Luís e Imperatriz despontam com o maior número de empregos formais vinculados ao setor, são 44.698 e 10.042 trabalhadores com carteira assinada na região. Dentre as atividades mais dinâmicas dessas regiões, destacam-se os segmentos ligados a Construção Civil, como construção de edifícios, obras de infraestrutura e serviços especializados para construção. Na indústria de transformação, as atividades de Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel, bem como fabricação de produtos cerâmicos para uso estrutural da construção, são as mais representativas em Imperatriz. Já na indústria de transformação da capital, os segmentos mais dinâmicos são: aqueles ligados a seção de Alimentos e Bebidas, como fabricação de produtos de panificação e Fabricação de Refrigerantes e de Outras Bebidas; a seção Mecânica, como Instalação de Máquinas e Equipamentos Industriais; e a seção de produtos minerais não metálico, em especial a de fabricação de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes.

Vale ressaltar novamente, a importância da localização das regiões próxima ao trajeto estrada Ferro Carajás – ponta da madeira, o qual vem sendo responsável pelo estabelecimento de polos guseiras³¹, como também, vêm sendo utilizada como meio de transporte para a população. Nesse sentido, esta ferrovia vem possibilitando o deslocamento da força de trabalho entre os vários núcleos que se formaram ao longo desta via. Estes núcleos funcionam como reservas de mão-de-obra a ser absorvida, segundo a demanda, quer nos setores de prestação de serviços e comércio de mercadorias, quer na agricultura ou mesmo na indústria de construção civil.

Com relação ao emprego formal alocado no setor terciário, assim como observado nas informações sobre estrutura produtiva, todas as regiões possuem maior parcela do emprego alocadas no Comércio e na Administração Pública, com predominância na imediata de São Luís. O setor de Serviços, exclusive a administração pública, foi o que mais cresceu no período dentre os grandes setores de atividade, com taxa de 5,7 % a.a. A performance setorial foi tão pujante que dez das vinte e duas regiões imediatas mais que duplicaram a quantidade de vínculos formais entre 2006 e 2016, são elas: Pinheiro, Itapecuru Mirim, Viana, Cururupu, Governador Nunes Freire, São João dos Patos, Colinas, Barra do Corda, Balsas e Timon. Dentre as atividades que condicionaram esse desempenho para as regiões destaca-se a atividade de Comércio como principal responsável pelo aumento significativo em Pinheiro, Itapecuru Mirim, Viana, Balsas e Timon, e a atividade de Administração Pública para regionais de Cururupu, Governador Nunes Freire, São João dos Patos, Colinas e Barra do Corda.

³¹ São consideradas usinas siderúrgicas que transformam o minério de ferro em gusa.

Analisando a proporção de empregos formais por faixa de salários (Tabela 14), verifica-se que no estado do Maranhão no ano de 2016, o maior número de empregos concentrava-se na faixa até 1,5 salários mínimos, representando 45% dos empregos, configurando o mesmo cenário nacional, que no mesmo período foi caracterizado pela geração de empregos com baixa remuneração.

Tabela 14 - Maranhão, Regiões intermediárias e imediatas: Participação do emprego formal, segundo faixa salarial, entre 2006 e 2016; Variação (pontos percentuais) e taxa de crescimento anual do emprego formal total (%)

Abrangência	Até 1,5 SM			Até 1,51 a 3 SM			Até 3,01 a 7 SM			Até 7,01 ou mais			Total		
	p.p.			p.p.			p.p.			p.p.			a.a.		
	2006	2016	(2016-2006)	2006	2016	(2016-2006)	2006	2016	(2016-2006)	2006	2016	(2016-2006)	2006	2016	(2016-2006)
Maranhão	53,2	45,0	-8,2	25,9	29,7	3,8	13,5	15,6	2,0	7,4	9,8	2,4	437.433	700.200	4,8
São Luís	44,3	38,2	-6,1	27,9	29,6	1,7	18,2	19,5	1,4	9,7	12,7	3,0	270.885	429.185	4,7
São Luís	38,8	36,1	-2,7	30,0	29,9	-0,1	20,7	20,6	-0,1	10,4	13,4	3,0	232.882	368.136	4,7
Pinheiro	65,5	53,1	-12,3	16,8	33,9	17,1	3,2	10,4	7,2	14,4	2,5	-11,9	6.815	11.180	5,1
Chapadinha	82,2	46,2	-36,0	13,5	25,0	11,6	2,4	21,4	18,9	1,9	7,5	5,6	7.113	12.684	6,0
Itapecuru Mirim	74,4	54,8	-19,6	19,7	23,0	3,3	3,5	17,0	13,5	2,3	5,2	2,8	6.265	10.727	5,5
Viana	77,7	52,0	-25,6	16,2	35,0	18,8	2,6	8,7	6,1	3,6	4,3	0,8	6.054	9.583	4,7
Barreirinhas	73,1	59,8	-13,3	15,8	25,0	9,1	3,0	10,4	7,4	8,0	4,8	-3,2	3.001	3.388	1,2
Tutóia - Araisos	91,6	40,0	-51,6	5,4	22,9	17,5	1,6	8,0	6,4	1,4	29,2	27,7	6.117	9.018	4,0
Cururupu	77,1	56,1	-20,9	18,1	31,9	13,8	2,3	10,4	8,1	2,5	1,5	-1,0	2.638	4.469	5,4
Santa Inês - Bacabal	75,5	59,9	-15,6	16,7	26,4	9,7	4,4	9,7	5,2	3,3	4,1	0,7	38.748	62.286	4,9
Santa Inês	71,0	55,9	-15,2	19,5	30,2	10,7	5,5	9,7	4,2	4,0	4,2	0,3	13.894	22.120	4,8
Bacabal	79,6	62,9	-16,7	14,3	23,4	9,1	3,0	10,6	7,5	3,1	3,1	0,0	12.244	20.483	5,3
Governador Nunes Freire	75,9	59,5	-16,5	17,2	23,4	6,2	2,6	10,6	8,0	4,2	6,5	2,3	4.669	9.364	7,2
Pedreiras	77,0	63,2	-13,9	15,2	26,7	11,5	5,9	6,8	1,0	2,0	3,3	1,3	7.941	10.319	2,7
Presidente Dutra	83,0	62,9	-20,1	11,9	25,2	13,3	2,7	7,9	5,1	2,3	4,0	1,7	11.820	22.711	6,7
Presidente Dutra	82,7	60,9	-21,9	11,4	22,2	10,7	2,9	10,7	7,8	2,9	6,2	3,3	6.167	10.674	5,6
São João dos Patos	81,6	60,6	-21,0	13,6	31,5	17,9	2,9	5,7	2,8	1,9	2,2	0,4	3.969	8.103	7,4
Colinas	87,2	73,0	-14,1	9,9	20,5	10,6	1,8	4,8	3,0	1,1	1,7	0,5	1.684	3.934	8,9
Imperatriz	58,5	50,4	-8,1	29,5	33,0	3,6	7,5	10,4	2,9	4,5	6,2	1,7	80.548	137.022	5,5
Imperatriz	60,7	50,2	-10,5	27,5	34,8	7,4	7,3	9,2	1,9	4,6	5,8	1,3	38.149	69.278	6,1
Barra do Corda	68,4	62,4	-6,0	25,2	25,0	-0,2	3,3	7,7	4,3	3,1	4,9	1,8	8.377	14.448	5,6
Açailândia	56,0	50,5	-5,5	31,6	30,4	-1,3	7,4	13,3	5,9	5,0	5,8	0,8	17.417	23.183	2,9
Balsas	51,3	45,1	-6,2	34,0	34,8	0,8	10,3	12,1	1,8	4,4	8,0	3,6	16.605	30.113	6,1
Caxias	75,2	62,6	-12,6	16,8	26,7	9,9	5,4	6,7	1,2	2,6	4,1	1,5	35.432	48.996	3,3
Caxias	72,6	69,5	-3,2	17,7	21,8	4,1	6,5	4,9	-1,6	3,2	3,9	0,7	13.928	20.134	3,8
Timon	72,9	55,9	-17,0	18,8	30,8	12,0	5,8	8,3	2,5	2,5	5,0	2,5	12.284	14.636	1,8
Codó	82,2	59,7	-22,5	12,7	29,4	16,8	3,4	7,5	4,2	1,7	3,3	1,6	9.220	14.226	4,4

Fonte: RAIS (MTE); Elaboração própria

No entanto, vale destacar que a proporção de trabalhadores maranhenses nesta faixa salarial registrou uma diminuição de 8,2 p.p. em relação a 2006, enquanto as outras faixas superiores apresentaram aumento na participação. Ou seja, houve uma melhora na qualidade do emprego formal, tendo em vista que a proporção de empregos formais passara a ocupar

faixas salariais mais elevadas, com predominância na faixa de 1,51 a 3 salários mínimos (+3,8 p.p.).

Do ponto de vista das regiões geográficas, pode-se verificar que, predominou a mesma tendência de concentração de empregos formais em baixa remuneração, constatando forte participação percentual dos empregos na faixa até 1,5 salário mínimo, assim como também uma tendência crescente na participação das faixas de remuneração superiores a 1,5 salários mínimos.

Dentre as regiões imediatas que apresentaram maior redução na faixa salarial de até 1,5 salário mínimo no período, destacam-se as Tutoia-Araioses, Chapadinha, Viana, Cururupu, Presidente Dutra, São João dos Patos e Codó. Ao mesmo tempo, ambas regiões também desfrutaram de um aumento participativo nas faixas de remuneração superiores a 1,5 salários mínimos. Tal comportamento pode estar diretamente relacionado a política³² brasileira de salário mínimo que, no período 2004–2013, proporcionou ao trabalhador e à sua família maior acesso a bens e serviços. Segundo Meressi (2016), no governo Luiz Inácio Lula da Silva, especificamente após 2005, devido à exacerbação da pressão do movimento sindical, à melhoria do cenário econômico e a maior afinidade do governo com as políticas sociais, os aumentos do salário mínimo foram mais acentuados³³.

No que se refere a evolução do número de estabelecimentos formais (Tabela 15), observa-se um comportamento semelhante ao ocorrido no âmbito nacional e estadual: o de crescimento expressivo no quantitativo de empresas em todas as regiões geográficas maranhenses entre 2006 e 2016. Das vinte e duas regiões imediatas do estado, treze mais que dobraram o número de empresas formais no período, com destaque para os maiores crescimentos registrados em Governador Nunes Freire (+13,6% a.a.), Barreirinhas (+13,5% a.a.), Colinas (+13,5% a.a.) e Viana (+12,3% a.a.).

Com relação a participação dos estabelecimentos regionais no total do estado, observa-se que a imediata São Luís detém da maior parcela de empresas formalizadas, com registro de 40,2% em 2016. Porém, quando avaliado este peso no período, a regional, assim como observados em outras variáveis, apresenta um comportamento de desconcentração, com queda de 3,7 p.p. A desconcentração tem papel importante para o desenvolvimento das regionais, pois

³² Segundo Meressi (2016), o salário mínimo pode servir como instrumento de política macroeconômica. Neste sentido, confere ao salário mínimo o papel de fomentar o mercado interno, impulsionando o crescimento econômico. Nesta situação, o maior dinamismo econômico passa pela valorização do salário mínimo, que eleva o consumo daqueles que o recebem, ampliando o seu acesso a bens e serviços.

³³ Segundo Meressi (2016), tal política de valorização foi institucionalizada, inclusive, em lei, em 2011 (Lei nº 12.382). Assim, ao longo da década compreendida entre 2004 e 2013, a valorização real do salário mínimo foi de 69,1%.

regiões mais diversificadas tende a ser mais adaptável, mais flexível às mudanças econômicas do que uma região altamente especializada.

Tabela 15 - Maranhão, Regiões intermediárias e imediatas: Número de estabelecimentos formais e participação no Maranhão (%), nos anos 2006 e 2016; e taxa de crescimento anual (%)

Abrangência	Estabelecimentos		Participação no MA (%)		Crescimento a.a.(%)
	2006	2016	2006	2016	2016/2006
Maranhão	25.736	45.925	100,0	100,0	7,5
São Luís	12.999	22.235	50,5	48,4	6,9
São Luís	11.314	18.471	44,0	40,2	6,3
Pinheiro	335	685	1,3	1,5	9,4
Chapadinha	435	893	1,7	1,9	9,4
Itapecuru Mirim	287	662	1,1	1,4	11,0
Viana	240	607	0,9	1,3	12,3
Barreirinhas	115	316	0,4	0,7	13,5
Tutóia - Araiões	196	475	0,8	1,0	11,7
Cururupu	77	126	0,3	0,3	6,3
Santa Inês - Bacabal	2.806	5.199	10,9	11,3	8,0
Santa Inês	1.022	1.716	4,0	3,7	6,7
Bacabal	1.066	1.941	4,1	4,2	7,8
Governador Nunes Freire	171	474	0,7	1,0	13,6
Pedreiras	547	1.068	2,1	2,3	8,7
Presidente Dutra	864	2.041	3,4	4,4	11,3
Presidente Dutra	442	1.044	1,7	2,3	11,3
São João dos Patos	323	724	1,3	1,6	10,6
Colinas	99	273	0,4	0,6	13,5
Imperatriz	7.189	12.902	27,9	28,1	7,6
Imperatriz	3.984	6.879	15,5	15,0	7,1
Barra do Corda	546	1.159	2,1	2,5	9,9
Açailândia	1.346	2.041	5,2	4,4	5,3
Balsas	1.313	2.823	5,1	6,1	10,0
Caxias	1.878	3.548	7,3	7,7	8,3
Caxias	776	1.337	3,0	2,9	7,0
Timon	607	1.259	2,4	2,7	9,5
Codó	495	952	1,9	2,1	8,5

Fonte: RAIS (MTE); Elaboração própria

4.2.5 Aspecto social

Conforme apresentado, verifica-se uma expressiva desigualdade populacional e econômica dentro do estado do Maranhão. Essa desigualdade que caracteriza o estado maranhense, também pode ser verificada quando analisados alguns dados sociais. Um dado

interessante que serve para demonstrar essa evolução não só econômica, mas também de desenvolvimento e melhora da qualidade de vida da população é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal³⁴ (IDHM), medido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD. Enquanto no ano de 2000 o Maranhão possuía um índice de 0,476, muito baixo (Tabela 16), no ano de 2010 esse mesmo índice passa a ser de 0,639, um critério considerado médio na classificação³⁵.

De acordo com Filho (2016), quando comparou o IDHM Brasileiro com o Índice de Desenvolvimento Humano Mundial, destacou que o Maranhão tinha um nível de qualidade de vida semelhante a países africanos miseráveis como Gana, Lesoto, Camarões e Guiné Equatorial. No entanto, o autor faz uma ressalva:

Ao fim de 2010 o IDHM maranhense é comparável ao da Índia e um pouco abaixo da África do Sul. Obviamente não chega perto ao de uma Suíça ou até mesmo de Brasília, mas já é um grande avanço em uma questão de dez anos. Ainda que esteja em penúltimo em relação a classificação do Brasil, o IDH do Maranhão está convergindo para a média nacional (FILHO, p. 77, 2016).

Em relação as regiões geográficas maranhenses, todas exibiram uma evolução do índice durante o período avaliado. Apesar da melhora, maioria das imediatas encontram-se ainda em situação de muito baixo desenvolvimento, sendo os menores índices registrados nas regionais de Barreirinhas (0,534), Tutoia-Araioses (0,542), Barra do Corda (0,544) e Caxias (0,547). Por outro lado, os maiores avanços foram contabilizados nas imediatas de São Luís (0,623), Imperatriz (0,619) e Açailândia (0,600), onde passaram de muito baixo desenvolvimento em 2000 para médio desenvolvimento em 2010.

Dentre as dimensões³⁶ do IDHM, todas apresentaram evolução significativa, sendo a Educação a que registrou maior ampliação entre 2000 e 2010, na qual observamos as maiores taxas de crescimento para todas as abrangências. Porém, tal comportamento de ampliação no índice ainda não foi suficiente para reverter a situação da maioria das regiões imediatas nessa categoria, as quais permanecem com resultado abaixo da média estadual. O Maranhão avançou de muito baixo (0,312) para baixo (0,562) no período, da mesma forma, atingiram uma nova

³⁴ O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. Para mais detalhes, consultar <<http://www.br.undp.org>> Acesso em 10 de set de 2018.

³⁵ As faixas de classificação de desenvolvimento Humano Municipal são: Muito Baixo (de 0 a 0,499), Baixo (0,500 a 0,599), Médio (0,600 a 0,699), Alto (0,700 a 0,799) e Muito Alto (0,800 a 1,0). Para mais detalhes, consultar <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/> Acesso em 10 de set de 2018.

³⁶ O IDHM brasileiro considera as mesmas três dimensões do IDH Global – longevidade, educação e renda.

categoria apenas seis regionais, a saber: São Luís (0,582), Itapecuru Mirim (0,503), Viana (0,524), Cururupu (0,532), Imperatriz (0,538) e Açailândia (0,502).

Tabela 16 - Maranhão, Regiões intermediárias e imediatas: Média do índice de Desenvolvimento Humano Municipal, segundo seus componentes, entre 2000 e 2010

Abrangência	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal											
	IDHM			IDHM-E			IDHM-L			IDHM-R		
	2000	2010	a.a. (%)	2000	2010	a.a. (%)	2000	2010	a.a. (%)	2000	2010	a.a. (%)
Maranhão	0,476	0,639	3,0	0,312	0,562	6,1	0,649	0,757	1,6	0,531	0,612	1,4
São Luís	0,392	0,573	3,9	0,238	0,499	7,7	0,622	0,747	1,8	0,423	0,506	1,8
São Luís	0,460	0,623	3,1	0,336	0,582	5,7	0,647	0,760	1,6	0,462	0,551	1,8
Pinheiro	0,381	0,570	4,1	0,218	0,495	8,6	0,617	0,743	1,9	0,425	0,506	1,7
Chapadinha	0,377	0,559	4,0	0,205	0,475	8,8	0,626	0,753	1,9	0,422	0,489	1,5
Itapecuru Mirim	0,397	0,575	3,8	0,242	0,503	7,6	0,631	0,761	1,9	0,413	0,499	1,9
Viana	0,418	0,585	3,4	0,272	0,524	6,8	0,617	0,738	1,8	0,438	0,521	1,7
Barreirinhas	0,360	0,534	4,0	0,194	0,441	8,5	0,611	0,743	2,0	0,396	0,465	1,6
Tutóia - Araiões	0,325	0,542	5,2	0,153	0,443	11,2	0,604	0,728	1,9	0,389	0,497	2,5
Cururupu	0,422	0,592	3,4	0,282	0,532	6,6	0,624	0,747	1,8	0,439	0,524	1,8
Santa Inês - Bacabal	0,373	0,565	4,2	0,199	0,470	9,0	0,609	0,727	1,8	0,442	0,530	1,8
Santa Inês	0,368	0,564	4,4	0,191	0,471	9,4	0,609	0,729	1,8	0,441	0,524	1,7
Bacabal	0,363	0,550	4,2	0,189	0,446	9,0	0,601	0,726	1,9	0,434	0,518	1,8
Governador Nunes Freire	0,370	0,564	4,3	0,193	0,471	9,3	0,610	0,722	1,7	0,442	0,529	1,8
Pedreiras	0,392	0,581	4,0	0,222	0,491	8,3	0,617	0,731	1,7	0,448	0,547	2,0
Presidente Dutra	0,395	0,572	3,8	0,223	0,480	8,0	0,609	0,727	1,8	0,460	0,539	1,6
Presidente Dutra	0,400	0,573	3,7	0,231	0,480	7,6	0,602	0,726	1,9	0,466	0,540	1,5
São João dos Patos	0,396	0,574	3,8	0,224	0,469	7,7	0,620	0,733	1,7	0,454	0,551	1,9
Colinas	0,390	0,570	3,9	0,215	0,490	8,6	0,606	0,721	1,8	0,460	0,526	1,4
Imperatriz	0,404	0,590	3,9	0,219	0,489	8,4	0,635	0,755	1,7	0,488	0,560	1,4
Imperatriz	0,427	0,619	3,8	0,251	0,538	7,9	0,636	0,753	1,7	0,492	0,586	1,8
Barra do Corda	0,352	0,544	4,5	0,159	0,428	10,4	0,627	0,747	1,8	0,450	0,509	1,2
Açailândia	0,422	0,600	3,6	0,227	0,502	8,3	0,632	0,751	1,7	0,537	0,574	0,7
Balsas	0,416	0,596	3,7	0,239	0,488	7,4	0,646	0,767	1,7	0,475	0,569	1,8
Caxias	0,378	0,566	4,1	0,202	0,464	8,7	0,616	0,742	1,9	0,443	0,528	1,8
Caxias	0,377	0,547	3,8	0,207	0,443	7,9	0,592	0,722	2,0	0,442	0,514	1,5
Timon	0,389	0,583	4,1	0,213	0,484	8,6	0,638	0,754	1,7	0,447	0,544	2,0
Codó	0,369	0,568	4,4	0,185	0,465	9,6	0,618	0,749	1,9	0,440	0,528	1,8

Fonte: PNUD; Atlas Brasil; Elaboração própria

Em relação a dimensão longevidade, esta é a categoria onde todas as regiões geográficas, bem como o estado, apresentam um dos melhores graus de classificação: o de alto desenvolvimento. Entre 2000 e 2010, todas as abrangências apresentadas saltaram de médio desenvolvimento para alto desenvolvimento, com destaque para as imediatas de São Luís, Itapecuru Mirim e Balsas que apresentaram índice acima da média estadual.

No que diz respeito a dimensão renda, esta foi a que menos evoluiu no período. Enquanto o Maranhão progrediu de baixo (0,531) para médio desenvolvimento (0,612), maioria das regiões geográficas evoluíram de uma situação de muito baixo para baixo desenvolvimento, com exceção das regionais Chapadinha, Itapecuru Mirim, Barreirinhas e Tutoia-Araioses, as quais permaneceram ainda na pior classificação do indicador.

Considerando outros indicadores sociais (Tabela 17), como a esperança de vida ao nascer³⁷, percebe-se que todas as regiões geográficas apresentam uma expectativa de vida mais elevada entre 2000 e 2010, com média de 7 anos a mais ao observado em 2000.

Tabela 17 - Maranhão, Regiões intermediárias e imediatas: Esperança de vida ao nascer (em anos), Mortalidade infantil (%) e taxa de analfabetismo (%), entre 2000 e 2010

Abrangência	Indicadores sociais								
	Esperança de vida ao nascer			Mortalidade infantil			Taxa de analfabetismo (%)		
	2000	2010	a.a. (%)	2000	2010	a.a. (%)	2000	2010	a.a. (%)
Maranhão	63,9	70,4	1,0	46,5	28,0	-4,9	36,2	27,2	-2,8
São Luís	62,3	69,8	1,1	52,2	30,2	-5,3	43,8	33,7	-2,6
São Luís	63,8	70,6	1,0	46,8	27,7	-5,1	34,5	25,1	-3,1
Pinheiro	62,0	69,6	1,2	53,5	31,0	-5,3	42,1	32,4	-2,6
Chapadinha	62,5	70,2	1,2	51,3	28,9	-5,6	51,1	41,5	-2,1
Itapecuru Mirim	62,9	70,7	1,2	50,1	27,3	-5,9	51,0	38,2	-2,8
Viana	62,0	69,3	1,1	53,3	31,8	-5,0	38,3	29,6	-2,5
Barreirinhas	61,6	69,6	1,2	54,8	30,9	-5,6	45,1	33,6	-2,9
Tutóia - Araioses	61,2	68,7	1,2	56,5	34,0	-5,0	53,5	42,1	-2,4
Cururupu	62,4	69,8	1,1	51,7	30,2	-5,2	34,5	26,9	-2,4
Santa Inês - Bacabal	61,5	68,6	1,1	55,4	34,2	-4,7	48,7	38,2	-2,4
Santa Inês	61,5	68,7	1,1	55,4	33,9	-4,8	50,1	38,2	-2,7
Bacabal	61,0	68,5	1,2	57,4	34,5	-5,0	52,3	42,6	-2,0
Governador Nunes Freire	61,6	68,3	1,0	55,2	35,3	-4,4	44,4	33,1	-2,9
Pedreiras	62,0	68,9	1,1	53,6	33,3	-4,7	48,0	39,2	-2,0
Presidente Dutra	61,6	68,6	1,1	55,3	34,2	-4,7	46,8	38,9	-1,8
Presidente Dutra	61,1	68,6	1,2	57,2	34,4	-5,0	48,7	39,6	-2,0
São João dos Patos	62,2	69,0	1,0	52,6	32,8	-4,6	44,9	38,7	-1,5
Colinas	61,3	68,2	1,1	56,1	35,5	-4,5	46,8	38,4	-2,0
Imperatriz	63,1	70,3	1,1	49,3	28,7	-5,3	40,1	31,1	-2,5
Imperatriz	63,2	70,2	1,1	49,1	29,0	-5,1	39,0	29,4	-2,8
Barra do Corda	62,6	69,8	1,1	51,1	30,1	-5,1	45,3	36,2	-2,2
Açailândia	62,9	70,1	1,1	50,1	29,4	-5,2	41,0	32,4	-2,3
Balsas	63,8	71,0	1,1	47,1	26,4	-5,6	35,2	26,5	-2,8
Caxias	61,9	69,5	1,2	53,8	31,2	-5,3	52,1	42,2	-2,1
Caxias	60,5	68,3	1,2	59,5	35,2	-5,1	54,3	43,7	-2,1
Timon	63,2	70,3	1,1	48,6	28,6	-5,2	48,2	38,6	-2,2
Codó	62,1	69,9	1,2	53,1	29,8	-5,6	53,7	44,2	-1,9

Fonte: PNUD; Atlas Brasil; Elaboração própria

³⁷ Número médio de anos que as pessoas deverão viver a partir do nascimento, se permanecerem constantes ao longo da vida o nível e o padrão de mortalidade por idades prevalecentes no ano do Censo.

O resultado deve-se aos avanços na vacinação, amamentação e acompanhamento dos recém-nascidos que contribuíram para a queda das mortes de bebês. Além disso, é inevitável não citar o avanço da escolaridade, do sistema de saúde e das redes de saneamento básico como fatores fundamentais para elevar a esperança de vida do maranhense no período. Em relação a Mortalidade infantil³⁸, verifica-se uma significativa redução no indicador no período em todos os planos regionais. Segundo relatório da Unicef (2012), dentre os fatores que ajudaram a reduzir as mortes de crianças no Brasil destacam-se as melhorias nos serviços de saneamento básico, nos níveis educacionais das mães e nos índices de aleitamento materno e vacinação, além do crescimento na renda das famílias.

No período de 2000 a 2010, a taxa de analfabetismo³⁹ do Maranhão apresentou queda de 2,8% ao ano, sinalizando um recuo de 9,1 p.p. no período. Mesmo com o avanço, o estado ainda possui uma elevada taxa (27,2%) quando comparado a média nacional (11,82%). A redução da taxa de analfabetismo foi repercutida em todas regiões geográficas maranhenses, mas, verificou-se ainda que a maioria das imediatas apresentaram taxas superiores à taxa de analfabetismo do estado no ano de 2010, com exceção das regionais São Luís (25,1%), Cururupu (26,9%) e Balsas (26,5%).

4.3 Análise da evolução do emprego formal e da estrutura produtiva do Maranhão e suas regiões imediatas entre 2006 e 2016

As próximas informações a serem apresentadas nesta seção, tem como objetivo propor uma análise da evolução do emprego formal e da sua estrutura produtiva no Maranhão e suas regiões imediatas no período entre 2006 e 2016. Para tal, dispõe-se de cálculos das elasticidades entre as variações do emprego formal e do valor adicionado setorial para o estado e as razões entre estes dois indicadores (emprego e VA), com intenção de identificar os setores que mais cresceram quanto ao emprego e quais deles agregam mais valor adicionado. Além disso, faz-se o uso do índice locacional e de diversificação para avaliar a dinâmica regional e sua composição setorial.

³⁸ Número de crianças que não deverão sobreviver ao primeiro ano de vida em cada 1000 crianças nascidas vivas.

³⁹ Razão entre a população de 25 anos ou mais de idade que não sabe ler nem escrever um bilhete simples e o total de pessoas nesta faixa etária multiplicado por 100.

4.3.1 Algumas considerações metodológicas

As fontes de informações que serão utilizadas nesta seção compreendem os dados de mercado de trabalho formal, disponibilizada pela RAIS, e informações referente as Contas Regionais e PIB dos municípios, oriundas do IBGE. Conforme destacado no segundo capítulo desta dissertação, a fonte de informação RAIS é um registro administrativo, de âmbito nacional, com periodicidade anual, obrigatório para todos os estabelecimentos, inclusive aqueles sem ocorrência de vínculos empregatícios no exercício. Além da grande quantidade de informações desagregadas, como nível geográfico (regiões, Estados, municípios, capitais, etc.), atividades econômicas (setor, subsetor, seção, classe, etc.), características do trabalhador (gênero, idade, ocupação, tipo de regime, etc.), entre outros, a fonte possibilita também tabulações estatísticas de fundamental importância para o acompanhamento e para caracterização do mercado de trabalho formal. Deste modo, a base nos permitirá trabalhar com nível de detalhamento das regiões geográficas maranhenses e da abertura setorial em atividades econômicas.

No que se refere ao Sistemas de Contas Regionais, este fornece estimativas do PIB de cada Unidade da Federação, pelas óticas da produção e da renda, coerentes, comparáveis entre si e compatíveis com os resultados do Sistema de Contas Nacionais – SCN. O programa de trabalho para a construção de um Sistema de Contas por Unidades da Federação, desenvolvido pelo IBGE em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, as Secretarias Estaduais de Governo e a Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa, visa atender à demanda por informações regionalizadas. O SCR apresenta os dados do PIB pela ótica da produção (série retropolada até 2002) e pela ótica da renda para a série 2010-2015. No caso deste trabalho, usaremos somente os dados referentes a ótica da produção, a qual mostra o resultado do processo de produção, menos o consumo intermediário, de cujo saldo, valor adicionado bruto por atividade econômica, somado aos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos resulta o PIB. Além disto, cabe destacar que a periodicidade do SCR é anual, e sua abrangência geográfica é nacional, com resultados divulgados para Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação.

Da mesma maneira que na SCR, os resultados do PIB municipal são comparáveis entre si e estão completamente integrados às séries das Contas Nacionais e são fruto de uma parceria do IBGE com os Órgãos Estaduais de Estatística, as Secretarias Estaduais de Governo e a Suframa. Serão utilizados, a preços correntes, os valores adicionados brutos dos três grandes setores de atividade econômica (Agropecuária, Indústria e Serviços), bem como o valor

adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social, o PIB e o PIB *per capita*.

Com relação ao recorte temporal selecionado, de 2006 a 2016, destaca-se que a escolha do ano inicial deve-se a compatibilização das atividades econômicas entre as fontes de informações da RAIS e do sistema de Contas Regionais, que utilizam o nível de detalhamento semelhante: a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE⁴⁰ (versão 2.0). A nova estrutura entrou em vigor em janeiro de 2007⁴¹, e as informações mais detalhadas a nível de seções de atividade disponibilizadas pelos MTE, só estão permitidas a partir de 2006. E a escolha para o ano final do período, se faz por ser o último ano mais recente divulgado⁴² pelo SCR durante a elaboração desta dissertação.

Diante disso, foi necessário adequar as duas bases de informações devido o recorte setorial disponibilizado por cada uma. As informações das Contas Regionais são disponibilizadas para abertura de dezoito atividades econômicas, enquanto que na RAIS encontram-se vinte e uma seções de atividade que se assemelham com a divisão do IBGE. No agrupamento das atividades semelhantes, definiu-se 14 grupos de atividades econômicas, tornando equivalente, ou comparável, os dois sistemas, obtendo um sistema de classificação o mais detalhado possível. Como resultado, as atividades econômicas foram: Agropecuária; Indústrias extrativas; Indústrias de Transformação; Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação; Construção; Comércio; Transporte, armazenagem e correio; Alojamento e alimentação; Informação e comunicação; Atividades financeiras, de seguro e serviços relacionados; Atividades Imobiliárias; Atividades profissionais, científicas e técnicas, administração e serviços complementares; Administração, defesa, educação e saúde e seguridade social; e Outras atividades de serviços.

Para os procedimentos econométricos, através do uso do programa R⁴³, foram estimados⁴⁴ diversos valores de elasticidades e taxas de crescimento geométrico de indicadores.

⁴⁰ A estrutura completa da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (versão 2.0) está organizada em cinco níveis hierárquicos: seções, divisões, grupos, classes e subclasses, sendo o detalhamento das subclasses destinado ao uso da Administração Pública Brasileira.

⁴¹ Para mais detalhes consultar RESOLUÇÃO CONCLA Nº 1/2006.

⁴² As Contas Regionais e o PIB municipal divulgam seus resultados com defasagem de dois anos, segundo o calendário do projeto das Contas Regionais liderado pelo IBGE.

⁴³ Fez-se o uso do sistema estatístico R, pois o programa disponibiliza uma ampla variedade de técnicas estatísticas e gráficas, incluindo modelação linear e não linear, testes estatísticos clássicos, análise de séries temporais (time-series analysis), classificação, agrupamento e outras.

⁴⁴ Para os eventuais interessados, o autor se coloca à disposição para fornecer o *script* R relativos aos procedimentos estatísticos adotados no trabalho. Para solicitação, entre em contato pelo e-mail: raphael_tcsilva@hotmail.com.

Para a estimativa⁴⁵ de valores de elasticidades emprego-valores adicionados foi utilizado o seguinte modelo de regressão linear:

$$\log(E_t) = \beta_0 + \beta_1 \log(P_t) \quad (1)$$

onde:

$\log(E_t)$ é o logaritmo natural do número de vínculos de emprego formal existentes 31/12 de cada ano t;

e $\log(P_t)$ é o logaritmo natural do índice de volume do valor adicionado de cada ano t.

Este modelo⁴⁶ foi estimado para cada um dos 14 grupos de atividades econômicas para os quais existem informações para o estado do Maranhão através do SCR e da RAIS. O valor da elasticidade emprego-valor adicionado pode ser interpretado como a variação percentual do emprego formal causada (ou gerada) para cada aumento de 1% no produto real do grupo de atividade. Os valores de elasticidade são os correspondentes valores dos parâmetros β_1 da equação (1) acima.

Para as estimativas das taxas de crescimento geométrico médias foi utilizado um modelo de crescimento geométrico dado pela expressão:

$$I_t = \beta_0 \times e^{\beta_1 \times t} \quad (2)$$

Esta expressão que representa o chamado modelo de crescimento exponencial pressupõe um crescimento geométrico a uma dada taxa constante. Se considerarmos o valor da expressão (2) para o tempo t e para o tempo t-1 e calcularmos uma razão entre ambas, teremos:

$$\frac{I_t}{I_{t-1}} = \frac{\beta_0 \times e^{\beta_1 \times t}}{\beta_0 \times e^{\beta_1 \times t-1}} = e^{\beta_1} \quad (3)$$

Tomando-se logaritmo de ambos os lados da expressão (2) acima temos:

$$\ln(I_t) = \ln(\beta_0 \times e^{\beta_1 \times t})$$

$$\ln(I_t) = \ln(\beta_0) + \ln(e^{\beta_1 \times t})$$

$$\ln(I_t) = \beta'_0 + \beta_1 \times t$$

⁴⁵ Todos os cálculos de taxas, estimativas de parâmetros de regressão e elaboração de figuras foram desenvolvidos através do software R, utilizando as seguintes libraries (bibliotecas): readxl (biblioteca para leitura de dados no formato Excel), ggplot (biblioteca para a elaboração de gráficos) e ineq (biblioteca que contém a função conc utilizada para calcular o índice de Herfindhal).

⁴⁶ Foram realizados teste de significância para elasticidades das atividades econômicas. Para verificar o resultado, consultar Apêndice A (Tabela 21).

Desta forma, podemos estimar um modelo de regressão do logaritmo natural de I_t em função de t (tempo) e o parâmetro estimado β_1 é utilizado para calcular a taxa de crescimento geométrico médio em porcentagem através da seguinte expressão:

$$taxa = (e^{\beta_1} - 1) \times 100$$

Este método foi utilizado para estimar valores de taxas de crescimento geométrico médio para os períodos 2006-2014 e 2006-2016, aplicando-o para as diversas séries de emprego formal e do índice de volume do valor adicionado para os diversos setores de atividade.

Em relação ao quociente de localização (QL), este compara a participação percentual de uma região em um setor particular com a participação percentual da mesma região no total do emprego da economia estadual. Se o valor do QL for maior do que 1, isso significa que a região é relativamente mais importante, no contexto estadual, em termos do setor, do que em termos gerais de todos os setores. Para a estimativa da concentração relativa serão utilizadas as informações do emprego formal e do valor adicionado no setor produtivo i na região j , dada pela seguinte expressão:

$$QL = \frac{(E_{ij}/E_{Tj})}{(E_{iT}/E_{TT})}$$

onde E_{ij} é o emprego setor i na região j ;

E_{Tj} é o emprego total (em todos os setores considerados) na região j ;

E_{iT} é o emprego do setor i em todas as regiões;

e E_{TT} é o emprego total em todas as regiões.

Para a análise da diversificação⁴⁷ produtiva foi utilizado o Índice de Herfindhal-Hirschman calculado através da seguinte expressão:

$$H = \sum_{i=1}^N S_i^2$$

onde S_i é participação relativa da atividade econômica i no conjunto do emprego formal e N é o número de grupos de atividades econômicas utilizados no cálculo do índice. Esta

⁴⁷ Foi realizada uma adaptação do índice Herfindhal- Hirschman (HHI) para capturar a diversificação produtiva. O HHI é normalmente utilizado para medir a concentração de mercado, o qual utiliza a participação da empresa, em %, num determinado mercado com n empresas. Para o presente trabalho, optou-se substituir a variável empresa pela variável emprego formal das atividades econômicas nas regiões imediatas. Dessa forma, adaptou-se o uso do indicador para um contexto um pouco distinto do que ele é utilizado usualmente.

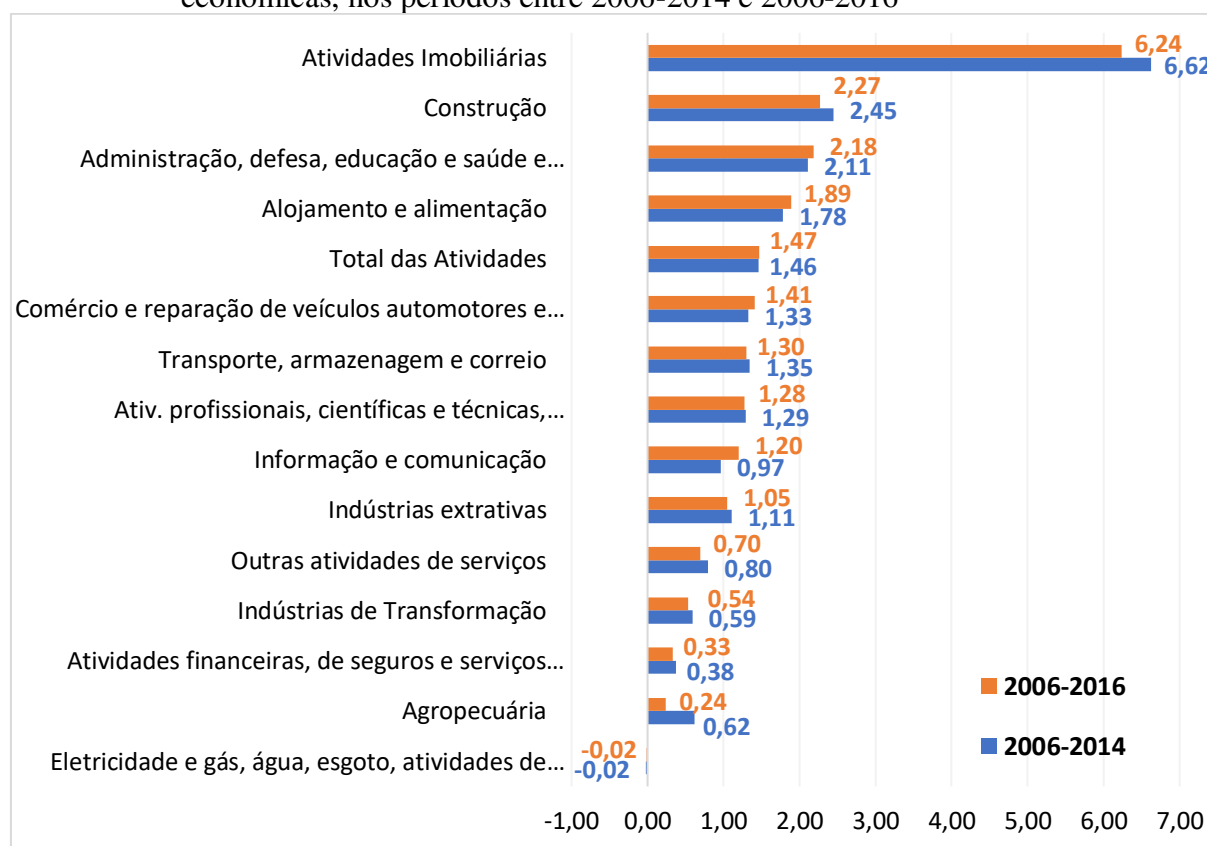
expressão foi aplicada para o emprego formal para cada setor de atividade e para cada uma das regiões imediatas do Estado do Maranhão e para cada um dos anos da série 2006-2016.

4.3.2 Resultados

O exame da elasticidade emprego-produto pode ser um instrumento poderoso no auxílio à formulação de políticas públicas, sobretudo se for possível observar essa variável no nível dos setores de atividade. Porém, quando o eixo da análise translada para níveis mais desagregados da atividade econômica, a relação entre as variações do emprego e do produto pode ganhar, evidentemente, feições bastante distintas daquela verificada para a economia como um todo.

Os dados do Gráfico 11 oferecem uma primeira avaliação das diferenças setoriais entre os períodos de 2006-2014 e 2006-2016. A divisão em períodos torna-se necessária para averiguar o comportamento das variáveis nas distintas fases conjunturais, caracterizadas de crescimento econômico e recessão econômica, respectivamente.

Gráfico 11 - Maranhão: Elasticidade emprego formal-Valor adicionado, segundo atividades econômicas, nos períodos entre 2006-2014 e 2006-2016



Fonte: RAIS (MTE) e IBGE. ¹Elasticidades estimadas pelo autor através de modelo de regressão log-log.

Inicialmente, cabe mencionar o fato de que a alta elasticidade agregada emprego-produto nos dois períodos (acima de 1) foi acompanhada por quase todas as quatorze atividades das contas regionais, com exceção da Agropecuária, Indústria de transformação, Atividades financeiras, Outras atividades de serviços e Serviços Industriais de Utilidade Pública nos quais se pode constatar uma elasticidade inferior ⁴⁸a um.

De acordo com Neves Júnior e Paiva (2007), de um modo geral, países desenvolvidos tendem a registrar taxas de elasticidades emprego mais baixas, ao passo que, para países em desenvolvimento, o valor da elasticidade emprego é alto, excedendo, comumente, a unidade. Isto ocorre porque existe uma relação inversa entre produtividade e elasticidade emprego-produto.

Apresentando as taxas de crescimento médias do emprego formal e do Valor adicionado, segundo as atividades econômicas (Tabela 18), percebemos que, enquanto no primeiro indicador, houve crescimento na ordem de 5,1% entre 2006 e 2016, no segundo indicador, este valor havia crescido para aproximadamente 3,4%. Isto indica que houve uma resposta maior do emprego do que o produto no período analisado. Os índices são mais elevados quando observado 2006-2014, retirando o peso da crise repercutida nos anos de 2015 e 2016.

É importante notar que, entre 2006 e 2014, seis setores apresentaram taxas de crescimento do emprego formal maranhense na casa dos dois dígitos, são eles: atividades imobiliárias, indústria extrativa, construção, atividades profissionais e alojamento e alimentação. Considerando o período até 2016, percebe-se que todas apresentaram comportamento de desaceleração, tendo somente os segmentos de Imobiliárias e Indústria extrativa permanecidos com taxas de crescimento de dois dígitos. Por sua vez, as atividades ligadas ao Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP) obteve os menores crescimentos em ambos os períodos.

Comparando a dinâmica do emprego formal com o comportamento do Valor adicionado das atividades econômicas do estado nos períodos, contata-se algumas particularidades. Em primeiro lugar, dentre as atividades que mais cresceram no emprego formal, somente a indústria extrativa apresentou forte crescimento no valor adicionado em ambos os períodos analisados. Em segundo lugar, a atividade de SIUP foi a segunda maior atividade com elevado crescimento no valor adicionado, contrariamente ao verificado no

⁴⁸ Ao realizar o teste de hipóteses para as elasticidades, verificou-se que apenas as atividades Agropecuária e Eletricidade apresentaram *p-values* não significativos, com coeficientes de 0,293 e 0,867, respectivamente. Para mais detalhes consultar Apêndice.

âmbito do emprego formal. Dentre outras atividades que obtiveram comportamento diferenciado nos dois aspectos aqui analisados, destacam-se as atividades de Construção, atividades financeiras e alojamento e alimentação.

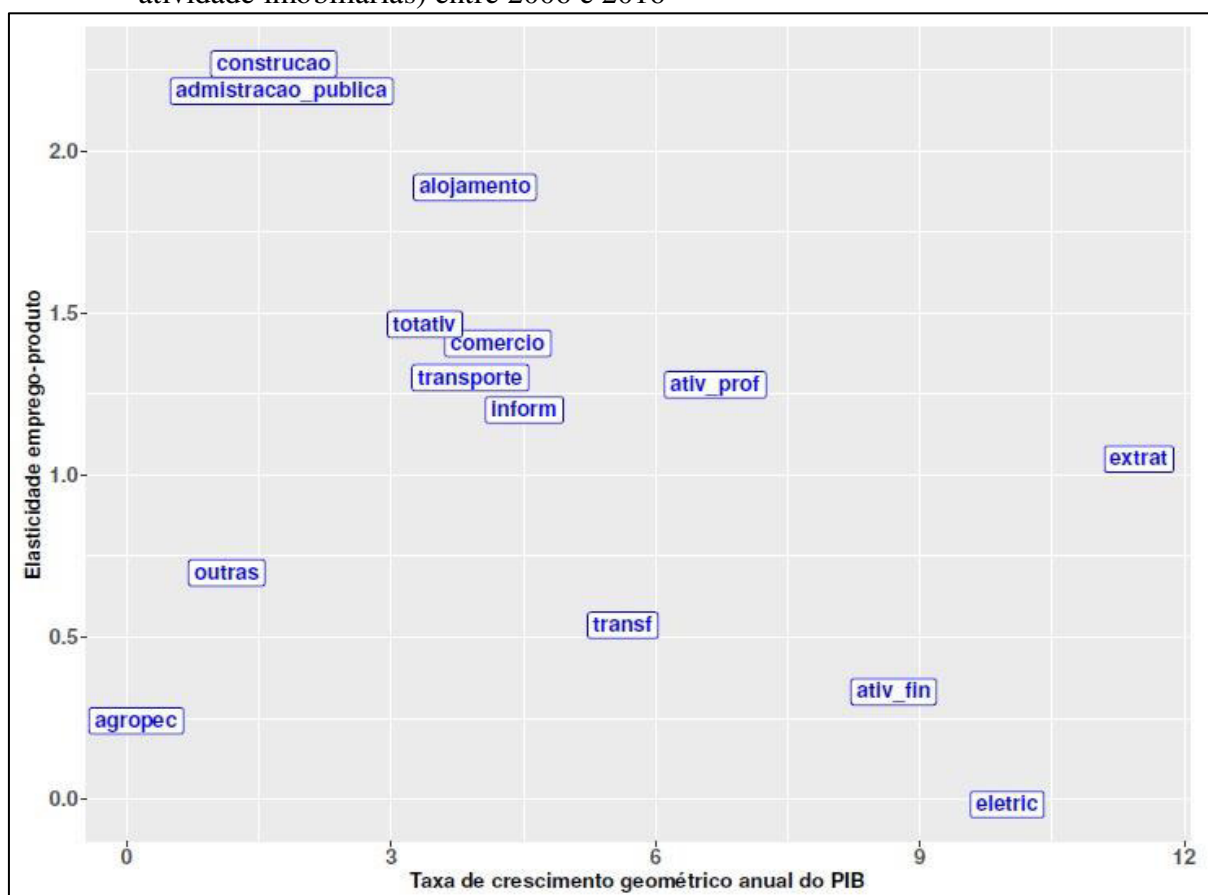
Tabela 18 - Maranhão: Taxas de crescimento médias¹ do emprego formal e do Valor Adicionado, segundo atividades econômicas, nos períodos entre 2006-2014 e 2006-2016

Atividades econômicas	Emprego		Valor Adicionado	
	2006-2014	2006-2016	2006-2014	2006-2016
Total das Atividades	6,881	5,122	4,642	3,382
Agropecuária	2,940	1,170	1,679	0,107
Indústrias extrativas	20,982	12,737	16,124	11,487
Indústrias de Transformação	4,482	2,970	6,915	5,628
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	0,210	0,066	10,578	9,989
Construção	12,897	6,404	4,749	1,666
Comércio e rep. de veículos automotores e motocicletas	8,808	7,199	6,421	4,210
Transporte, armazenagem e correio	6,509	5,370	4,390	3,898
Alojamento e alimentação	10,546	8,783	4,847	3,949
Informação e comunicação	8,205	8,698	5,805	4,511
Ativ. financeiras, de seguros e serviços relacionados	4,128	2,920	10,092	8,702
Atividades Imobiliárias	31,776	23,938	4,146	3,520
Ativ. profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	11,721	8,625	8,825	6,678
Administração, defesa, educação e saúde e seguridade social	5,462	4,261	2,338	1,757
Outras atividades de serviços	1,403	1,196	1,257	1,134

Fonte: RAIS (MTE) e IBGE. ¹ Taxas de crescimento estimadas pelo autor através de modelo de regressão log-log.

O comparativo entre as performances setoriais na dinâmica do emprego formal e do valor adicionado podem ser melhor avaliados através do diagrama de dispersão exibido na Figura 1. De acordo com a ilustração, podemos evidenciar a idéia de que as atividades econômicas que apresentaram maior crescimento do produto têm elasticidade emprego muito baixa, e já os segmentos que incorporam muita mão de obra, com elevadas elasticidades, pouco agregam com valor adicionado.

Figura 1 - Maranhão: Diagrama de dispersão entre Elasticidades emprego-produto e taxas¹ de crescimento geométrico do Valor Adicionado, segundo atividade econômica (exceto atividade imobiliárias) entre 2006 e 2016



Fonte: RAIS (MTE) e IBGE. ¹ Taxas de crescimento estimadas pelo autor através de modelo de regressão log-log.

Tendo em vista as elasticidades e taxas de crescimento entre as variáveis de emprego e valor adicionado, faz-se necessário observar também a razão entre esses dois indicadores (Tabela 19). As suas razões são interessantes de serem analisadas, pois nos ajudará a evidenciar que os setores produtivos que crescem mais, são aqueles que possuem menor capacidade de incorporação emprego.

Tabela 19 - Maranhão: Razão entre emprego formal e Valor adicionado, segundo atividades econômicas, entre 2006 e 2016; e Taxa de crescimento ao ano (%)

Atividades econômicas	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	a.a. (%)
Total das Atividades	0,0164	0,0177	0,0160	0,0152	0,0155	0,0147	0,0131	0,0120	0,0108	0,0103	0,0092	-5,6
Atividades com crescimento positivo												
Indústrias extrativas	0,0016	0,0027	0,0010	0,0017	0,0020	0,0016	0,0022	0,0019	0,0046	0,0032	0,0087	18,2
Atividades Imobiliárias	0,0001	0,0001	0,0001	0,0001	0,0002	0,0004	0,0004	0,0003	0,0003	0,0003	0,0002	7,2
Informação e comunicação	0,0057	0,0053	0,0063	0,0071	0,0069	0,0073	0,0074	0,0059	0,0056	0,0056	0,0102	6,0
Atividades com crescimento negativo												
Construção	0,0079	0,0191	0,0174	0,0132	0,0171	0,0148	0,0123	0,0114	0,0090	0,0088	0,0076	-0,3
Ativ. profissionais, científicas e técnicas, adm. e serviços complementares	0,0227	0,0330	0,0287	0,0285	0,0233	0,0222	0,0195	0,0211	0,0181	0,0206	0,0184	-2,1
Alojamento e alimentação	0,0126	0,0122	0,0127	0,0127	0,0112	0,0112	0,0080	0,0116	0,0092	0,0109	0,0092	-3,1
Indústrias de Transformação	0,0103	0,0120	0,0137	0,0198	0,0223	0,0188	0,0134	0,0130	0,0102	0,0075	0,0074	-3,3
Comércio	0,0196	0,0201	0,0174	0,0151	0,0164	0,0182	0,0167	0,0156	0,0140	0,0149	0,0128	-4,2
Agropecuária	0,0067	0,0069	0,0041	0,0049	0,0047	0,0051	0,0047	0,0033	0,0030	0,0028	0,0035	-6,4
Administração, defesa, educação e saúde e seguridade social	0,0318	0,0309	0,0302	0,0261	0,0257	0,0235	0,0209	0,0193	0,0170	0,0157	0,0136	-8,1
Outras atividades de serviços	0,0265	0,0267	0,0235	0,0199	0,0181	0,0168	0,0157	0,0136	0,0142	0,0100	0,0100	-9,3
Transporte, armazenagem e correio	0,0185	0,0164	0,0132	0,0126	0,0123	0,0109	0,0109	0,0117	0,0089	0,0109	0,0061	-10,4
Ativ financeiras, de seg.e serviços relacionados	0,0106	0,0081	0,0082	0,0076	0,0074	0,0078	0,0072	0,0063	0,0048	0,0039	0,0032	-11,3
S.I.U.P.	0,0096	0,0113	0,0114	0,0088	0,0077	0,0061	0,0033	0,0034	0,0039	0,0028	0,0018	-15,3

Fonte: RAIS (MTE) e IBGE.

Quando observado o comportamento da razão emprego-valor adicionado ano a ano, percebemos que cada atividade econômica teve seu pico de dinamismo em anos específicos. Em 2007, foi o período que houve os maiores registros, sendo cinco atividades com suas maiores proporções, a saber: Construção; Atividades profissionais, científicas e técnicas, adm. e serviços complementares; Comércio; Agropecuária; e outras atividades de serviços.

Em conformidade com os indicadores de elasticidade, o maior crescimento observado entre 2006 e 2016 das razões emprego-valor adicionado, também foram nas atividades de indústria extrativa (+18,2% a.a.) e Atividades Imobiliárias (+7,2% a.a.), seguido do segmento de informação e comunicação (+6,0% a.a.). Vale ressaltar que ambas atividades compreendem o conjunto de segmentos que possuem menor capacidade de incorporação emprego.

Em relação as maiores proporções, destacam-se as atividades da Administração Pública e as atividades profissionais, científicas e técnicas que passaram ao longo do período concentrando a maior densidade ocupacional, segundo o seu valor agregado. No entanto, tais atividades apresentaram decréscimo nas suas proporções, com queda acumulada de 8,1% a.a. e 2,1% a.a., respectivamente, no período.

Descendo a nível das regiões imediatas maranhenses, sob o ponto de vista do índice locacional (QL), percebe-se novamente as expressivas disparidades regionais dentro do estado. O Gráfico 12 apresenta apenas os índices que obtiveram maior relevância do setor econômico na região maranhense do que no conjunto do estado ($QL > 1$), tanto no componente emprego formal quanto no Valor Adicionado.

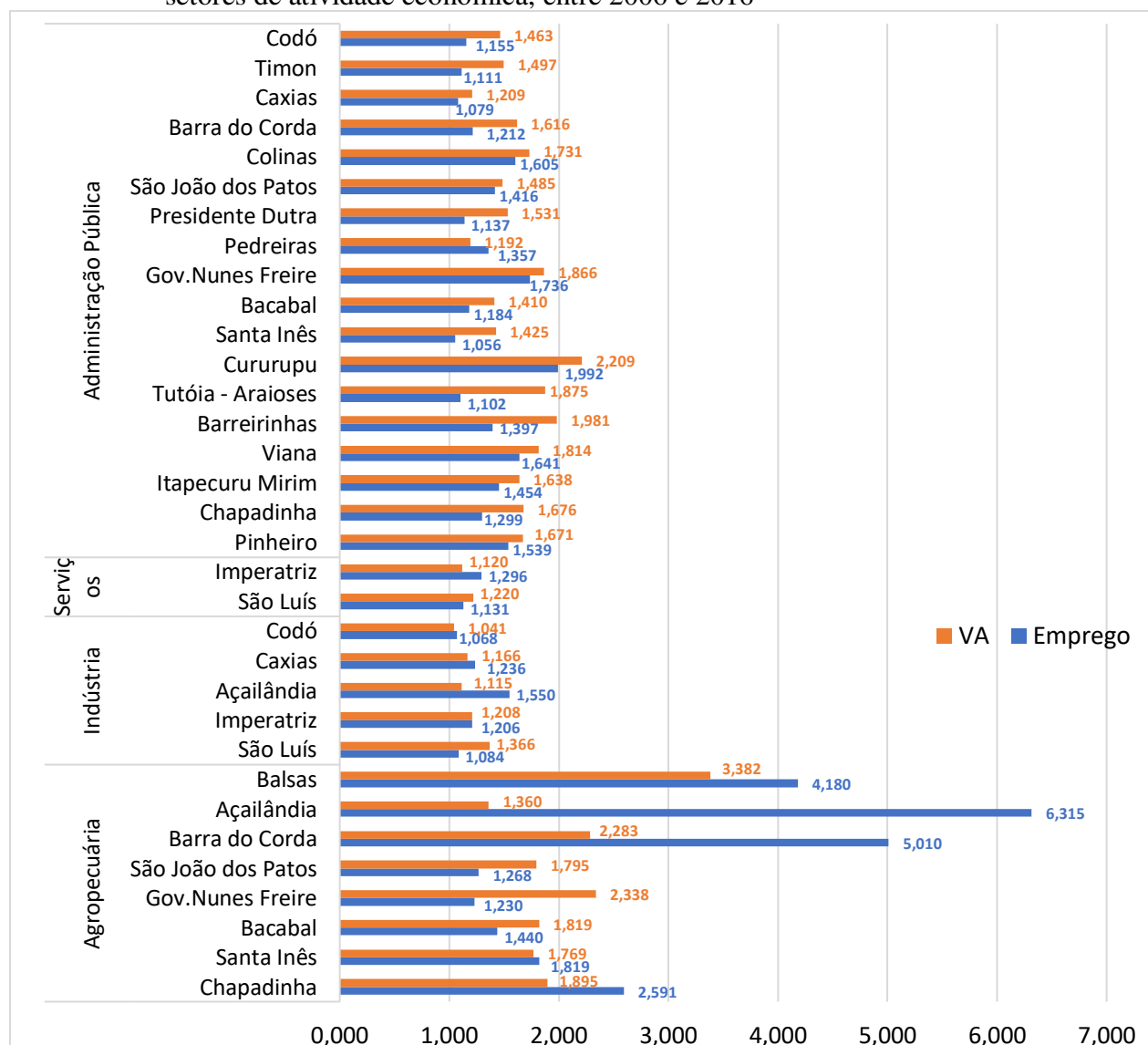
No que se refere ao setor agropecuário, percebe-se a importância expressiva do setor econômico nas regionais de Balsas, Açailândia e Barra do Corda, nas quais podemos observar uma elevada incorporação do emprego formal bem como na produção de valor adicionado. Em relação a evolução do indicador, na perspectiva do emprego formal, houve uma redução no número de regiões imediatas que apresentavam o setor primário como o mais relevante na sua composição setorial, passando de doze regionais em 2006 para oito em 2016. As imediatas de Governador Nunes Freire, Presidente Dutra, Colinas e Caxias registraram⁴⁹ índice locacional inferior a 1.

Na perspectiva do setor industrial, os índices foram maiores que outros setores nas imediatas de São Luís, Imperatriz e Açailândia. Na regional São Luís e Açailândia, as atividades de Construção e Metalurgia básica seguem como os principais segmentos que propiciam maior dinâmica econômica e geração de emprego no setor industrial. Já em Imperatriz, os setores de

⁴⁹ Para mais detalhes consultar Apêndice B (Tabela 22).

Papel e Celulose e Construção são os principais responsáveis pelo dinamismo econômico na região. Importante destacar, que pouco se alterou a composição industrial das regiões imediatas entre 2006 e 2016, no entanto, a regional de Pedreiras obteve grande ampliação do setor secundário, em especial nos segmentos ligados a SIUP, em virtude da instalação recentemente (2013) dos maiores complexos de geração de energia termelétrica a gás natural do Brasil, localizado em Santo Antônio dos Lopes.

Gráfico 12 - Regiões imediatas: Quocientes de Localização (QL) mais elevados¹, segundo setores de atividade econômica, entre 2006 e 2016



Fonte: RAIS (MTE) e IBGE; Elaboração do autor; ¹Para maior desagregação consultar apêndice B.

Com relação ao setor de Serviços, somente as imediatas de São Luís e Imperatriz alcançaram índices locais significativos no setor tanto no indicador de emprego formal

quanto do valor adicionado. Em ambas imediatas, as atividades que concederam maior dinamismo econômico e, conseqüentemente, maior alocação de emprego formal para o setor, foram os segmentos relacionados ao Comércio e atividades imobiliárias. Por outro lado, no âmbito da Administração Pública, observa-se ainda grande predominância da esfera governamental na composição setorial das regionais maranhenses, com predominância em Cururupu, Governador Nunes Freire e Viana.

Por meio do índice de diversificação, observa-se a participação percentual das quatorze atividade econômica mais representativas na geração empregos formalizados no período de 2006 a 2016 (Tabela 20). O Índice serve para nos indicar se o emprego formal está dependendo de uma única atividade. Quando ele estiver menos distribuído o índice é maior, e quando mais distribuído menor será o índice.

Em 2006, as regiões imediatas de Barreirinhas, Colinas, Cururupu, Timon e Pinheiro apresentavam uma estrutura mais concentrada (acima de 0,1000) em comparação com as demais imediatas maranhenses, ou seja, caracterizadas com uma distribuição ocupacional deficiente entre os setores econômicos. Por outro lado, os menores índices foram registrados na regional de São Luís (0,0680) e Açailândia (0,0690), indicando uma distribuição do emprego formal mais diversificada setorialmente. Quando avaliado a evolução do indicador entre 2006 e 2016, percebe-se que a maioria das regiões apresentaram uma redução da concentração na sua estrutura ocupacional, no entanto, sete delas ainda possuem índice muito elevado, com destaque para as regionais de Colinas (0,1180) e Cururupu (0,1160).

O indicador confirma as análises setoriais realizadas na seção anterior que constata forte concentração setorial na geração de emprego formal das regiões imediatas que possuem a Administração Pública como atividade detentora da maior parcela de trabalhadores com carteira assinada. Das vinte e duas regiões imediatas, dezesseis possuem uma participação elevada (acima de 50%) do setor governamental como principal responsável pela alocação de mão de obra formal. Tal fato alerta para necessidade de ações governamentais, que por meio de intervenção de políticas públicas/setoriais, possam auxiliar na diversificação ocupacional para que houvesse mais incorporação de emprego formal. Para tanto, o foco estatal deve centrar-se na melhoria da qualidade de mão de obra (capital humano), nos fluxos de comércio, serviços e pessoas (abertura ao exterior), no respeito e previsibilidade das leis (segurança jurídica) e na infraestrutura. O capital humano talvez seja o investimento com maior impacto (externalidades positivas) de longo prazo na economia, pois estimula a produtividade, a inovação e o empreendedorismo, além de reduzir a criminalidade e produzir uma sociedade mais exigente.

Tabela 20 - Regiões imediatas: Índices de diversificação (HHI)¹ e Taxa² de crescimento geométrica, entre 2006 e 2014; 2006 e 2016

Regiões Imediatas	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2006-2014	2006-2016
Açailândia	0,0690	0,0680	0,0690	0,0690	0,0690	0,0690	0,0690	0,0690	0,0690	0,0680	0,0690	0,0080	-0,0250
Bacabal	0,0760	0,0750	0,0830	0,0820	0,0800	0,0730	0,0720	0,0720	0,0730	0,0740	0,0700	-1,0910	-1,0160
Balsas	0,0740	0,0790	0,0750	0,0720	0,0720	0,0750	0,0800	0,0780	0,0740	0,0770	0,0730	0,2190	0,0430
Barra do Corda	0,0800	0,0780	0,0820	0,0830	0,0900	0,0930	0,0800	0,0850	0,0750	0,0900	0,0890	0,0690	0,6870
Barreirinhas	0,1080	0,1250	0,1070	0,1050	0,1090	0,1070	0,0990	0,1120	0,1220	0,1000	0,0970	0,0010	-0,9230
Caxias	0,0700	0,0680	0,0700	0,0700	0,0690	0,0700	0,0680	0,0680	0,0690	0,0680	0,0700	-0,1660	-0,0320
Chapadinha	0,0800	0,0860	0,0940	0,0910	0,0830	0,0860	0,0890	0,0780	0,0820	0,0960	0,0770	-0,5840	-0,3700
Codó	0,0960	0,0950	0,0850	0,0850	0,0900	0,0930	0,0910	0,0900	0,0880	0,0930	0,0830	-0,4930	-0,5600
Colinas	0,1160	0,1100	0,0970	0,1110	0,1040	0,1080	0,1020	0,1060	0,1060	0,1150	0,1080	-0,6570	-0,0580
Cururupu	0,1070	0,1090	0,1150	0,1150	0,0980	0,1120	0,1040	0,1030	0,1080	0,1090	0,1160	-0,5860	0,0410
Gov. Nunes Freire	0,0900	0,0840	0,0840	0,0940	0,0850	0,0820	0,0860	0,0970	0,0890	0,0900	0,0890	0,4760	0,3750
Imperatriz	0,0740	0,0690	0,0670	0,0690	0,0670	0,0680	0,0720	0,0670	0,0680	0,0710	0,0670	-0,3860	-0,2560
Itapecuru Mirim	0,0920	0,0890	0,0980	0,0860	0,0910	0,0940	0,0910	0,0850	0,0880	0,0780	0,0880	-0,6120	-0,9680
Pedreiras	0,0950	0,0970	0,1030	0,0980	0,0910	0,0960	0,0960	0,0980	0,0950	0,0940	0,0960	-0,2620	-0,2390
Pinheiro	0,1020	0,1010	0,0840	0,1010	0,0970	0,0950	0,1010	0,0950	0,1060	0,0940	0,0970	0,3980	0,0010
Presidente Dutra	0,0910	0,0980	0,0980	0,0940	0,0870	0,1210	0,0880	0,0890	0,0890	0,0980	0,0860	-0,6420	-0,6410
Santa Inês	0,0800	0,0770	0,0840	0,0790	0,0780	0,0780	0,0770	0,0740	0,0720	0,0720	0,0740	-1,1390	-1,0630
São João dos Patos	0,0900	0,0940	0,1090	0,0960	0,1040	0,0930	0,1010	0,0880	0,0880	0,0840	0,0950	-0,7350	-0,8980
São Luís	0,0680	0,0710	0,0670	0,0680	0,0670	0,0670	0,0670	0,0680	0,0670	0,0670	0,0670	-0,3070	-0,2560
Timon	0,1020	0,1000	0,0880	0,0900	0,0970	0,0980	0,0900	0,0830	0,0900	0,0910	0,0870	-1,5230	-1,1750
Tutóia - Araiões	0,0770	0,0770	0,0740	0,0740	0,0740	0,0740	0,0720	0,0780	0,0740	0,0730	0,0700	-0,3710	-0,5680
Viana	0,0920	0,1030	0,1080	0,1060	0,0910	0,0960	0,1030	0,0950	0,0960	0,0910	0,0960	-0,4880	-0,6750

Fonte: RAIS (MTE).

¹Índices calculados pelo autor através do pacote "ineq" e da sua função "conc" do R.

²Taxa de crescimento estimada pelo autor através de modelo de regressão log-linear.

Os dados apresentados neste capítulo permitiram qualificar as regiões maranhenses como uma boa amostra para estudar as desigualdades regionais do Brasil. Por meio da variável emprego formal, foi permitido fazer uma análise da estrutura produtiva das regiões imediatas, na qual pôde-se verificar uma concentração da geração de empregos em poucos setores da atividade produtiva, que revela o baixo dinamismo econômico de algumas regiões. Os resultados indicam que as diversas atividades se comportaram de maneira bastante diferenciada no que tange à geração de emprego e produto. No entanto, salta aos olhos o fato de que, ao final do período 2006-2014, dentre os segmentos mais dinâmicos, isto é, geradores de emprego e renda crescente, não se encontram atividades de alta intensidade tecnológica, para o caso da indústria, e intensivas em conhecimento, para o caso dos serviços. Os resultados sugerem que o caminho da diversificação setorial pode ser importante para as regiões, mas também deve-se considerar que sem a coordenação de políticas públicas nesse sentido, o processo de superação de baixo desenvolvimento econômico na maioria das regionais seja demorado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação apresentada nos capítulos anteriores procurou responder o problema de pesquisa, isto é, se o aumento do emprego formal nas regiões geográficas maranhense possibilitou mudanças significativas nas suas estruturas produtivas. No entanto, antes de entrar nos resultados específicos do mercado de trabalho formal das regiões do Estado, é importante destacar algumas outras questões.

O crescimento do emprego formal no Brasil, vivenciado entre 2000 e 2014, refletiu de forma positiva a melhoria da atividade econômica do país. Verificou-se que melhorias na condução das variáveis macroeconômicas foram fundamentais para que fosse construído um ambiente favorável ao crescimento econômico e também para expansão do emprego. Os reflexos do maior crescimento PIB, da expansão do crédito, da valorização real do salário mínimo e da expansão de empregos formais atingiram o mercado consumidor brasileiro no período considerado, podendo verificar forte expansão do emprego em setores como comércio e construção civil na primeira década de 2000. No entanto, ao analisar o emprego formal refletido para realidade regional brasileira, deve-se destacar também a necessidade de tratar a desigualdade regional brasileira de forma peculiar, buscado políticas que procurem reduzir a vulnerabilidade econômica regional às oscilações das variáveis macroeconômicas. Pois como apresentado neste trabalho, viu-se que o emprego formal retraiu fortemente em apenas dois anos de crise (2015-2016), principalmente aqueles vinculados aos setores industriais.

No que se refere ao Maranhão, verificou-se que o estado possui uma estrutura econômica caracterizada pela desigualdade regional, em que contrasta a forte polaridade que a imediata de São Luís exerce sobre a população, PIB e emprego do estado, com a fraca representação que regionais como Barreirinhas e Colinas apresentam para as mesmas variáveis. Também é percebido que o Maranhão possui uma baixa integração econômica, que por um lado pode ser explicada pela sua extensão territorial, mas por outro, também revela a carência de políticas públicas ativas capazes de reduzir sua desigualdade intra-regional.

Diante da constatação que o Maranhão possui desigualdades que marcam sua estrutura econômica e social, e que bem representa o fenômeno das disparidades regionais brasileiras, a análise da estrutura econômica das regiões imediatas, adotando a variável emprego formal como uma proxy da atividade produtiva, fornece uma importante reflexão sobre a necessidade de políticas regionais que visem impactos positivos na estrutura produtiva das regiões brasileiras economicamente atrasadas.

A economia maranhense, apesar do crescimento acima da média na primeira década dos anos 2000 e do aumento da participação na composição do PIB nordestino e brasileiro, mostra uma estrutura produtiva bastante concentrada, com sua dinâmica econômica pautada nos setores de comércio, serviço e administração pública e uma indústria excessivamente concentrada nos segmentos minero-metalúrgicos.

Especificamente em relação ao Maranhão, os dados demonstram que o mercado de trabalho estadual tem um padrão de estruturação inferior à média nacional, como foi discutido no quarto capítulo: enquanto a formalização das ocupações (carteira assinada somada aos militares e estatutários) atingia 46,0% no plano nacional, no Estado do Maranhão o percentual atingia somente 22,1%. Além disto, enquanto no Brasil os empregados sem carteira assinada representavam 24,6% do total de empregados assalariados, no Maranhão, o percentual de emprego não protegido correspondia a 44,7%. Outra característica marcante do mercado de trabalho maranhense é a taxa de desocupação que, mesmo antes do biênio da recessão, se manteve acima da registrada no âmbito nacional. Destaca-se também a grande parcela de empregos formais concentrados nas faixas salariais de baixa remuneração (até 1,5 salários mínimos) que atingiu 45% dos trabalhadores com carteira assinada em 2016. Tal fato, demonstra uma relação consistente de causalidade entre o crescimento econômico e o incremento do trabalho assalariado formal, ainda que essa proporção seja uma variável do ritmo e do padrão de crescimento verificado.

Considerando as elasticidades emprego-produto para o Maranhão, os resultados indicam que as diversas atividades se comportaram de maneira bastante diferenciada. No entanto, salta aos olhos o fato de que, ao final do período 2006-2014, dentre os segmentos mais dinâmicos, isto é, geradores de emprego e renda crescente, não se encontram atividades de alta intensidade tecnológica, para o caso da indústria, e intensivas em conhecimento, para o caso dos serviços. Destaca-se que o maior crescimento do indicador observado no período entre 2006 e 2016, foram nas atividades que possuem menor capacidade de incorporação emprego, em especial na Indústria extrativa e Atividades Imobiliárias.

Analisando o emprego formal nas regiões imediatas do Maranhão, no período de 2006 a 2016, pôde-se verificar expansão significativa em todas elas, com destaque para as regionais de Colinas, São João dos Patos e Governador Nunes Freire, que duplicaram o seu quantitativo de vínculos no período. Essa expansão de vínculos formais refletida nas regiões em números percentuais foi superior ao percebido para o Maranhão e para o Brasil. Do ponto de vista setorial pode-se verificar uma forte concentração na geração de empregos formalizados na

Administração Pública na maioria das regiões imediatas, com exceção das regionais de São Luís, Imperatriz, Balsas e Timon, as quais tem o setor de Serviços com maior peso na estrutura ocupacional. Constatou-se também, nas regiões imediatas que, entre 2006 e 2016, o setor Serviços foi o que mais contribuiu para o aumento do número de trabalhadores com carteira assinada durante, registrando as maiores ampliações de participação em todo o período. Porém, assim como observado no âmbito nacional e estadual, a maioria dos empregos formais gerados nas regiões, aproximadamente 56% dos empregos, foram registrados na faixa de remuneração até 1,5 salários mínimos. Os resultados evidenciam que maioria das regiões, excluindo as regionais de São Luís, Balsas, Tutoia-Araioses e Chapadinha, apresentavam e continuam apresentando uma estrutura setorial do emprego formal concentrada que também estavam e estão voltadas para baixas remunerações. Vale ressaltar também, a existência de uma forte correlação entre escala populacional e econômica, constatando que regiões mais populosas possuem maior dinamismo econômico. Esta constatação pode ser comprovada quando analisada a hegemonia econômica da região imediata de São Luís dentro do estado.

Por meio dos indicadores locacional e de diversificação, confirma-se forte centralização setorial do produto e emprego nas regiões imediatas que possuem a Administração Pública como atividade detentora da maior parcela de trabalhadores com carteira assinada. Das vinte e duas regiões imediatas, dezesseis possuem uma participação elevada (acima de 50%) do setor governamental como principal responsável pela alocação de mão de obra formal. Tal fato alerta para necessidade de ações governamentais, que por meio de intervenção de políticas públicas/setoriais, possam auxiliar na diversificação ocupacional para que houvesse mais incorporação de emprego formal. Os desníveis no estado não abrangem apenas os indicadores econômicos, mas consequentemente atingem também indicadores sociais, como pode ser observado analisando a diferença da taxa de analfabetismo do estado.

No contexto do estudo aqui desenvolvido, as características locais podem ser capazes de favorecer o surgimento das condições necessárias para que a diversificação setorial ocorra de modo mais intenso. Deste modo, torna-se necessária uma política abrangente de recapacitação territorial, onde o enfoque estaria centrado nas construções de infraestrutura econômica e infraestrutura urbana, no desenvolvimento do capital humano e do adensamento regional por meio do fortalecimento de municípios polos e centros regionais. Em paralelo, seria válido analisar a viabilidade de redesenhar o mecanismo de concessão dos incentivos fiscais no sentido de favorecer tais centros regionais e o adensamento de determinadas cadeias produtivas a serem definidas. Em conjunto, tais ações ajudariam a reverter o quadro aqui delineado.

Entretanto, cabe advertir que a política de concessão de incentivos fiscais, perde sua importância quando adotada sem prazo estabelecido, se mostrando uma estratégia insuficiente e insustentável no longo prazo. Nesse caso, tal instrumento pode apenas criar um amontoado de empresas sem ligações entre si e com o local, podendo desaparecer com o tempo principalmente se inexisterem condições propícias à geração de aglomerações e rendimentos crescentes.

A reversão desse quadro requer a conjugação de políticas econômicas de corte nacional com políticas de desenvolvimento regional que apresentem altas elasticidades produto-emprego, a fim de que o crescimento da produção interna tenha efeitos importantes sobre o nível de ocupação e sobre o montante de renda gerada e gasta internamente. As políticas eventualmente implementadas no âmbito estadual serão relevantes para a melhoria das condições gerais de estruturação do mercado de trabalho à medida que levem em consideração a relação entre o crescimento econômico e o nível e a qualidade dos postos de trabalho criados.

Ficou evidente, no decorrer do estudo, o contraste econômico entre as regiões imediatas maranhenses. Conhecer o perfil das regiões e suas especificidades conduzirá à melhor política a ser adotada. A análise permitiu um posicionamento das regiões maranhenses perante o estado, o que se verifica também, conforme apontado pela literatura, um cenário marcado pela relevante desigualdade intra-regional. É necessário ressaltar a importância da atuação governamental no sentido de fornecer um ambiente de negócios favorável, principalmente com a possibilidade da expansão de infraestrutura e de capital humano, que contribuem para melhores oportunidades socioeconômicas para as regiões mais carentes e uma melhor distribuição de renda, via aumento dos retornos dos insumos capital e trabalho. Como perspectivas para trabalhos futuros, poderia executar a mesma análise com detalhamento a nível municipal do estado, ou ainda, modificar os anos iniciais e finais da pesquisa para identificar variações específicos de cada período.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, T.B. **Por uma política nacional de desenvolvimento regional**. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 20, n. 2, p. 144-161, abr./jun.,1999.
- ARAUJO, T., P.; LIMA, R., A. **Aspectos estruturais do mercado de trabalho em contexto recente da economia brasileira: contraponto nordeste-sudeste**. Economia, Desenvolvimento Regional e Mercado de Trabalho do Brasil. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, Banco do Nordeste do Brasil, Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, 2010.
- ARCANGELI, A. **O mito da terra: uma análise da colonização da Pré-Amazônia Maranhense**. São Luís, UFMA/PPPG/EDUFMA, 1987.
- BALTAR, P. Crescimento da economia e mercado de trabalho no Brasil. In: CALIXTRE, A. B.; BIANCARELLI, A. M. et al. (Orgs.). Texto para discussão. **Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro**. Brasília, DF: IPEA, 2015
- BALTAR, P. E. A. *et al* **Trabalho no governo Lula: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira**. Global Labour University Working Papers: GLU - Global Labor University. nº 9, 2010.
- BALTAR, P.; KREIN, J D.; MORETTO, A. Tendências recentes do emprego, In: **Carta Social do Trabalho n. 3**. Campinas: Cesis/IE-Unicamp, 2006.
- BARBOSA, N. & SOUZA, J. B. P. de. **A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda**. In: SADER, E. & GARCIA, M. A. (orgs.) *Brasil entre o passado e o futuro*. São Paulo: Boitempo e Ed. Fundação Perseu Abramo, 2010.
- BARBOSA, Z. M. **O Global e o Regional: A Experiência de Desenvolvimento do Maranhão**. Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional, Blumenau, p. 113-128, 2012.
- BOUDEVILLE, Jacques. *Los espacios economicos*. Buenos Aires: EUDEBA, 1969.
- BREITBACH, A. C. M. Entre especialização e diversificação industrial: por um desenvolvimento regional durável. **Perspectiva Econômica**, São Leopoldo, v. 1, n. 2, p. 1-30, jul/dez. 2005.
- BURNETT, C. F. L. **O plano Mais IDH, do município à região? Globalização e Planejamento no Maranhão**. Globalização em Tempos de Regionalização – Repercussões no Território Santa Cruz do Sul-RS, 2015.
- CACCIAMALI, M. C. **Setor informal urbano e formas de participação na produção**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas -IPEA, 1983.
- CACCIAMALI, M. C. **Crescimento econômico, expansão do mercado de trabalho formal e distribuição de renda do trabalho**. A primeira década do século XXI. In: BRAGA, T., VIDAL, F. y NEVES. *Laumar. Trabalho em questão*. Salvador: SEI, 2010.
- CACCIAMALI, M. C.; TATEI F. **Mercado de trabalho: da euforia do ciclo expansivo e de inclusão social à frustração da recessão econômica**. Mercado de Trabalho, edição 87, Estudos Avançados. IEA-USP, São Paulo, Brasil, 2016.
- CARDOSO JR., J. C. De volta para o futuro? As fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições para sua sustentabilidade temporal. **Texto para Discussão**; n. 1310. Brasília, IPEA, 2007.

CARVALHO, L. B. **Diversificação ou especialização**: uma análise do processo de mudança estrutural da indústria brasileira nas últimas décadas. Rio de Janeiro: Revista do BNDES, n.33, p.233-280,2010.

CORSEUIL, C. H, MOURA, R. L.; RAMOS, L. **Determinantes da expansão do emprego formal**: o que explica o aumento do tamanho médio dos estabelecimentos?. Texto para Discussão, n. 1450. Brasília: IPEA, 2009.

CRUZ, B. O., et al. **Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil**; Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea, 2011.

DEDECCA, C. S.; LOPREATO, F. L. C. **Brasil: perspectivas do crescimento e desafios do mercado de trabalho**. Textos para Discussão nº225. Campinas: Instituto de Economia UNICAMP, 2013.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Notas técnicas**. Aracajú, 2002.

DINIZ, C. C. **A questão regional e as políticas governamentais no Brasil**. Texto para Discussão, n. 159. Belo Horizonte: Cedeplar/Face/UFMG, 2001.

DINIZ, C. C., CROCCO, M. A. **Economia Regional e Urbana**. Belo Horizonte: Centro de Planejamento e Desenvolvimento Regional – CEDEPLAR, Editora UFMG, 2006.

DUALIBE, M. D. A informalidade das relações de emprego e a atuação da inspeção do trabalho: uma análise para o maranhão contemporâneo. **Dissertação**. 192f. Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2010.

DUARTE, V. N. **Desenvolvimento equilibrado versus desenvolvimento desequilibrado**: uma breve revisão das principais teorias Revista de Desenvolvimento Econômico, Salvador, v. 17, n. 31, p. 194-205, jan./jun. 2015.

FEIJÓ, R. **Desenvolvimento econômico**: modelos, evidências, opções políticas e o caso brasileiro. São Paulo: Atlas, 2007.

FERRAZ, J. C. Crescimento econômico: a importância da estrutura produtiva e da tecnologia. **Visão do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, n. 45, p. 1-8, 2008.

FILHO, C. M. R. Formação econômica do maranhão: de província próspera a estado mais pobre da federação. O que deu tão errado? **Dissertação**. Programa de Pós-Graduação em Economia do Setor Público - Universidade de Brasília. Brasília, 2016.

FRIEDMAN, J. & ALONSO, W. (edictors). *Regional development and planning*, Cambridge, MIT, 1969.

FURTADO, C. **Perspectivas da Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1958.

FURTADO, C. **Os desafios da nova geração**. *Revista de Economia Política* 24(4): 483-486. Discurso na cerimônia de abertura da III Conferência Internacional Celso Furtado, Rio de Janeiro, URFJ, 2004.

HADDAD, P. R. **Economia regional**: teorias e métodos de análise. Fortaleza: BNB, Etene, 1989.

HILHORST, Jos G. M. **Planejamento regional**: enfoque sobre sistemas. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

- HIRCHMAN, A. O. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- HOLANDA, F. M. **Dinâmica da economia maranhense nos últimos 25 anos**. São Luís: IMESC, 2008.
- HOLANDA, F. M.; ANCHIETA JÚNIOR, V. **Avaliando a Dinâmica do Mercado de Trabalho Maranhense Vis-a-vis O Brasileiro, entre 2000 e 2012**. Estudos sobre a Economia Maranhense Contemporânea. São Luís, 2013.
- HOLANDA, F. M. Desastre Ocupacional no Nordeste: a necessidade de construir uma agenda de políticas, programas e ações para evitar o agravamento da questão social. **Revista do Conselho Federal de Economia – COFECON**. Ano IX - Nº 29, 2018.
- IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões**. 137p. Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro, 1990.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD**. 2001- 2009. Disponível em: < <http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb>. > acesso em 19 set 2011.
- IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias**. 82p. Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro, 2017.
- IBGE. Comitê de estatísticas sociais. Metadados. **Formulário eletrônico**. Disponível em: < <https://ces.ibge.gov.br/base-de-dados/metadados/mte/relacao-anual-de-informacoes-sociais-rais>>; Acesso em 11 jul 2018.
- IMESC - INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICO E CARTOGRÁFICOS. **Indicadores de Conjuntura Econômica do Maranhão/**. V. 1, N.1 (jan./fev. 2008) - São Luís: IMESC, 2008.
- IMESC. **Boletim de conjuntura econômica maranhense**. 3º trimestre de 2016, São Luís, 2016. Disponível em: < <http://imesc.ma.gov.br/portal/Post/view/boletim-conjuntura/112>> Acesso em 14 abr de 2018.
- IMESC. **Produto Interno Bruto dos Municípios do Maranhão - 2010 / 2016**. São Luís, V. 11, p. 1-65, 2018.
- IMESC. **Regiões de desenvolvimento proposta de regionalização do Maranhão**. São Luís, 2015. Disponível em: < <http://imesc.ma.gov.br> > Acesso em 12 abr de 2018.
- ISARD, W. (1956), *Location and space-economy*, MIT Press, Cambridge, MA.
- JANNUZZI, P. M. As Potencialidades Analíticas da RAIS para Estudos sobre a Estrutura do Mercado Formal de Trabalho. In: *IV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho*. 1994.
- KON, A. **Desenvolvimento regional e trabalho no Brasil**. São Paulo: Associação Brasileira de estudos do Trabalho – Abet, 1998.
- KREIN, J. D.; TEIXEIRA, M. O. As controvérsias das negociações coletivas nos anos 2000 no Brasil. In: OLIVEIRA, R. V.; BRIDI, M. A., *et al.* (Orgs.). **O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares**. p. 401. Trabalho & desigualdade, 18 .1ª Edição. Belo Horizonte: Traço Fino, 2014.
- LIMA, A. E. M. A Teoria do Desenvolvimento Regional e o papel do Estado. **Revista Análise Econômica**. Ano 24, nº 45. Porto Alegre. Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS, março, 2006.

- LIMA, et al. Um Balanço sobre a Estrutura e a Dinâmica do Mercado de Trabalho Maranhense a Partir dos anos 2000. **Cadernos de pesquisa**. Observatório Social e do Trabalho; n. 01 Ano: 03, 2015.
- LIMA, V. F. S. A.; MORAES, G. B. P.; SILVA, R. T. C. Os rebatimentos do atual desempenho da economia sobre o mercado de trabalho no Brasil e no Maranhão. Observatório Social e do Trabalho, **Boletim em foco**. Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.
- MARSHALL, A. **Princípios de Economia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MDIC. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **Balança comercial**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br>> Acesso em 20 de mai de 2018.
- MERESSI, F. S. Salário mínimo e satisfação de necessidades vitais básicas no brasil (2004-2013). **Tese** de doutorado. 257f. Pós-graduação em desenvolvimento, Sociedade e cooperação internacional - Universidade de Brasília; Brasília, 2016.
- MESQUITA, B. A. Expansão e transformação da pecuária bovina no Maranhão sob a ação governamental e as forças de mercado: Ritmos e rumos da ação do capital no período de 1970/2000. 2006, 485f. **Tese** (Doutorado em políticas públicas e em Geographie Amanegement et Urbanism) – Sorbonne Nouvelle Paris 3; Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2006.
- MESQUITA, B. A. **Desenvolvimento recente do Maranhão: uma análise do crescimento do PIB e perspectivas**. São Luís: IMESC, 2008.
- MESQUITA, B. A; *et al.* **Formação Socioeconômica do Estado do Maranhão**. Coleção Formação Regional da Amazônia, Volume 2. Formação Socioeconômica da Amazônia. Belém: NAEA, 2015.
- MESQUITA, B. A. **Notas sobre a dinâmica econômica recente em área periférica: as mudanças na estrutura produtiva do Maranhão**. 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/code/chamada2011/pdf/area4/area4-artigo33.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2018.
- MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. **Sobre Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)**. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>> acesso em 10 ago 2018
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Brasília. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/pdet/index.asp>> acesso em: 20 abr 2018.
- MORAES, G. B. P.; SILVA, R. T. C. O mercado de trabalho maranhense no contexto da crise: aspectos conjunturais e mudanças no marco regulatório. **Trabalho em contexto de crise: regulação, informalidade e tendências setoriais**. Editora EDUFMA, São Luís, 2016.
- MORAES, G. B. P. A lei geral da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte no enfrentamento à informalidade: uma avaliação de impactos sobre a formalização de empreendimentos e de seus vínculos empregatícios no Estado do Maranhão. **Dissertação**. 138f. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, São Luís, 2017.
- MOREIRA, E. T. **Diversificação econômica: análise da estrutura setorial das microrregiões do sul do Brasil, 2002/2010**. *Globalização em Tempos de Regionalização – Repercussões no Território Santa Cruz do Sul, RS, Brasil*, 2015.
- MOURA, J. G. M.; *et al.* Impactos dos Grandes Projetos Federais na Economia do Maranhão e Proposição de Políticas. **Nota Técnica** 11. 2010.

MOURA, J. G. M; PAULA, R. Z. A; FREITAS, C. A. L. L. Nordeste: Potenciais fontes de crescimento e desafios ao alcance de níveis sustentados de desenvolvimento. **Revista do Conselho Federal de Economia** – COFECON. Ano IX - Nº 29, 2018.

MYRDAL, G. **Teoria econômica y regiones subdesarrolladas**. Tradução: Ernesto Cuesta, Oscar Soberon. México: Fondo de cultura Económica, 1968.

NEGRI, J. A. D, *et al.* Mercado Formal de Trabalho: Comparação entre os Microdados da RAIS e da PNAD. **Texto para discussão**, Nº 840; Brasília, Ed. IPEIA, 2001.

NETO, A. M., CASTRO, C. N., BRANDÃO, C. A. **Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea, 2017.

NEVES JÚNIOR, L.; PAIVA. L. H. **A relação entre crescimento econômico e emprego no Brasil: referencial teórico, evidências empíricas e recomendações de políticas**. Nota técnica. [s.n.], 2007.

NORTH, D. C. Location Theory and Regional Economic Growth. *Journal of Political Economy*, LXIII, June, 1955.

NORTH, D. C. Alguns problemas teóricos a respeito do crescimento econômico regional. *Revista Brasileira de Economia*, n. 3, p. 25-38, set. 1961.

NORTH, D. C. Teoria da localização e crescimento econômico regional. In: SCHWARTZMAN, Jacques (Org.). *Economia regional: textos escolhidos*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977a.

NORTH, D. C. A agricultura no crescimento econômico regional. In: SCHWARTZMAN, Jacques (Org.). *Economia regional: textos escolhidos*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977b.

NURKSE, R. **Problemas da formação de capital em países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

OIT-Brasil. **Perfil do Trabalho Decente no Brasil: um olhar sobre as Unidades da Federação durante a segunda metade da década de 2000** / José Ribeiro Soares Guimarães; Organização Internacional do Trabalho; Escritório da OIT no Brasil. 416p. Brasília: OIT, 2012.

PAIVA, Carlos Águedo Nagel. **Demanda Efetiva, Exportações e Desenvolvimento Regional**. (ou: Smith, Kalecki e North e os fundamentos de uma teoria do desenvolvimento de regiões periféricas em transição para o capitalismo). In: IX Encontro Nacional de Economia Política, 9., 2004. Anais. Sociedade Brasileira de Economia Política, Uberlândia, jun. 2004.

PAULA, R. Z. A. P.; MESQUITA, B. A. de M. **A dinâmica recente, impacto social e perspectivas da economia do Estado do Maranhão – 1970/2008**. 2008.

PAULA, R. Z. A.; SILVA, M. R. M. **O comércio marítimo do Maranhão no século XIX**. Disponível em: http://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/zimbrao_e_silva_-_7.pdf. 2009.

PAULA R. Z. A. de; HOLANDA, F. M. de. **Padrão de Acumulação e dinâmica da economia maranhense na década dos 2000**. Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada – Vol. 6 Nº 10, 2011.

PERROUX, F. **Note sur la notion de Pôle de Croissance**. *Économie Appliquée*, v. 7, p. 307-320, 1955.

PERROUX, F. **A economia do século XX**. Lisboa: Herder, 1967.

PERROUX, F. **O conceito do polo de desenvolvimento**. In: SCHWARTZMAN, J. (Órg.). *Economia regional: textos escolhidos*. p. 145 – 156. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977.

POCHMANN, Márcio. *O emprego na globalização. A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo, 2002.

POCHMANN, M. **Trabalho em questão neste início de século XXI**. Trabalho em questão/Thaiz Braga, Francisco Vidal, Laumar Neves (orgs.). – Salvador: SEI, 2010.

POCHMANN, M. Desempenho econômico conjuntural e a situação recente do trabalho no Brasil. **Revista NECAT** – Ano 7, nº13, 2018.

RICHARDSON, H.W. **Elementos de economia regional**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

RICHARDSON, H.W. **Economia regional: teoria da localização, estrutura urbana e crescimento regional**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

ROSENSTEIN-RODAN, P. N. Problemas da industrialização da Europa Ocidental e Sul Oriental. In: AGARWALA, A. N., SINGH, S. P. **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

SABOIA, J. Efeitos do Salário mínimos sobre a distribuição de renda no Brasil no período de 1995/2005: resultados e simulações. **Revista Econômica**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 270-295, 2007.

SILVA, R. T. C. **Mercado de Trabalho e Produtividade: A Experiência Maranhense a partir da Década de 2000**. Revista Mundo Econômico, 2018.

SOUEN, J. A. **Tendência de Crescimento do Emprego Formal no Brasil: breve contextualização histórica e os anos da retomada, pós 2004**. XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP - São Pedro/SP-Brasil, 2014.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 4º edição; 1999

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento regional**. São Paulo; Editora Atlas, 2009.

TRIBUZI, B. **A formação econômica do Maranhão: uma proposta de desenvolvimento**. 2. ed. São Luís: Conselho Regional de Economia, 2011.

UNICEF. FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. O compromisso com a sobrevivência da criança: Uma promessa renovada. **Relatório de Progresso**, 2012.

VARGAS, F.B. **Emprego e desenvolvimento regional: contornos de uma questão social**. ABET v. XI n. 2, 2012.

VARGAS, F. E. B. O Mercado de trabalho e a questão do emprego no Brasil: Integração precária e desenvolvimento desigual. Porto Alegre, RS. **Revista Brasileira de Sociologia**; Vol 02, N. 04, 2014.

APÊNDICE

APÊNDICE A – TESTE DE SIGNIFICÂNCIA DO COEFICIENTE DE ELASTICIDADE

Com o intuito de verificar a significância dos coeficientes de elasticidades média dos períodos gerados, procurou-se, através do cálculo do *p-value*, identificar quais atividades econômicas apresentaram um resultado estaticamente significativo, ou seja, menor que 0,05. Conforme apresentado na Tabela 21, observa-se que somente as atividades econômicas da Agropecuária, Eletricidade e Outras atividades dos serviços apresentaram resultado não significativos (maior que 0,05).

Tabela 21 - Valor do *p-value* para cálculos da elasticidade emprego formal-Valor adicionado, segundo atividades econômicas

Atividades econômicas	p-value
Total das Atividades	0,000
Agropecuária	0,293
Indústrias extrativas	0,000
Indústrias de Transformação	0,001
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	0,867
Construção	0,000
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	0,000
Transporte, armazenagem e correio	0,000
Alojamento e alimentação	0,001
Informação e comunicação	0,011
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	0,012
Atividades Imobiliárias	0,000
Ativ. profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	0,000
Administração, defesa, educação e saúde e seguridade social	0,000
Outras atividades de serviços	0,093

Fonte: Elaboração do autor, com uso do R

APÊNDICE B - QUOCIENTES DE LOCALIZAÇÃO

Tabela 22 - Regiões imediatas: Quocientes de Localização (emprego formal), segundo setor de atividade, em 2006 e 2016

Regiões imediatas	2006				2016			
	Agropecuária	Indústria	Serviços	APU	Agropecuária	Indústria	Serviços	APU
São Luís	0,093	1,114	1,143	0,941	0,083	1,054	1,118	0,940
Pinheiro	0,095	0,309	0,591	1,575	0,199	0,269	0,715	1,503
Chapadinha	3,153	0,254	0,671	1,259	2,029	0,940	0,570	1,339
Itapecuru Mirim	0,287	0,702	0,481	1,537	0,516	1,118	0,597	1,370
Viana	0,357	0,231	0,370	1,740	0,512	0,758	0,511	1,542
Barreirinhas	0,000	0,029	0,750	1,537	0,108	0,190	1,013	1,257
Tutóia - Araisos	0,094	0,035	1,527	0,935	0,511	0,507	0,881	1,268
Cururupu	0,000	0,069	0,175	1,964	0,007	0,066	0,221	2,019
Santa Inês	1,822	0,781	0,955	1,020	1,816	0,730	0,915	1,092
Bacabal	1,317	0,622	0,877	1,166	1,563	0,528	0,870	1,202
Gov.Nunes Freire	1,706	0,261	0,220	1,728	0,755	0,304	0,400	1,744
Pedreiras	0,456	0,463	0,657	1,452	0,993	0,548	0,842	1,262
Presidente Dutra	1,004	0,544	0,976	1,139	0,758	0,699	0,954	1,136
São João dos Patos	1,475	0,531	0,443	1,507	1,060	0,984	0,644	1,325
Colinas	1,026	0,104	0,459	1,648	0,961	0,492	0,532	1,561
Imperatriz	2,017	1,155	1,333	0,616	1,309	1,258	1,259	0,676
Barra do Corda	6,755	0,339	0,427	1,105	3,265	0,716	0,564	1,318
Açailândia	5,106	1,849	0,767	0,589	7,524	1,251	0,729	0,743
Balsas	2,803	1,123	0,883	0,898	5,558	1,087	0,875	0,784
Caxias	2,792	1,154	0,699	1,030	0,822	1,318	0,783	1,128
Timon	0,752	1,219	0,538	1,315	0,474	1,283	1,061	0,907
Codó	0,450	1,072	0,814	1,171	0,933	1,065	0,835	1,138

Fonte: RAIS (MTE); Elaboração do autor

Tabela 23 - Regiões imediatas: Quocientes de Localização (valor adicionado), segundo setor de atividade, em 2006 e 2016

Maranhão	2006				2016			
	Agropecuária	Indústria	Serviços	APU	Agropecuária	Indústria	Serviços	APU
São Luís	0,094	1,441	1,189	0,576	0,098	1,291	1,252	0,636
Pinheiro	2,069	0,295	0,702	1,843	1,891	0,276	0,830	1,500
Chapadinha	2,583	0,335	0,643	1,683	1,208	0,368	0,814	1,670
Itapecuru Mirim	1,939	0,531	0,659	1,735	1,092	1,142	0,625	1,541
Viana	2,206	0,279	0,619	1,959	2,186	0,416	0,634	1,668
Barreirinhas	1,796	0,265	0,620	2,158	1,710	0,268	0,690	1,805
Tutóia - Araioses	1,832	0,283	0,662	2,042	1,818	0,410	0,674	1,709
Cururupu	1,520	0,251	0,534	2,464	2,051	0,243	0,557	1,954
Santa Inês	1,923	0,552	0,796	1,454	1,615	0,501	0,854	1,396
Bacabal	1,986	0,396	0,881	1,426	1,651	0,343	0,905	1,395
Gov.Nunes Freire	2,385	0,263	0,521	2,086	2,291	0,276	0,680	1,646
Pedreiras	1,882	0,345	0,868	1,552	0,995	2,543	0,534	0,831
Presidente Dutra	1,785	0,485	0,810	1,561	1,236	0,368	0,906	1,501
São João dos Patos	1,967	0,409	0,772	1,633	1,622	0,638	0,836	1,338
Colinas	2,606	0,298	0,587	1,820	1,794	0,353	0,737	1,642
Imperatriz	0,952	0,861	1,183	0,813	0,684	1,555	1,057	0,637
Barra do Corda	2,542	0,321	0,647	1,708	2,025	0,335	0,772	1,525
Açailândia	1,030	1,119	1,141	0,586	1,690	1,111	0,840	1,007
Balsas	2,902	0,397	1,064	0,653	3,862	0,402	0,941	0,645
Caxias	0,362	1,775	0,736	0,980	0,716	0,558	0,960	1,438
Timon	0,603	0,820	0,886	1,592	0,447	0,731	0,961	1,403
Codó	0,642	1,514	0,616	1,364	0,714	0,568	0,886	1,562

Fonte: IBGE; Elaboração do autor

Tabela 24 - Regiões imediatas: Quocientes de Localização (QL) mais elevados, segundo setores de atividade econômica, entre 2006 e 2016

Regiões imediatas	Agropecuária		Indústria		Serviços		Administração Pública	
	Emprego	VA	Emprego	VA	Emprego	VA	Emprego	VA
São Luís	0,088	0,096	1,084	1,366	1,131	1,220	0,940	0,606
Pinheiro	0,147	1,980	0,289	0,286	0,653	0,766	1,539	1,671
Chapadinha	2,591	1,895	0,597	0,352	0,620	0,728	1,299	1,676
Itapecuru Mirim	0,402	1,516	0,910	0,836	0,539	0,642	1,454	1,638
Viana	0,434	2,196	0,495	0,348	0,441	0,626	1,641	1,814
Barreirinhas	0,054	1,753	0,109	0,266	0,882	0,655	1,397	1,981
Tutóia - Araioses	0,303	1,825	0,271	0,347	1,204	0,668	1,102	1,875
Cururupu	0,004	1,785	0,068	0,247	0,198	0,546	1,992	2,209
Santa Inês	1,819	1,769	0,756	0,526	0,935	0,825	1,056	1,425
Bacabal	1,440	1,819	0,575	0,369	0,874	0,893	1,184	1,410
Gov.Nunes Freire	1,230	2,338	0,282	0,269	0,310	0,600	1,736	1,866
Pedreiras	0,725	1,438	0,505	1,444	0,749	0,701	1,357	1,192
Presidente Dutra	0,881	1,511	0,622	0,426	0,965	0,858	1,137	1,531
São João dos Patos	1,268	1,795	0,758	0,523	0,543	0,804	1,416	1,485
Colinas	0,993	2,200	0,298	0,326	0,495	0,662	1,605	1,731
Imperatriz	1,663	0,818	1,206	1,208	1,296	1,120	0,646	0,725
Barra do Corda	5,010	2,283	0,528	0,328	0,495	0,709	1,212	1,616
Açailândia	6,315	1,360	1,550	1,115	0,748	0,991	0,666	0,796
Balsas	4,180	3,382	1,105	0,399	0,879	1,003	0,841	0,649
Caxias	1,807	0,539	1,236	1,166	0,741	0,848	1,079	1,209
Timon	0,613	0,525	1,251	0,776	0,800	0,924	1,111	1,497
Codó	0,691	0,678	1,068	1,041	0,825	0,751	1,155	1,463

Fonte: RAIS (MTE) e IBGE; Elaboração do autor